

**LEONCIO JOSÉ DE ALMEIDA REIS**

**NOVOS ATORES EM CENA NOS ESTUDOS DO  
LAZER NO BRASIL: POSSÍVEIS DIÁLOGOS A PARTIR  
DA TEORIA CONFIGURACIONAL**

Dissertação de Mestrado defendida como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Física, no Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

**LEONCIO JOSÉ DE ALMEIDA REIS**

**NOVOS ATORES EM CENA NOS ESTUDOS DO  
LAZER NO BRASIL: POSSÍVEIS DIÁLOGOS A PARTIR  
DA TEORIA CONFIGURACIONAL**

Dissertação de Mestrado defendida como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Física, no Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Renato Cavichioli



Ministério da Educação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Setor de Ciências Biológicas  
Departamento de Educação Física



# TERMO DE APROVAÇÃO

LEÔNCIO JOSÉ DE ALMEIDA REIS

## “Novos Atores em Cena nos Estudos do Lazer no Brasil: Possíveis Diálogos a Partir da Teoria Configuracional”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física – Área de Concentração Exercício e Esporte, Linha de Pesquisa Sociologia para o Esporte e o Lazer, do Departamento de Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

Professor Dr. Fernando Renato Cavichioli (Orientador)  
Departamento de Educação Física / UFPR

Professor Dr. Carlos da Fonseca Brandão

Professor Dr. Wanderley Marchi Junior

Curitiba, 06 de Março de 2009

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais que corajosamente enfrentaram todas as dificuldades que a vida lhes impôs e, com muito amor, trabalho e honestidade, souberam educar seus filhos. Muito embora preferisse meu pai ter um filho engenheiro, e minha mãe, advogado, contentaram-se incondicionalmente com um filho Professor de Educação Física. Assim, agradeço-lhes por sempre aceitarem e apoiarem minhas decisões.

E enquanto o pai não decide virar engenheiro, muito me orgulha ver uma mulher que mal completou o ensino fundamental tão motivada a retomar seus estudos abandonados há mais de 50 anos. Mãe, um dia há de ser advogada e, com muita honestidade e sabedoria, defenderá aqueles que tanto precisam.

## AGRADECIMENTOS

Ao professor Fernando Renato Cavichioli, ou melhor, ao Cavica, que assim nos permite chamá-lo. Pelo professor e orientador competente que é. Pela pessoa tranqüila e boa gente que nunca deixou de ser.

Aos professores Carlos da Fonseca Brandão e Wanderley Marchi Junior que, ao participarem da qualificação e da defesa, contribuíram imensamente para o desenvolvimento desse estudo. Também à professora Gisele Maria Schwartz que, mesmo à distância, presenteou-me com preciosas considerações. Sem o auxílio desses competentes professores esse estudo estaria por demais *envolvido*, se assim podemos dizer, e dessa forma, extremamente contraditório e talvez por isso condenado à fogueira.

Aos demais professores do Departamento de Educação Física, em especial Doralice Lange de Souza, Fernando Marinho Mezzadri e Simone Rechia, e também ao secretário da pós-graduação Daniel, pela paciência com minha impaciência à burocracia.

Aos professores cujas obras foram diretamente investigadas neste estudo, Christianne Luce Gomes, Victor Andrade de Melo e Fernando Mascarenhas, pelas prestativas contribuições fornecidas por meio de correio eletrônico, seja respondendo às minhas dúvidas e questionamentos, seja fornecendo e enviando material bibliográfico, inclusive livros! Sem suas contribuições esse estudo não seguiria adiante.

Aos meus colegas bancários da Caixa Econômica Federal. Aos chefes Elena, Márcio e Ezequias, pelo incentivo e apoio, e também, pela compreensão com os atrasos. Agradeço especialmente a Roselis, por aceitar de boa vontade as constantes e inconvenientes permutas de horários. Sem a colaboração de todos eles teria sido impossível conciliar o mestrado com o trabalho.

À minha namorada linda, Renata, que soube aturar minhas ausências. Pela deliciosa companhia, pelos beijinhos carinhosos, pelo narizinho gelado e pelos auxílios ortográficos e gramaticais.

Aos companheiros da pós-graduação com quem dividi reflexões, leituras, ansiedades, angústias e desesperos. Se não fossem muitos, deixaria registrado aqui seus sobrenomes, pois não há dúvidas de que seus nomes ainda serão ouvidos:

Ana Letícia, Bárbara, Borges, Fernanda, Isabel, Marcelo, Pedro, Ricardo, Saulo e Tatiane, em particular aos amigos Carlos Pijack e Fernando Starepravo, este último por ter me indicado a leitura da obra que então me motivaria a disputar uma vaga no programa de mestrado.

Aos membros do grupo de estudo, Aline e Fábio, pelas discussões e contribuições. Não poderia deixar de agradecer, em especial, ao companheiro de discussões noturnas Renato Valentin, pelas sempre pertinentes considerações.

Aos amigos de sempre e à minha irmã querida, Brígida.

Por fim, àquele que esteve presente desde o princípio. Àquele que vem desde sempre tentando me fazer perceber a importância da vida. Graças a sua inspiração tenho procurado me conscientizar, dia após dia, da experiência única de cada tempo vivido. Peço-lhe apenas sabedoria para poder, com o tempo que me é dado, encher minha existência de significado.

“Os seres humanos, que representam o que é, provavelmente, um dos acontecimentos mais raros no seio da natureza, terão, possivelmente, tempo e talvez mesmo oportunidades para tornar a sua vida mais agradável, mais confortável e com mais significado do que o foi até agora. Ninguém pode fazer isto pelos seres humanos; são eles que o tem de fazer por si próprios. Não é provável que eles venham a descobrir, nos poucos milhões de anos de vida que lhes restam, um objetivo melhor do que a produção de melhores condições de vida na Terra para si próprios e para aqueles que eles escolheram como seus companheiros.”

Norbert Elias (1994a, p. 12)

## RESUMO

Nos últimos anos, notadamente a partir da década de 1990, constatou-se um elevado crescimento na produção científica no campo dos estudos do lazer no Brasil. Considerando esse aumento, cresceu também a necessidade de desenvolvimento de pesquisas com o objetivo de avaliar aquilo que vem sendo produzido. É nessa categoria que se enquadra o presente estudo, cuja principal finalidade é expor e discutir o conhecimento produzido por pesquisadores com ampla publicação científica na área dos estudos do lazer no Brasil: Victor Andrade de Melo, Christianne Luce Gomes e Fernando Mascarenhas. Os referidos nomes foram eleitos a partir de um levantamento quantitativo realizado no Diretório dos Grupos de Pesquisas do CNPq, no Currículo da Plataforma Lattes e no sistema de classificação de periódico do programa QUALIS, o qual identificou pesquisadores doutores vinculados a grupos de pesquisas com elevada produção acadêmica sobre o tema lazer. Procurou-se, posteriormente ao levantamento, expor e discutir as principais produções dos autores selecionados, buscando estabelecer, em certos momentos, diálogos com a sociologia configuracional, principal referência teórica desse estudo. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de caráter exclusivamente bibliográfico, que procura refletir sobre conhecimentos produzidos pelos autores selecionados, fundamentando-se essencialmente em obras do sociólogo Norbert Elias. Verificou-se que as concepções de lazer encontrada nas obras dos autores selecionados divergem substancialmente uma das outras, embora possuam elas traços em comuns, principalmente no que se refere ao entendimento de que o lazer pode ser um instrumento para a transformação social. Constatou-se que o direcionamento investigativo dado por cada pesquisador a suas pesquisas também não eram semelhantes entre si. Embora existissem temáticas que foram contempladas mesmo que sutilmente por todos os autores, os temas centrais de pesquisa de cada um deles não tinham a mesma orientação. Nenhuma das abordagens apresentadas se aproximavam da concepção de lazer verificada na teoria configuracional: nenhuma delas colocava a discussão das emoções e do prazer em evidência na análise como esta última o fazia. Foi possível perceber em algumas das pesquisas investigadas afirmações e comentários que podem ser traduzidos, sob uma análise configuracional, como resultantes de uma postura *envolvida*, o que propiciou o estabelecimento de um debate em deferência a essa questão.

**Palavras-chave:** Lazer; Estudos do lazer no Brasil; Teoria configuracional.



## ABSTRACT

*In recent years, notably from the 1990s, it was found a high growth in scientific production of leisure's studies in Brazil. Considering this increase, also increased the need for development of research to evaluate what is being produced. It is in this category that fits the current study, whose main purpose is to present and discuss the knowledge produced by researchers with extensive scientific publication in the field of leisure's studies in Brazil: Victor Andrade de Melo, Christianne Luce Gomes and Fernando Mascarenhas. Those names were chosen through a quantitative survey conducted in the Directory of Research Groups of the CNPq, in the Curriculum Lattes's Platform and in the system of periodical's classification for the program QUALIS. The survey shows doctoral researchers that are linked to research groups of high production academic on the topic leisure. It were, after the research, present and discuss the main productions of the selected authors, seeking to establish, in certain moments, dialogues with the configurational sociology, main reference of this theoretical study. It is therefore exclusively a literature search, which reflect demand on knowledge produced by the authors selected, basing primarily on works of the sociologist Norbert Elias. It was found that the concepts of leisure embedded in the works of authors selected differ substantially between them, although they have traits in common, especially with regard to the understanding that the leisure can be an instrument for social transformation. It appeared that the direction's investigative used by each researcher weren't similar to each other. Although there were issues that were addressed even subtly by all authors, the central themes of each their research didn't have the same orientation. None of the approaches presented were closer to the conception of leisure as in theory configurational was verified: none of them highlighted the discussion of emotions and pleasure in their analysis as this last did. It was possible to check in some of the productions investigated, statements and comments that can be translated, under an analysis configurational, as resulting from an involved position, which allowed the establishment of a discussion in deference to that.*

**Keywords:** *Leisure; Leisure studies in Brazil; Configurational theory.*

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – DADOS SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA POR PESQUISADOR.....	28
QUADRO 2 – QUANTIDADE TOTAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA POR PESQUISADOR.....	30

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – GRUPOS DE PESQUISA DE LAZER NO BRASIL.....	25
GRÁFICO 2 – QUANTIDADE E TIPO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA POR ANO..	32
GRÁFICO 3 – FLUXO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO REFERENTE AOS ESTUDOS DO LAZER NO BRASIL.....	33
GRÁFICO 4 – ANO DE TITULAÇÃO DOS PESQUISADORES.....	34

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO 1 – PESQUISADORES DO LAZER NO BRASIL</b> .....	18
1.1 METODOLOGIA.....	18
1.2 LEVANTAMENTO DOS GRUPOS DE PESQUISA DO LAZER NO BRASIL....	24
1.3 SELEÇÃO DOS PESQUISADORES.....	26
<b>CAPÍTULO 2 – A TEORIA CONFIGURACIONAL E O LAZER</b> .....	39
2.1 A BUSCA DA EXCITAÇÃO NO LAZER.....	40
2.2 O LAZER E A BUSCA PESSOAL DO PRAZER.....	55
<b>CAPÍTULO 3 – A OCORRÊNCIA HISTÓRICA DO LAZER</b> .....	63
3.1 REFLEXÕES SOBRE A OCORRÊNCIA HISTÓRICA DO LAZER.....	64
3.2 O LAZER COMO FRUTO DA REVOLUÇÃO DOS TEMPOS SOCIAIS.....	71
3.3 A OCORRÊNCIA HISTÓRICA DO LAZER SOB A PERSPECTIVA CONFIGURACIONAL.....	75
3.4 REFLEXÕES SOBRE LAZER E ÓCIO.....	83
3.5 O SURGIMENTO DO LAZER: DEBATE INFINDÁVEL?.....	86
<b>CAPÍTULO 4 – LAZER, TEMÁTICAS DE ESTUDO E TEORIA CONFIGURACIONAL: POSSÍVEIS DIÁLOGOS</b> .....	90
4.1 SOBRE LAZER E RECREAÇÃO.....	90
4.1.1 A relação entre lazer e recreação no Brasil.....	91
4.1.2 O lazer e o lúdico.....	98
4.2 O LAZER NA LÓGICA DO MERCADO.....	106
4.2.1 Vende-se tensão-excitação agradável.....	119
4.3 A EDUCAÇÃO PARA E PELO LAZER.....	126
4.3.1 Lazer como prática de liberdade.....	127
4.3.2 Lazer, educação estética e animação cultural.....	134
4.3.2.1 A Animação Cultural.....	141
4.3.2.2 Educação estética e animação cultural.....	145
4.3.2.3 Cinema e animação cultural.....	147
4.3.3 Lazer e educação: apontamentos.....	151
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	157
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	171

## INTRODUÇÃO

Há tempos que o tema lazer vem se tornando objeto de discussão, mas só recentemente – no caso do Brasil principalmente a partir da década de 1970, considerada um marco nos estudos do lazer – vem ganhando maior destaque nas pesquisas, já que, nos séculos passados, o tema estava relegado a segundo plano e era discutido discretamente ou, então, de maneira não sistematizada, aparecendo sutilmente em estudos relacionados a temas como trabalho e religião. Posteriormente, principalmente a partir do século XX, a necessidade de conhecimento e controle social do tempo livre dos trabalhadores nos países industrializados – tempo que, naquela época, se ampliava cada vez mais, em consequência da redução da jornada de trabalho – e a preocupação por parte dos políticos, empresários e donos de indústrias acerca dos usos que esses trabalhadores pudessem fazer do seu tempo livre, acirraram as discussões sobre este objeto de estudo e estimularam a realização de pesquisas sobre o tema (DUMAZEDIER, 1979). Surgia então, o que nos Estados Unidos foi denominado “sociologia do lazer” (SANT’ANNA, 1994). A partir daí, os estudos envolvendo a sociologia do lazer ganharam amplitude e acabaram sendo disseminados em diversas áreas de conhecimento, dentre elas, a Educação Física<sup>1</sup>.

Atualmente, no Brasil, de acordo com Werneck (2000), um número cada vez maior de agentes e instituições vêm se dedicando a estudar o tema. Nas últimas décadas, novos centros de estudos foram formados e muitas instituições passaram a oferecer cursos de especializações e de graduação específicos sobre esta temática, reunindo assim, um crescente número de profissionais e pesquisadores interessados no assunto. Ocorreu também, o surgimento de eventos científicos voltados à discussão do lazer, como Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL), o Congresso Nacional de História, Lazer e Dança e o Grupo de Trabalhos Temáticos sobre Educação Física/Esporte e Recreação/Lazer (integrante

---

<sup>1</sup> É fato, como será visto adiante, que, embora a maioria de profissionais e grupos de pesquisas ligados aos estudos do lazer seja oriunda da educação física, o debate teórico em torno do tema não é, de forma alguma, exclusivo desta área. A opção por delimitar este estudo e discuti-lo a partir dos conhecimentos produzidos por pesquisadores inseridos em grupos de pesquisa abrigados na área da educação física deve-se, além de entender que ela ainda constitui no momento a principal via de discussão, a nossa formação acadêmica e profissional nessa área.

do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE), aumentando a produção científica e aprimorando as discussões sobre o tema.

Entretanto, se por um lado podemos ver claramente um aumento quantitativo relacionado ao número de pesquisadores, instituições e, conseqüentemente, produção científica relacionada ao tema, por outro há um questionamento quanto à qualidade e ao aprofundamento teórico desenvolvido nestes estudos. Melo (1999) observa que os trabalhos de pesquisas aqui no Brasil, mesmo apresentando uma discussão consistente sobre o lazer, não apontam caminhos necessários para promover um avanço qualitativo neste campo e que, além disso, grande parte dessas pesquisas são apenas relatos de experiências que não partem de uma compreensão teórica aprofundada.

Essa dúvida com relação à qualidade dos estudos desta temática exige que se discuta, constantemente, qual a atual situação desses estudos, qual a direção apontada neles e a partir de quais premissas eles se baseiam, a fim de avaliar a produção científica provinda deste campo. Afinal, expor, analisar e discutir constantemente os estudos que estão sendo produzidos em uma determinada área é uma maneira de contribuir para o enriquecimento e aprofundamento teórico desta, como bem aponta Soares:

As pesquisas de caráter bibliográfico, com objetivo de inventariar e sistematizar a produção em determinada área do conhecimento [...] são, sem dúvida, de grande importância, pois pesquisas desse tipo é que podem conduzir à plena compreensão do estado atingido pelo conhecimento a respeito de determinado tema – sua amplitude, tendências teóricas, vertentes metodológicas. (SOARES, 1989, p. 3)

O autor complementa que pesquisas desse tipo, conhecidas como levantamento do *estado da arte*, são necessárias a fim de que:

se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, ordenação que permita a indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições, e a determinação de lacunas ou vieses. (SOARES, 1989, p. 3)

Apontando para essa mesma questão, Gomes e Melo compreendem que “uma perspectiva interessante para contribuir para um salto de qualidade no campo [do lazer] é melhor compreender o seu desenvolvimento histórico e seu atual estágio” (2003, p. 24-25). Também indicam que um dos caminhos fundamentais

para o almejado avanço qualitativo da produção no campo do lazer seria explicitar o debate teórico sobre o lazer por meio de publicações, com análises criteriosas sobre a produção dos autores da área, já que, muitas vezes, as discussões e críticas que se estabelecem em torno da produção teórica na área não são veiculadas por meio de produção escrita e, por isso, acabam não sendo difundidas.

Buscando abordar a temática nesse sentido, em sua tese de doutorado intitulada *Abordagens do lazer no Brasil: um olhar processual*, Cavichioli (2004) analisou o debate e a configuração dos estudos sobre o lazer no Brasil levando em consideração os principais autores responsáveis pela discussão deste tema. Neste estudo o autor defendeu que o campo de estudos do lazer ainda não possuía uma base teórica sólida nas quais as futuras pesquisas poderiam se estruturar, e concluiu que as concepções apresentadas pelos principais autores do tema no Brasil estavam fortemente baseadas em crenças pessoais e ideologias, quando deveriam estar, a seu ver, pautadas somente em investigações teóricas e/ou empíricas.

O resultado tem sido o fato de os pesquisadores orientarem para situações sociais relativamente não transparentes, por meio do sistema de crenças e de ideais relativamente pessoais, carregados de emotividade. Estes são altamente satisfatórios para um grupo na área do lazer, porque geralmente as questões são encaminhadas para um alívio, se não imediato, pelo menos pela promessa de um dia cessar os sofrimentos sociais. (CAVICHIOILLI, 2004, p. 172)

Considerando tais discussões, relativas ao progresso nos *estudos do lazer*<sup>2</sup> no Brasil, justificamos a necessidade de empreendermos estudos constantes que possam expor e discutir as publicações científicas desenvolvidas por autores na área.

É justamente com estes fins que foi planejado e desenvolvido o presente estudo, cujos objetivos principais podem ser assim sistematizados:

- a) identificar e selecionar 3 (três) dentre daqueles que podem ser considerados como autores importantes no que se refere aos estudos do lazer no Brasil;

---

<sup>2</sup> Utilizamos este termo nesta obra para identificar o conjunto de conhecimentos produzidos relativos ao lazer, tempo livre, recreação e ócio. Baseamo-nos na autora Peixoto (2008, p. 15) que se utilizou desta terminologia para enquadrar todos aqueles estudos que estão envolvidos com a produção científica no âmbito do lazer. A autora definiu os estudos do lazer como “um conjunto disperso e multidisciplinar de abordagens dos problemas relativos à fruição do tempo livre do trabalho a partir de áreas de conhecimento e referenciais teóricos diversificados”.

- b) expor e analisar algumas das produções científicas que abordam especificamente a temática lazer publicadas pelos autores selecionados;
- c) dialogar com essas produções tendo como fundamentação teórica a teoria configuracional.

Pretendemos, por meio da análise dessas produções, compreender e apresentar as concepções defendidas por estes autores em seus trabalhos, bem como aquilo que tem sido por eles produzido, revelando, assim, um pouco sobre a atual situação das pesquisas referentes ao tema em nosso país, e colaborando, de certa forma, para um aprofundamento teórico desta área de conhecimento.

Acreditamos que, futuramente, essa pesquisa poderá ser comparada com outras pesquisas deste mesmo gênero já publicadas ou que virão a ser publicadas, fornecendo um quadro de análise que talvez possibilite entender como o estudo desta temática vem se desenvolvendo e quais são as possíveis tendências desse desenvolvimento.

Para atender aos objetivos desse estudo, nos ocupamos primeiramente em encontrar um método satisfatório para identificação e seleção de autores no âmbito do lazer que teriam suas produções teóricas investigadas. Ou seja, a primeira missão desse estudo era descobrir quem eram os autores que atualmente compõem o cenário dos estudos do lazer no Brasil. Assim, elaboramos um conjunto de critérios (os quais serão detalhadamente apresentados no tópico 1.1 Metodologia) e realizamos um levantamento a partir do diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq que nos permitiu selecionar três autores que vêm se dedicando a estudar profundamente o tema em nosso país. São eles: Victor Andrade de Melo, Chirstianne Luce Gomes<sup>3</sup> e Fernando Mascarenhas; pesquisadores em cena, assim podemos dizer, no campo dos estudos do lazer.

Os dados obtidos com esse levantamento serão apresentados e discutidos logo no primeiro capítulo desse estudo, logo após a apresentação dos encaminhamentos metodológicos. A idéia desse levantamento é fornecer um quadro panorâmico, informando quem são os autores que estão produzindo, qual a quantidade e onde está sendo publicado aquilo que vem sendo produzido. Dados

---

<sup>3</sup> Informamos que as produções científicas desta pesquisadora traziam, até o ano 2000, o sobrenome Werneck. É somente a partir desse ano que a autora passa a assinar seus trabalhos com o sobrenome Gomes.



desta natureza podem servir como quadro comparativo para outras pesquisas dessa mesma espécie ou subsidiar pesquisas de cunho qualitativo, com o intuito de, por exemplo, identificar certas tendências teóricas que vêm se configurando neste campo de estudo, ou ainda, perceber o surgimento de novas linhas de pesquisas e abordagens teóricas – haja vista a influência de determinados autores e suas respectivas produções e, também, a importância de certos grupos de pesquisa enquanto pólos científicos na divulgação do conhecimento.

Antes de abordar diretamente aquilo que vem sendo produzido pelos autores selecionados no que se refere aos estudos do lazer, procuramos apresentar, no segundo capítulo do presente trabalho (Capítulo 2 – A teoria configuracional e o lazer), a perspectiva de abordagem do lazer proposta pelos sociólogos Norbert Elias e Eric Dunning. Para isso, debruçamo-nos sobre o livro *A Busca da Excitação* (1992) – a única obra de autoria de Elias a abordar diretamente a temática lazer. Por entendermos que o texto de Elias e Dunning oferece uma perspectiva diferenciada e valiosa para a interpretação do lazer, perspectiva que também não é usada como referência teórica pelos autores aqui investigados – não é muito comum a sua utilização no caso dos autores brasileiros que se dedicam a estudar o lazer –, julgamos importante deixar registrado como alternativa teórico/metodológica essa forma de se pensar o lazer, a qual coloca as emoções humanas como perspectiva central de análise. Num segundo momento deste mesmo capítulo buscamos refletir acerca da questão do prazer, elemento fundamento para discutirmos o lazer mas que nem sempre é discutido diretamente.

No terceiro capítulo deste estudo, exploramos uma questão recorrente no que tange ao debate sobre o lazer: a ocorrência histórica do lazer. O debate gravitou em torno do posicionamento teórico dos autores selecionados sobre quando o lazer surge na sociedade humana. Ao analisar a obra desses autores constatamos dois posicionamentos distintos: de um lado, Victor Andrade de Melo e Fernando Mascarenhas, os quais defendem que o lazer surge após/durante o período da revolução industrial; do outro, Christianne Luce Gomes, a qual afirma que o lazer não nasce com a referida revolução nos modos de produção, e que é por demais arriscado precisar cronologicamente o seu surgimento. A partir de alguns apontamentos da teoria configuracional refletimos sobre a possibilidade interpretativa de se considerar a busca da excitação e da renovação emocional

como algo não exclusivo das sociedades mais complexas estabelecidas após a Revolução Industrial.

No quarto capítulo passamos a explorar alguns temas por nós considerados centrais nas pesquisas dos autores selecionados. Tais temas foram eleitos na medida em que nos apropriamos das pesquisas selecionadas. Assim, quando fomos percebendo que certos temas se afiguraram como objetos e problemas centrais nas pesquisas investigadas, tomamo-los como referências centrais para que fossem debatidos num tópico à parte dentro desse capítulo. Com isso, subdividimo-lo em três extensos tópicos principais, nos quais são debatidas questões importantes no conjunto da obra de cada um dos autores. Há uma visível, às vezes absoluta, predominância das produções de um único autor em cada um dos tópicos, o que se justifica pela maior dedicação daquele autor ao tema central que delimita aquele tópico – o que não significa dizer que os outros autores nunca abordaram aquela temática, mas somente que aquela temática é discutida com maior afinco por um pesquisador.

Como se tratavam de temáticas distintas, não foi possível, e pouco conveniente seria, tentar aproximá-las. Dessa forma, nota-se com clareza que os temas são apresentados por meio de tópicos principais que não possuem conexão uns com os outros. Em realidade, não havia condições de aproximar e reunir temáticas tão divergentes num único debate, o que nos obrigou a entender que a subdivisão desse capítulo em três temáticas centrais que não se comunicavam entre si era a única saída viável. Sem ela, também não existiria a garantia de que as produções dos autores selecionados iriam receber o mesmo espaço para discussão ao longo do trabalho.

No estabelecimento dos debates em torno de cada um dos temas centrais, recorreremos constantemente aos subsídios teórico-metodológicos produzidos pelo sociólogo alemão Norbert Elias, destacando-se aqueles encontrados nos livros *Envolvimento e Distanciamento* (1998b), *Introdução à Sociologia* (1980) e, principalmente, nos dois primeiros capítulos do já mencionado *A Busca da Excitação* (1992). Utilizamos tais obras como apoio teórico tentando estabelecer um diálogo com algumas questões apresentadas nas produções científicas investigadas. Buscamos também, em alguns trechos, identificar os momentos nos quais algumas interpretações apresentadas por essas produções se aproximam ou se distanciam da teoria configuracional.

Na primeira subdivisão desse quarto capítulo (tópico 4.1 Sobre lazer e recreação), preocupamo-nos em expor um debate controverso no meio acadêmico: a relação entre lazer e recreação. Para esclarecer a confusão teórica que permeia as discussões sobre estes termos – que ora são vistos como sinônimos, ora como termos distintos – recorreremos, essencialmente, à tese de doutorado da pesquisadora Christianne Luce Gomes (2003), a qual tem como foco central de análise o surgimento dos movimentos recreacionistas no Brasil e os debates que começaram a emergir no início do século XX à respeito da ampliação do tempo livre dos trabalhadores. Na segunda parte dessa mesma subdivisão, focalizamos o debate sobre a definição conceitual de lazer proposta por esta pesquisadora, procurando estabelecer um diálogo entre alguns conceitos e definições por ela apresentados e a teoria configuracional.

Na subdivisão seguinte (tópico 4.2 O lazer na lógica do mercado) ocupamo-nos em debater a relação entre a esfera do lazer e as relações econômicas, partindo, exclusivamente, dos escritos do autor Fernando Mascarenhas. Centralizamos a análise na tese de doutorado desse autor (MASCARENHAS, 2005), a qual aborda prioritariamente estas questões. Na primeira parte procuramos discutir a produção do autor a partir da crítica dirigida por Elias (1998b) à questão do envolvimento-distanciamento emocional do pesquisador no âmbito da pesquisa científica. Na segunda parte, buscamos refletir sobre o lazer mercadológico com o intuito de interpreta-lo não a partir de suas características econômicas, mas de uma perspectiva de análise sobre a necessidade humana de busca de renovação emocional numa sociedade altamente rotinizada, conforme apontamentos de Elias e Dunning (1992).

Na última subdivisão (tópico 4.3 A educação para e pelo lazer) trazemos um debate que há tempos permeia o campo de estudos do lazer: a relação entre lazer e educação. Ao expor sistematicamente duas propostas de intervenção pedagógica no âmbito do lazer: o “Lazer como prática de liberdade” de Fernando Mascarenhas e a “Animação Cultural” de Victor Andrade Melo, procuramos, partindo de uma perspectiva de análise configuracional, refletir sobre como é trabalhada a relação entre lazer e educação nas produções científicas destes autores. Predomina, nesse momento, o pensamento do autor Victor Andrade de Melo, abordado principalmente a partir dos livros *Introdução ao lazer* (MELO; ALVES, 2003) e *A Animação Cultural: conceitos e propostas* (MELO, 2006), nos quais aparecem, respectivamente, a

concepção de lazer do autor e sua proposta de intervenção envolvendo a educação para o lazer. Ao fim do tópico, destacamos a importância das perspectivas de atuação apresentadas pelos autores e, visando a concessão de maior sustentação teórica e empírica às propostas apresentadas, apontamos para a necessidade de se aprofundarem as análises avaliativas dos programas de intervenção.

Por fim, nas considerações finais deste estudo, como crítica e, ao mesmo tempo, como alternativa metodológico à alguns tipos de pesquisas desenvolvidas no âmbito das ciências sociais, incluindo àquelas direcionadas ao lazer, encerramos o trabalho oferecendo um debate freqüentemente verificado nos estudos de Norbert Elias: o envolvimento emocional do pesquisador no desenrolar da pesquisa científica. Questionaremos se ao longo do processo de desenvolvimento científico devemos dar rédeas às nossas imaginações, fantasias e crenças ou nos afastarmos o máximo possível de nossos medos, angústias e temores. É com essa interrogação que encerramos o nosso trabalho.

Começamos, então, pelo modo como foram selecionados os pesquisadores cujas produções foram trabalhadas ao longo deste estudo.

## CAPÍTULO 1

### PESQUISADORES DO LAZER NO BRASIL

#### 1.1 METODOLOGIA

O trabalho aqui apresentado configurava-se, em princípio, como uma pesquisa de caráter exclusivamente bibliográfico, objetivando expor e discutir o conhecimento produzido por autores ligados aos estudos do lazer no Brasil. Todavia, fomos levados a realizar levantamentos de natureza quantitativa porque, antes que pudéssemos encaminhar esta pesquisa ao objetivo proposto, ou seja, antes que direcionássemos nossa investigação para determinados autores e suas respectivas produções científicas, precisávamos responder de maneira geral e abrangente quem eram os autores que discutiam o tema lazer no Brasil, para em seguida, elaborar uma forma, um método específico, que nos permitisse selecionar – sem a utilização de critérios subjetivos – quais desses autores teriam suas produções científicas diretamente analisadas por este estudo.

Se considerássemos o universo de todos os estudiosos que em sua trajetória acadêmica publicaram pelo menos alguma vez sobre o tema lazer, teríamos um número de pesquisadores tão grande que seria um tanto dificultoso, para efeito dessa pesquisa, identificar todos eles. Além do mais, mesmo que só quiséssemos levar em conta aqueles que se dedicam especificamente aos estudos do lazer, produzindo mais frequentemente sobre a temática, não seria tarefa das mais fáceis identificar quem são e onde estão todos esses estudiosos.

Encontramos a solução para esse primeiro impasse restringindo o levantamento dos pesquisadores ao Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Embora existam muitos pesquisadores não vinculados ou simplesmente não cadastrados nesse banco de dados, consideramos que este fornece, por meio de acesso eletrônico<sup>4</sup>, informações consolidadas e atualizadas sobre grupos de pesquisa e seus respectivos membros pesquisadores e linhas de pesquisa, permitindo que, nesse caso específico, fossem identificados

---

<sup>4</sup> Endereço eletrônico para pesquisa nos grupos de pesquisa: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>. O levantamento dos grupos de pesquisas e o acesso ao curriculum lattes dos pesquisadores foi realizado ao longo do mês de agosto de 2007.

todos os grupos de pesquisas sobre lazer atualmente cadastrados nesse órgão e, a partir disso, todos os pesquisadores que, envolvidos nesses grupos, desenvolvessem pesquisas científicas no âmbito do lazer.

Selecionamos, então, por meio da página eletrônica, todos os grupos de pesquisa cadastrados na área de Educação Física que possuíam o termo “lazer” como palavra-chave. Deste modo, acreditamos ter selecionados pesquisadores que, por estarem envolvidos com grupos de pesquisas, realmente desenvolvam pesquisas científicas no âmbito do lazer e que, por isso, produzam conhecimentos relevantes no que se refere a temática.

Por ser o lazer um objeto de estudo multifacetado, que pode ser discutido a partir de várias disciplinas, limitamos nossa pesquisa à área de Educação Física, área na qual transitamos acadêmica e profissionalmente. Além do que, se assim não fosse delimitado o estudo, o grande número de grupos de pesquisa e, conseqüentemente, de membros pesquisadores dificultaria a realização do levantamento. Todavia, ressalvamos que a qualidade da pesquisa não é tão afetada já que, como veremos adiante, metade dos grupos (64 de um total de 128) de pesquisas cadastrados no CNPq que estudam o lazer está abrigada em faculdades e departamentos de Educação Física e, também, parte considerável dos teóricos considerados importantes no âmbito dos estudos do lazer no Brasil transitam por esta área.

Posteriormente à seleção dos grupos, destacamos dos membros que estão listados como pesquisadores nestes grupos somente aqueles que são doutores. Restrição novamente necessária a fim de reduzir o número de pesquisadores levantados. Partimos do pressuposto que, pelo próprio tempo de trajetória acadêmica, pesquisadores com título de doutores têm quantitativamente maior produção científica – fator que, como será explicado mais abaixo, foi determinante para a escolha dos autores cujas obras seriam estudadas – e possuem experiência, conhecimento e apoio institucional para o desenvolvimento de pesquisas com certa repercussão no âmbito acadêmico.

Entretanto, o fato de estar vinculado a um grupo de pesquisas não garante que o pesquisador tenha produzido algum conhecimento sobre o tema específico daquele grupo. Isso acabou exigindo que selecionássemos, por último, por meio do acesso ao currículo da plataforma Lattes do CNPq de cada pesquisador, apenas aqueles que tivessem publicação sobre o lazer.

Com a listagem de pesquisadores do lazer em mãos, precisávamos definir qual seria o critério de escolha daqueles que seriam destacados para serem referência teórica principal deste estudo, tendo suas publicações analisadas e discutidas. Como não pretendíamos julgar de maneira subjetiva a importância ou não de um autor ou obra visando determinar quais dos autores finalmente seriam estudados, pensamos em algumas possibilidades de selecioná-los, baseadas em critérios quantitativos. Inicialmente, pretendíamos utilizar um critério com base no número de vezes que cada pesquisador era citado como referência bibliográfica. Posteriormente, surgiu a idéia de definir a seleção com base na produção científica de cada autor, ou seja, selecionaríamos aquele pesquisador que mais publicou sobre o tema. As duas formas tinham lá suas virtudes: se por um lado a primeira destacaria aqueles cujo conhecimento está sendo mais difundido no meio acadêmico e possivelmente assimilado, o que realça a necessidade de se analisar mais detidamente como este conhecimento está sendo construído e apropriado; por outro lado, a segunda possibilidade levanta questões sobre o que exatamente têm sido produzido e quais são as linhas de pesquisa dentro do âmbito do lazer que têm recebido mais atenção.

Antes de anunciarmos nossa opção, trazemos como foi feita esta escolha na tese de doutorado de Cavichioli (2004) – obra que nos instigou a realizar tal estudo e influenciou determinantemente a construção desta pesquisa. Nessa tese, o autor discutiu as quatro principais vertentes de estudo do lazer no Brasil, identificadas por meio das concepções que os autores Heloísa Turini Bruhns, Luis Octávio de Lima Camargo, Nelson Carvalho Marcellino e Paulo de Salles Oliveira, defendiam em suas obras. Estes quatro pesquisadores estudados pelo autor foram identificados, na época, como as principais fontes de referência para os estudos do lazer, pois foram, de acordo com a tese, os pesquisadores mais citados nas pesquisas realizadas naquele período.

Definimos, de antemão, que estes autores não seriam alvos deste estudo, quaisquer que fossem os processos utilizados para seleção, haja vista que o objetivo deste trabalho é expandir a compreensão de lazer ao analisar outros autores que se dedicam a estudar o tema.

Cogitamos que se o levantamento fosse realizado como Cavichioli (2004) o fez, devido à grande importância e influência dos autores anteriormente citados, seria muito provável que o novo levantamento repetisse os resultados, apontando

novamente para alguns destes. E como já foi dito, fugiria um pouco aos interesses desta pesquisa. Por isso, com a intenção de oferecer uma forma de seleção diferente daquela realizada por Cavichioli (2004), justamente procurando trazer novos resultados, optamos então pela segunda forma de seleção, baseada na produtividade acadêmica.

Assim, foram então escolhidos os quatro autores que obtiveram a maior *pontuação* com publicações que envolviam o tema lazer. Isto sugere que os autores escolhidos são pesquisadores que têm produzido e colocado em circulação conhecimentos sobre a temática.

Para efeito da pontuação, consideramos as publicações listadas no item “Produções em C,T & A” do Sistema de Currículo Lattes de cada pesquisador. Restringimos também à pontuação, somente os textos que foram publicados a partir do momento em que o autor já possuía título de mestre, garantindo, ao menos em teoria, que os textos por ele produzidos possibilitassem uma discussão mais madura e consistente. Utilizamos a seguinte pontuação, baseado no que foi definido pelo “Comitê de Assessoramento de Educação Física, Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional” do CNPq<sup>5</sup>:

1. Artigos completos em periódicos<sup>6</sup>

- Artigo publicado em Periódicos Internacionais A = 8 pontos
- Artigo publicado em Periódicos Internacionais B = 6 pontos
- Artigo publicado em Periódicos Internacionais C = 4 pontos
- Artigo Publicado em Periódicos Nacionais A = 4 pontos
- Artigo Publicado em Periódicos Nacionais B = 2 pontos
- Artigo Publicado em Periódicos Nacionais C = 1 ponto

2. Livros e capítulos de livro

- Livro Nacional publicado ou editado = 4 pontos
- Capítulo de livro Nacional = 2 pontos

Com relação aos periódicos, só foram pontuados os artigos publicados em periódicos classificados segundo os critérios definidos pelo programa Qualis da

---

<sup>5</sup> O último documento produzido até a conclusão do levantamento (realizado em agosto de 2007) datava de março de 2006 e pode ser acessado no site: <http://portal.cnpq.br/cas/ca-ms.htm>.

<sup>6</sup> Periódicos classificados segundo critérios definidos pelo programa Qualis da CAPES: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>



Capes para a Área de Avaliação da Educação Física. A intenção disso foi, além de limitar os estudos do lazer sob o campo disciplinar da área na qual transitamos, evitar possíveis contradições com relação à pontuação, já que um artigo poderia ser publicado, por exemplo, em um periódico classificado como “A Internacional” para uma determinada área e simplesmente desclassificado para outra.

Depois de pontuar todas as produções científicas sobre o tema lazer de cada autor, foi feita a somatória da pontuação de cada um para, ao final, destacar os três autores com maior pontuação para o estudo. Apesar do critério para escolha aparentar ser unicamente quantitativo, ele também envolve critérios qualitativos, pois subentende-se que publicações em periódicos de maior conceituação têm maior qualidade.

O critério para a escolha da quantidade de autores a serem estudados (três) foi estabelecido a partir da definição de que, pela quantidade de produção científica destes autores (em termos de livros, capítulos de livros e artigos publicados), o número três seria o mais compatível e viável dentro os limites dessa dissertação para o desenvolvimento de um estudo em profundidade sobre as obras destes autores.

Sabendo afinal quem seriam os autores cujas obras seriam objetos diretos de estudo desta pesquisa, partimos para a segunda etapa de desenvolvimento, objetivando a exposição e discussão dos textos produzidos por estes autores. Propomos analisar as produções bibliográficas destes autores que estavam listadas no currículo do Sistemas de Currículos Lattes do CNPq e que possuíam títulos que remetessem ao tema lazer, ou que trouxessem os termos “lazer”, “ócio”, “recreação” e “tempo-livre” como palavra-chave.<sup>7</sup>

Não obstante a toda ajuda prestada pelos próprios autores – fornecendo informações, contribuindo para o alcance de algumas publicações e, até mesmo, repassando trabalhos e artigos – e também a facilidade posta pelos meios de armazenamento virtual (banco de teses, bibliotecas on-line, etc.) juntamente com a rapidez dos processos de pesquisa, foi verdadeiramente impossível obter todas as publicações que desejávamos. Com isso, abre-se margem para questionamentos

---

<sup>7</sup> Visando contemplar as produções preocupadas com a ocupação do tempo de não-trabalho, utilizamos estas palavras que, apesar de distintas, englobam ou referem-se, de maneira geral, a um fenômeno comum, cuja discussão é desenvolvida pelos estudos do lazer. Observamos, no entanto, que existem outros que frequentemente estão associados à discussão no âmbito do lazer, como “lúdico”, “férias”, “diversão”, “repouso”, etc. Para a escolha destes termos nos baseamos novamente no trabalho de Peixoto (2008).

sobre produções interessantes que podem ter sido deixadas de lado. Contudo, das obras mais importantes sobre o lazer publicadas por estes autores – facilmente identificadas, na maioria das vezes, através de outros textos nos quais o próprio autor faz referência constante a estas obras, ou, em alguns casos, com a indicação do próprio autor por meio de contato eletrônico – provavelmente a maioria foram contempladas neste estudo. Por mais que alguns notem que uma obra ou outra considerada importante não veio a ser citada, afirmamos com segurança que grande parte das obras foram criteriosamente lidas. Nem todas, no entanto, puderam ser examinadas e exploradas dentro do limite deste estudo.

Quando verificamos que parte considerável das publicações dos autores já havia sido lida, recortamos das produções investigadas aquilo que parecia, aos nossos olhos, temáticas centrais no conjunto da obra de determinado autor.

Nesse processo de leitura e interpretação dessas publicações, dada a abrangência do tema lazer – objeto de estudo com suas transversalidades, seus múltiplos olhares, suas várias formas de abordagem e discussão – logo percebemos que as temáticas por nós eleitas como centrais para um determinado autor não era, em nenhum dos casos, central para os outros, ou seja, o foco central de investigação de cada um desses autores não coincidia.

Eleitos os temas centrais (os quais dão título às três subdivisões principais do quarto capítulo) passamos a expor e discutir os conhecimentos produzidos pelos autores acerca de um determinado tema, procurando estabelecer um diálogo com essa produção a partir do referencial teórico configuracional. Algumas seqüências de citações foram necessárias a fim de trazer mais fielmente possível o conhecimento produzido pelos autores selecionados.

Notadamente, há, em cada uma das três subdivisões principais, a predominância das pesquisas de um determinado autor: de Christianne Luce Gomes no tópico 4.1 Sobre lazer e recreação; de Fernando Mascarenhas no 4.2 O lazer na lógica do mercado; e de Victor Andrade de Melo no 4.3 A educação para e pelo lazer. Isso ocorre em razão do tema daquele capítulo ou tópico ser central na produção do referido autor.

Traremos, no próximo tópico, o resultado do levantamento aplicado, o qual identifica os pesquisadores que atualmente estão envolvidos com grupos de pesquisas de lazer.

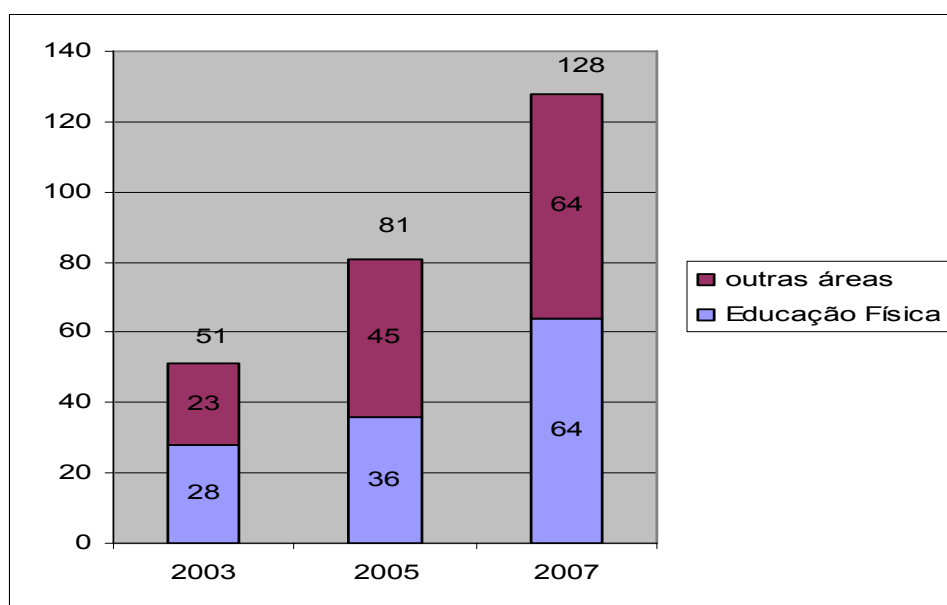
## 1.2 LEVANTAMENTO DOS GRUPOS DE PESQUISA DO LAZER NO BRASIL

Após a busca realizada no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, utilizando “lazer” como palavra-chave, foram encontrados 128 grupos de pesquisa cadastrados, estando exatamente metade deles (64 grupos) abrigados sobre a área da Educação Física. Comparando com um levantamento realizado num estudo semelhante (SOUZA; ISAYAMA, 2006), constatamos que houve um aumento significativo no número de grupos: na época da pesquisa (a qual refere-se a dados coletados até março de 2005) foram identificados 81 grupos, dentre os quais 36 eram da área da Educação Física. Outro estudo mais antigo (GOMES; MELO, 2003) indica que naquele momento, por sua vez, existiam 51 grupos cadastrados, dos quais 28 pertenciam a Educação Física.

Esse aumento nos últimos anos, ilustrado pelo Gráfico 1, evidencia um claro aumento da preocupação do lazer como objeto de estudo, indicando, além do mais, que a Educação Física continua sendo a principal área de estudo, reunindo grande parte dos pesquisadores interessados no estudo da temática. A estreita aproximação entre Educação Física e lazer deve-se, principalmente, ao papel específico desempenhado pelo movimento recreacionista que, no início do século XX, irá propor formas e maneiras específicas de se apropriar o tempo livre, estando o conteúdo físico, mais especificamente a ginástica, como um dos elementos fundamentais destes programas. Não menos importante, contribuindo com essa aproximação entre a educação física e o lazer, está justamente a reconhecida inserção, seja como conteúdo ou método, do esporte – uma das práticas corporais mais aceitas e procuradas no âmbito do lazer – dentro da esfera da educação física.

Devemos atentar para o fato de que nem todos esses grupos de pesquisas abordam ou têm intenção de abordar diretamente o lazer. Quando Souza e Isayama (2006) analisaram os grupos de pesquisas cadastrados, constataram que apenas 33% abordavam o lazer de forma direta (ou seja, apenas nesses grupos a palavra lazer ou outras palavras e expressões que explicitavam o lazer como objeto de estudo estavam presentes no nome do grupo ou da linha de pesquisa). Tal fato, embora não verificado de maneira sistematizada como o fizeram, também foi verificado em nossa pesquisa, principalmente no que se referia aos pesquisadores cadastrados nos grupos de pesquisa. Alguns pesquisadores, e não foram poucos,

que, apesar de vinculados a um grupo de pesquisa que se propõe declaradamente a estudar o lazer, possuem publicações que, nem de longe, se aproximam do tema, quem dirá pesquisas específicas abordando-o diretamente. Por outro lado, existem também aqueles pesquisadores que discutem e desenvolvem pesquisas sobre o tema, mas que estão vinculados a grupos de pesquisas cujo foco de investigação é totalmente distinto.



**GRÁFICO 1 – GRUPOS DE PESQUISA DE LAZER NO BRASIL**

Se, por um lado, podemos observar a predominância de profissionais da área de Educação Física estudando o lazer, por outro devemos ressaltar que a temática não é de forma alguma objeto exclusivo dessa área de conhecimento. Basta observar a quantidade e variedade de campos de conhecimento que abordam o tema, dos quais emergem diversas possibilidades de interpretação e os mais variados ângulos de investigação, para se ter idéia do caráter multi e transdisciplinar e da complexidade deste fenômeno. Essa diversidade é bem expressa no levantamento realizado por Peixoto (2008), com base no qual verificamos que a produção sobre os estudos do lazer no Brasil é oriunda de diversas áreas como: sociologia, filosofia, etimologia, história, geografia, administração, economia,

arquitetura e urbanismo, matemática, enfermagem, turismo e hotelaria, educação física, antropologia, pedagogia, psicologia.<sup>8</sup>

Acreditam Souza e Isayama (2006, s/ p.) que a multidisciplinaridade que permeia as discussões no campo do lazer contribui substancialmente para avanços qualitativos nos estudos da temática, pois “as diferentes reflexões teóricas estimulam a construção de novas idéias e abordagens, estimulando o interesse e o engajamento nos estudos do tema”. Acrescentamos que a apropriação de conhecimentos produzidos por diversas áreas do conhecimento não só contribui para o enriquecimento e aprofundamento do campo, como, também, é imprescindível para a compreensão do fenômeno, pois o campo de estudos do lazer, de fato, não possui um conjunto específico de conhecimentos que o difere de outras áreas de estudo, um saber próprio que o permitiria, por exemplo, se configurar como um campo autônomo de conhecimento ou até mesmo como um ramo especializado da sociologia – a sociologia do lazer<sup>9</sup>.

Muito embora os grupos de pesquisa selecionados fossem abrigados exclusivamente na área da Educação Física, nem todos os pesquisadores levantados tiveram formação de pós-graduação nesta área. Com relação ao título de mestre, aproximadamente 49% foi obtido na área de Educação Física e 31% na Educação, com o percentual restante distribuídos por áreas diversas como, por exemplo, Psicologia, Administração, História, Sociologia, etc. Semelhantemente, a titulação de doutor dividiu-se entre a Educação Física (49%) e a Educação (20%).

### 1.3 SELEÇÃO DOS PESQUISADORES

Por meio dos 64 grupos de pesquisa catalogados na área de educação física, levantamos 65 pesquisadores doutores que tinham produções referente ao lazer, e

---

<sup>8</sup> Peixoto (2008, p. 21) também irá citar em nota o levantamento realizado por Gomes (2004, p. 59) sobre as teses e dissertações produzidas no Brasil, as quais foram produzidas a partir das seguintes áreas: Educação Física (67), Educação (56), Comunicação (26), História (23), Psicologia (21), Administração (19), Antropologia (18), Ciências Sociais (16), Arquitetura e urbanismo (12), Geografia (10), Serviço Social (7), Saúde Pública (6), Engenharia (6), Enfermagem (5), Planejamento Urbano e Regional (4), Medicina (3), Ciências da Informação (3), Meio ambiente (2); Artes Visuais (2), Memória Social e Documento (2); Análise Regional (1), Ciência Política (1); Epidemiologia (1); Extensão Rural (1); Filosofia (1); Letras (1); Multidisciplinar (1); Turismo e Hotelaria (1).

<sup>9</sup> De acordo com Gomes (2005, p. 19) “a expressão sociologia do lazer é tradicionalmente empregada por estudiosos brasileiros do lazer, sendo até mesmo utilizada para denominar disciplinas curriculares, como acontece em alguns cursos de graduação em turismo. Porém, segundo pesquisas de Lafant (1972) – pouco conhecidas em nosso meio –, a chamada sociologia do lazer nunca conseguiu ser legitimada como um ramo especializado da sociologia.”

classificamos cada uma das suas produções científicas listadas nos currículos da Plataforma Lattes de acordo com o meio em que ela foi veiculada (livro, periódico, etc) e com o critério de pontuação por nós utilizado (baseados na pontuação estabelecida pela CAPES e de classificação dos periódicos pelo programa QUALIS do CNPq – conforme foi anteriormente mostrado na metodologia) .

O Quadro 1 apresentado abaixo é uma síntese dos dados colhidos, ordenado pela *pontuação* total obtida por meio da produção científica, e expressa numericamente o total de cada tipo de produção científica publicada por autor. O quadro responde, dentro das restrições e limitações impostas pelo nosso método de seleção, quem são os autores atualmente vinculados à grupos de pesquisa de lazer e que desenvolvem, de certo modo, pesquisas no âmbito do lazer, e atende, portanto, às necessidades deste estudo. Em outras palavras podemos dizer que o quadro destaca alguns atores em estágio em cena nos estudos do lazer no Brasil<sup>10</sup>.

O autor Nelson Carvalho Marcellino, identificado no estudo de Cavichioli (2004) como o autor mais citado nas pesquisas sobre o tema, figurou também, esperadamente, como o autor responsável pela maior pontuação em termos de produção científica sobre o lazer no Brasil<sup>11</sup>. Conforme mencionado anteriormente, não é do interesse desta pesquisa investigar a produção de Marcellino, que já foi bastante explorada e discutida por outros estudos na área do lazer, pois o autor foi, sem dúvida, e talvez ainda seja, uma das referências teóricas mais expressivas dentro dos estudos do lazer no Brasil, e cuja produção, nas palavras de Werneck (2000, p. 85), tornou-se “um verdadeiro paradigma” na área.

Descartando o autor Marcellino, selecionamos então, conforme o quadro a seguir, os três pesquisadores que obtiveram a maior pontuação referente à

---

<sup>10</sup> Se faz necessário alertar novamente que os autores listados a seguir não são exclusivamente os únicos pesquisadores sobre o tema no nosso país. Muitos outros com produção científica equivalente não tiveram seu currículo examinado por não estarem ligados atualmente a grupos de pesquisa cadastrados no CNPq. Mencionamos, ainda, que embora parte considerável das produções de alguns autores listados abaixo estava relacionada ao tema lazer, o que explica sua presença na lista, não significa que a temática lazer seja especificamente o foco principal das linhas de estudos desses pesquisadores.

<sup>11</sup> Lembrando que só foram computados as primeiras edições de cada livro. Se isso não fosse levado em conta e resolvêssemos considerar toda a produção, devido à quantidade de reedições de seus principais livros (1983; 1987; 1990), a pontuação obtida por Marcellino seria incomparavelmente mais alta.

produções científicas no âmbito do lazer: Victor Andrade de Melo, Christianne Luce Gomes e Fernando Mascarenhas<sup>12</sup>.

PESQUISADORES DOUTORES	pontos	TOTAL										
		ARTIGOS									LIVROS	
		Internacional			Nacional			s/	P	Org	Cap	
	A	B	C	A	B	C						
Nelson Carvalho Marcellino	129	0	0	7	0	3	15	12	6	11	28	
Victor Andrade de Melo	109	0	0	5	0	0	13	10	9	2	20	
Christianne Luce Gomes	53	0	0	1	0	0	9	3	5	2	10	
Gisele Maria Schwartz	48	0	0	2	0	0	16	3	0	3	12	
Fernando Mascarenhas	40	0	0	4	0	1	6	5	1	0	6	
Helder Ferreira Isayama	39	0	0	0	0	0	7	1	3	5	10	
Fernando Renato Cavichioli	33	0	0	5	1	0	3	0	0	1	3	
Marcos Paulo Stiiger	32	0	0	5	0	0	2	1	1	0	3	
Alcyane Marinho	29	0	0	3	0	1	7	0	0	2	4	
Edmundo de Drummond Alves Jr	28	0	0	1	0	0	4	1	1	0	8	
Vera Lucia de Menezes Costa	28	0	0	1	0	0	12	0	0	3	6	
Giuliano Gomes de Assis Pimentel	27	0	0	1	0	0	7	9	1	0	6	
Tânia Mara Vieira Sampaio	27	0	0	2	0	0	1	0	0	0	9	
Edmur Antonio Stoppa	26	0	0	0	0	0	2	4	3	0	6	
Humberto Luis de Deus Inacio	21	0	0	2	0	0	1	1	0	0	6	
Silvia Cristina Franco Amaral	20	0	0	2	0	0	6	1	0	0	3	
Simone Rechia	20	0	0	3	0	0	2	0	0	0	3	
Ana Márcia Silva	19	0	0	1	0	0	1	0	0	4	7	
Ricardo Ricci Uvinha	17	0	0	1	0	0	3	2	1	1	3	
Ademir Müller	16	0	0	0	0	0	2	1	0	3	7	
Katia Brandão Cavalcanti	16	0	0	1	0	0	2	3	1	0	3	
Tereza Luiza de França	16	0	0	0	0	0	2	0	0	0	7	
Yara Maria de Carvalho	16	0	0	0	0	1	2	0	1	0	4	
Fernando Marinho Mezzadri	11	0	0	1	0	0	1	0	0	1	3	
Maria Cristina Rosa	11	0	0	0	0	0	1	2	0	1	5	
Ademir Gebara	10	0	0	0	0	0	0	2	0	0	5	
Lino Castellani Filho	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	
Miria Suzana Burgos	10	0	0	0	0	0	2	0	0	1	4	
Luiz Fernando Camargo Veronez	9	0	0	1	0	0	1	1	0	0	2	
Antonio G Magalhaes Gomes Pires	8	0	0	0	0	0	2	0	1	0	1	
Maria Dilma Simões Brasileiro	8	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3	
Aldo Antonio de Azevedo	6	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	
Edison Francisco Valente	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	
Maria Auxiliadora Terra Cunha	6	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	
Carlos Nazareno Ferreira Borges	5	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2	

<sup>12</sup> Optamos pela análise do pesquisador Fernando Mascarenhas (que figura em sexto na pontuação) ao invés da pesquisadora Gisele Maria Schwartz (que aparece em quinto) devido a dificuldade que se estabeleceu quando da apropriação das pesquisas desta pesquisadora. Além do fato de que parcela desses estudos partia de abordagens no campo da psicologia, cuja análise exigiria um esforço desnecessário para os limites deste estudo, tendo em vista que nossa abordagem é de cunho sociológico, outra dificuldade foi a existência de pesquisas publicadas provavelmente sob sua orientação, as quais traziam focos de estudo diversificados e que demandaria muito esforço para enquadrá-las na estrutura desse trabalho.

Constantino Ribeiro de Oliveira Jr	5	0	0	0	0	0	3	1	0	0	1
Angela Brêtas Gomes dos Santos	4	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Antonio Jorge Goncalves Soares	4	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0
Dulce Maria F de Almeida Suassuna	4	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Francisco Máuri de Carvalho Freitas	4	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Jorge Fernando Hermida Aveiro	4	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
José Luiz dos Anjos	4	0	0	0	0	0	4	0	0	1	0
Ricardo Teixeira Veiga	4	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Silvio Ricardo da Silva	4	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0
Jose Geraldo do Carmo Salles	3	0	0	0	0	0	3	0	0	2	0
Luiz Gonçalves Jr	3	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1
Paulo Henrique Azevedo	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Sergio Stucchi	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Alberto Reinaldo Reppold Filho	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Ana Cristina Pimentel Carneiro de Almeida	2	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
Carlos Fernando Ferreira da Cunha Jr	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Eliete Maria Silva Cardozo	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Eveline Torres Pereira	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Luciana Marins Nogueira Peil	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Luiz Alberto Pilatti	2	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0
Manoel José Gomes Tubino	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Sebastião Josué Votre	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Andrea Moreno	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Eliane Ribeiro Pardo	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Hildegard Hedwig Pohl	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Kátia Cristina Montenegro Passos	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Ludmila Nunes Mourão	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Monique Ribeiro de Assis	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Wanderley Marchi Jr	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Edilson Fernandes de Souza	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>983</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>50</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>167</b>	<b>72</b>	<b>41</b>	<b>44</b>	<b>217</b>

**Legenda:**

n/c= periódico não classificado na área de Educação Física segundo o programa QUALIS da Capes

P= livros publicados (somente 1ª edição)

Org= livros organizados

Cap= capítulos de livros

**QUADRO 1 – DADOS SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA POR PESQUISADOR<sup>13</sup>**

O Quadro 2 apresenta um recorte desses mesmos dados (mostramos apenas os vinte primeiros), porém ordenados simplesmente pela quantidade total de produção, ou seja, sem levar em consideração a pontuação estabelecida para cada tipo específico de produção científica. Nota-se que não há discrepância gritante

<sup>13</sup> As produções científicas foram computadas com base no currículo cadastrado na plataforma Lattes, atualizado até agosto de 2007. Alguns leitores devem estar se perguntando o porquê dos pesquisadores Heloísa Turini Bruhns, Luis Octávio de Lima Camargo e Paulo de Salles Oliveira – referências no lazer na década de 1990 – não figurarem na listagem de autores do Quadro 1. Isso ocorreu pelo fato desses pesquisadores não estarem vinculados ou cadastrados a grupos de pesquisas de lazer cadastrado sob a área da Educação Física no diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq durante o período de levantamento dos dados.



entre as duas diferentes formas de ordenação apresentadas no Quadro 1 e Quadro 2.

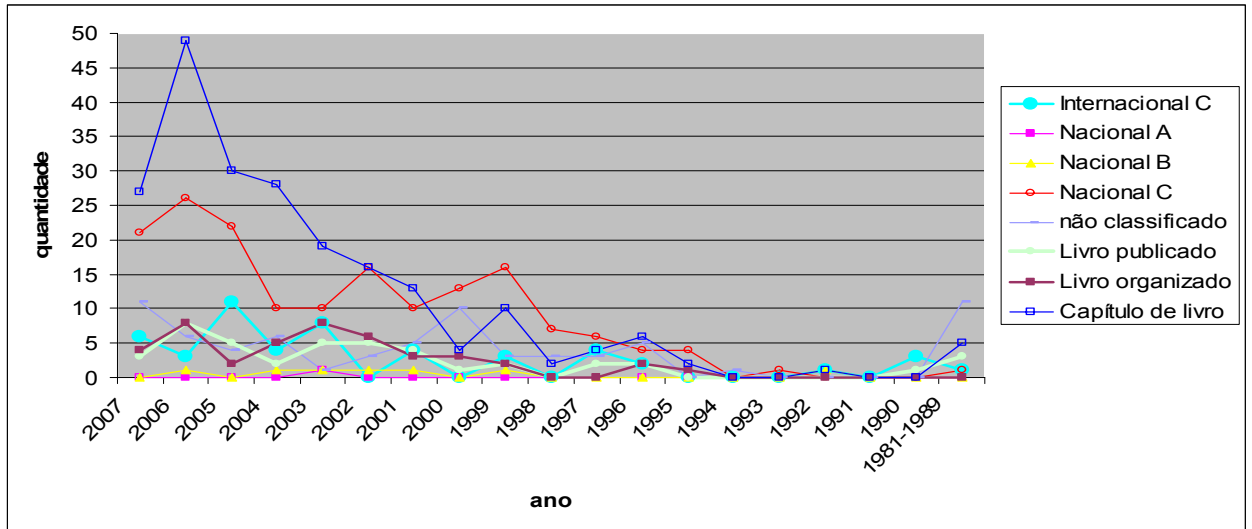
<b>PESQUISADORES DOUTORES</b>	número total de publicações
Nelson Carvalho Marcellino	82
Victor Andrade de Melo	59
Gisele Maria Schwartz	36
Christianne Luce Gomes Werneck	30
Helder Ferreira Isayama	26
Giuliano Gomes de Assis Pimentel	24
Fernando Mascarenhas	23
Vera Lucia de Menezes Costa	22
Alcyane Marinho	17
Edmundo de Drummond Alves Jr	15
Edmur Antonio Stoppa	15
Ademir Müller	13
Ana Márcia Silva	13
Fernando Renato Cavichioli	13
Marcos Paulo Stiiger	12
Silvia Cristina Franco Amaral	12
Tânia Mara Vieira Sampaio	12
Ricardo Ricci Uvinha	11
Humberto Luis de Deus Inacio	10
Katia Brandão Cavalcanti	10
<b>TOTAL</b>	<b>455</b>

#### **QUADRO 2 – QUANTIDADE TOTAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA POR PESQUISADOR**

Passando os olhos rapidamente sobre os títulos das produções científicas listadas no currículo Lattes observamos que, dentre os autores levantados, os focos de discussão sobre lazer foram os mais variados possíveis. Como não era nossa intenção levantar e sistematizar cuidadosamente cada um dos assuntos abordados, listamos aqui, apenas a título exemplificativo, alguns deles: educação para e pelo lazer; lazer e escola; intervenção pedagógica inserida no lazer; a atuação no âmbito do lazer e a animação cultural; políticas públicas para o lazer; democratização e acesso ao lazer; lazer como possibilidade de participação popular e cidadania; espaços e equipamentos de recreação e lazer; pesquisas sobre a história do lazer (o surgimento do lazer, práticas de lazer em períodos históricos específicos); lazer e sua relação com o trabalho; lazer e sua relação com o lúdico, o brinquedo, a brincadeira e o jogo; lazer e sua relação com o ócio e a recreação; lazer e natureza (meio ambiente, esportes de aventura, educação ambiental, ecologia); turismo e

viagens; as emoções e o risco no lazer; lazer, qualidade de vida e saúde; lazer, estilo de vida e formação de hábitos; a práticas de lazer de populações e grupos sociais específicas (idosos, juventude, meninos de rua, mulheres, etc.); lazer e movimentos sociais; estudo sobre práticas específicas de lazer (dança, capoeira, esportes, acampamento e colônias de férias, etc.); clubes e associações de lazer; relações estéticas e o lazer; lazer e meios de comunicação; estudos etnográficos e antropológicos; lazer e tecnologia; lazer e mercado (consumo, globalização, indústria cultural); formação profissional para o lazer (currículo, cursos de formação); análises de produções teóricas no campo do lazer; etc.

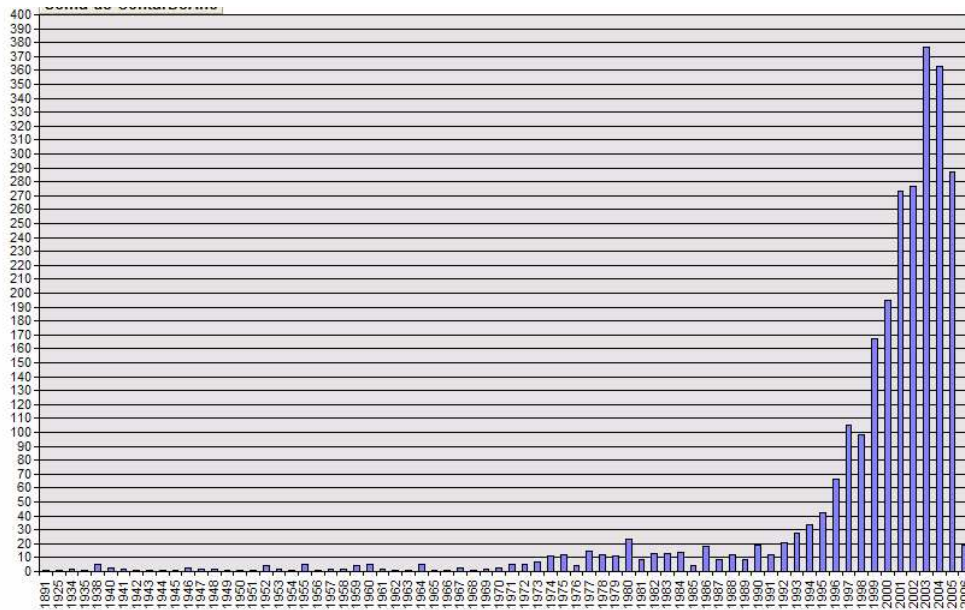
O Gráfico 2 mostra a quantidade de cada tipo de produção científica publicada por ano considerando-se os 65 pesquisadores levantados. Não houve nenhuma produção publicada em periódico A ou B internacional para a área de Educação Física nesse período. A seqüência de dados “não classificado” refere-se às produções veiculadas em periódicos não classificados na área de Educação Física segundo o programa QUALIS da Capes. Destaca-se o aumento do conhecimento veiculado no formato “Capítulo de Livro”, que expandiu muito a partir de 1994. Em teoria, o crescente aumento das produções sob a forma de “Capítulo de Livro” deveria ser acompanhado do aumento das publicação de “Livros Organizados”, já que os livros são, na maioria das vezes, um conjunto de “capítulos de livros”. Como isso não ocorre, deduzimos que muitas das produções publicadas sob a forma de “Capítulo de Livro” ou foram publicadas em livros organizados com ênfase em outros assuntos – ou seja, sem ter explicitamente o lazer como palavra-chave – reafirmando novamente o caráter multidisciplinar em que a temática é discutida) – ou em livros organizados por autores que não fazem parte da lista levantada a partir dos grupos de pesquisa do lazer.



**GRÁFICO 2 – QUANTIDADE E TIPO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA POR ANO**

Para efeito comparativo e, principalmente, para expor a produção sobre o lazer no contexto brasileiro, optamos por incluir nesta dissertação o Gráfico apresentado a seguir “Fluxo da produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil” que foi recortado da tese de doutorado de Elza Peixoto (2008, p. 21). Refere-se a um levantamento ainda incompleto<sup>14</sup> realizado pela autora sobre a produção de conhecimento no que tange aos estudos do lazer no Brasil e demonstra claramente o fluxo de crescimento das pesquisas sobre o tema ao longo dos século XX e XXI – notadamente o acentuado crescimento da produção a partir da década de 1990, que evidencia a preocupação acadêmica que começa a emergir a partir de 1970.

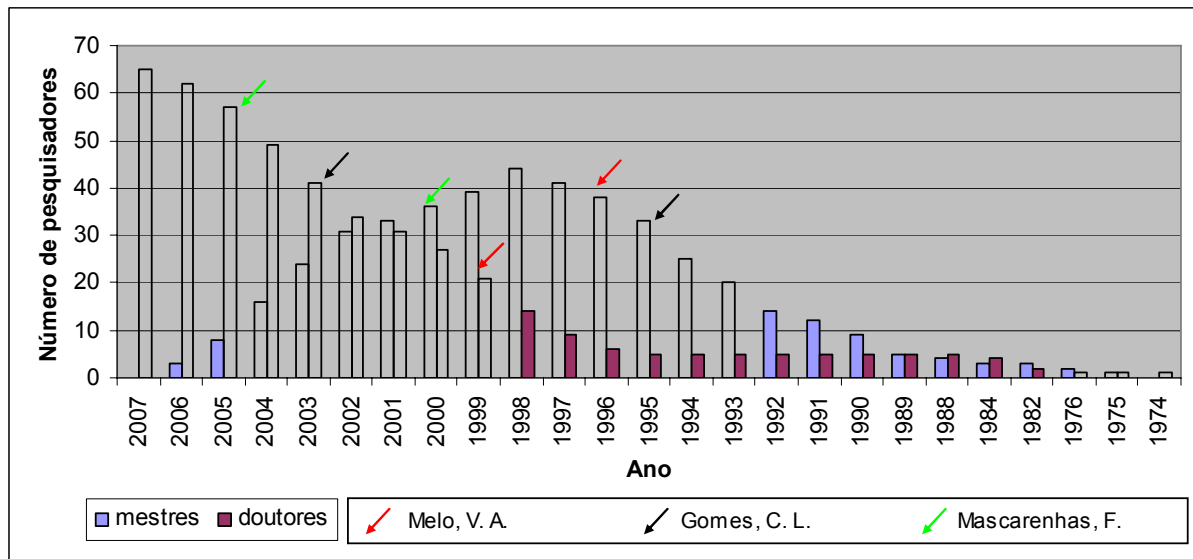
<sup>14</sup> Embora a tese de doutorado de Peixoto (2008) já tenha sido concluída e publicada, o trabalho de levantamento da produção científica no campo do lazer que a autora vem desenvolvendo ainda não está, como ela própria afirma, finalizado.



**GRÁFICO 3** – FLUXO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO REFERENTE AOS ESTUDOS DO LAZER NO BRASIL

FONTE: PEIXOTO (2008, p. 21)

A produção dos autores levantados pelo nosso estudo intensifica-se principalmente a partir do ano de 1994, período no qual começa a aumentar gradativamente o número de pesquisadores com título de doutor. O Gráfico 3 traz anualmente o momento em que os pesquisadores levantados foram adquirindo titulação de mestre e posteriormente doutor. De maneira geral podemos considerar que os pesquisadores doutores que participam de grupos de pesquisa sobre lazer cadastrados no CNPq obtiveram sua titulação praticamente há uma década atrás. As flechas no gráfico assinalam o momento em que os autores selecionados para este estudo obtiveram as respectivas titulações. Montamos este gráfico pensando que saber em quais momentos da vida acadêmica determinadas pesquisas foram produzidas poderia auxiliar na compreensão do conjunto da obra.



**GRÁFICO 4 – ANO DE TITULAÇÃO DOS PESQUISADORES**

Um último ponto a ser tocado refere-se a uma problemática que se ergueu no momento em que concluíamos o levantamento dos autores. Durante o processo de levantamento e pontuação, notamos que muitas das produções científicas listadas no currículo Lattes não foram publicadas somente com uma autoria. Foi aí que percebemos uma brecha em nosso sistema de pontuação, pois não havíamos previsto que um trabalho poderia ser produzido por mais de um autor – quando definimos nossos critérios de pontuação essa possibilidade não era tão óbvia quanto agora. Quando tivemos ciência de tal fato – praticamente ao final do levantamento – optamos por manter a pontuação daquela forma, ou seja, levando-se em conta os trabalhos produzidos em co-autoria ou mesmo aqueles produzidos sob orientação (cabe lembrar que todos os pesquisadores levantados preenchem o critério de possuírem título de doutor, o que nos leva a interpretar que parte das produções listadas em seu currículo com mais de uma autoria poderia referir-se a um trabalho por ele orientado). Essa decisão foi fortalecida pelo fato de que a grande maioria das produções científicas que versavam sobre lazer dos três autores que viriam a ser selecionados foram publicadas com somente uma autoria. Assim, ao invés de refazer toda pontuação, o que não alteraria a posição desses três autores no topo da tabela, preferimos utilizar o incidente para refletir sobre o modelo de produção científica vigente no país.

Um das possíveis explicações para o acentuado volume de trabalhos publicados com mais de um integrante é que a intensa cadeia de colaboradores e a

sólida constituição de um grupo de pesquisa, juntamente com o aumento de mestrandos e doutorandos sob a orientação de um determinado pesquisador, podem ter criado junto a ele uma extensa rede de pesquisadores que o leva a produzir muito mais em conjunto e/ou apenas como orientador do que individualmente. Por outro lado, esse tipo de produção conjunta pode ser reflexo de uma necessidade cada vez mais recorrente no meio acadêmico, seja para ampliar ou manter o prestígio, status e reconhecimento dentro da área; para garantir o financiamento de pesquisas e de grupos de pesquisas; ou mesmo para continuar atendendo a critérios da Capes para atuação docente dentro de programas de mestrado ou doutorado.

É necessário, nesse momento, levantarmos uma pergunta essencial com relação à produção acadêmica, não somente com relação aos estudos do lazer, mas a todas as esferas de produção do conhecimento. A existência de uma quantidade grande de pesquisas com mais de uma autoria listadas no currículo de um determinado autor deve-se unicamente a uma consequência do modelo de produção científica adotada por ele e seu grupo de pesquisa? Ou seria reflexo de uma necessidade imposta e uma crescente pressão em termos de produtividade acadêmica?

Num artigo publicado recentemente Castiel e Sanz-Valero (2007) elucidam bem a problemática questão envolvendo a produção científica. Segundo eles, a diminuição dos recursos e investimentos públicos para a pesquisa científica, combinada à crescente disputa em cima desses poucos recursos, estão exigindo dos grupos de pesquisa uma busca incessante por produtividade acadêmica – afinal, este é um dos requisitos essenciais para a contemplação com o financiamento público – num processo que nos parece, à primeira vista, irreversível e, até mesmo, incontrolável.

Fazendo analogia com a teoria da seleção natural de Darwin, os autores apontam que a sobrevivência no campo científico, assim como no meio natural, só é possível para os mais fortes, e nesse caso, ser mais forte significa conseguir produzir e publicar mais que os outros. Em meio a esta acirrada disputa no terreno acadêmico, alguns pesquisadores lançam mão de estratégias diversas para garantir a ampliação da produtividade (que já ganhou até nome pejorativo: “publicacionismo”), e aí parece não haver limites. Algumas táticas já se tornaram prática comum no meio acadêmico como, por exemplo, repartir uma única pesquisa

em partes menores para serem publicadas em diversas revistas (a “ciência-salame”), ou acrescentar o nome de um autor que não fez parte da pesquisa para ter o nome colocado em outro trabalho (o “escambo autoral”). Vale também modificar a estrutura do trabalho (até mesmo, apenas trocar as ordens dos parágrafos) e publicar mais de uma vez o mesmo conteúdo, ou, para acelerar a produção, plagiar os próprios textos (auto-plágio) – poderia ser muito bem vinda aqui uma paródia a Lavoisier<sup>15</sup>: na produção científica nada se perde, nada se cria, tudo se recorta e cola.

Assim, há uma proliferação descontrolada de artigos, muitos dos quais nunca serão utilizados como referência e sequer lidos. Os autores alertam: estimativas indicam que cerca de 50% das pesquisas no âmbito das ciências sociais jamais serão citadas. Dado extremamente preocupante.

Necessitando favorecer o “escoamento da produção”, ou seja, garantir que os trabalhos sejam efetivamente publicados nos periódicos almejados, os pesquisadores esforçam-se para enquadrar a pesquisa no tipo de produção que o periódico costuma veicular, valendo-se, por vezes, de referências teóricas renomadas no campo, ou mesmo integrantes da comissão científica do corpo editorial, que, muito embora desnecessárias à pesquisa propriamente dita, facilitam a sua publicação.

Percebe-se, segundo os autores, em meio à freqüente necessidade de produzir sempre mais, a busca por reconhecimento e status dentro do campo, a qual é conquistada, geralmente, pela publicação constante em revistas renomadas e de grande prestígio, qualificadas de acordo com a localidade e com índices de impacto na comunidade acadêmica mas impossibilitadas, até certo ponto, de garantir efetivamente a qualidade dos artigos veiculados já que, apesar de rigorosos critérios e sistemas de avaliações pré-estabelecidos, não há meios de se garantir que a aprovação esteja totalmente livre de avaliações subjetivas e a publicação acaba podendo estar condicionada a toda uma rede de interesses e de relações de poder.

Neste novo quadro da pesquisa acadêmica, os autores colocam que a imagem romântica do cientista, aquele que dedica desinteressadamente toda sua inteligência em prol da humanidade, tem sido substituída pela figura burocrática do autor de artigos científicos, preocupado com o gerenciamento dos recursos humanos, técnicos e materiais, com a manutenção das fontes de financiamento,

---

<sup>15</sup> A frase original do considerado pai da química moderna diz o seguinte “Na natureza, nada se perde, nada se cria, tudo se transforma”.

com o estabelecimento dos contatos, e com o controle da veiculação da publicação – quase um “homem de negócios” – pois somente assim conseguem dar continuidade as suas pesquisas e à sobrevivência de seu grupo de pesquisa.

Embora tal artigo tenha como ponto de partida as pesquisas proveniente do campo da saúde pública em particular, o panorama levantado pelos autores, como eles mesmo afirmam, reflete-se claramente na produção advinda das demais esferas do conhecimento. Da mesma forma, essas discussões também têm sua correspondência na produção científica no campo dos estudos do lazer.

É muito provável que as já discutidas questões sobre a crescente produção em termos quantitativos das pesquisas no campo do lazer não acompanhada de um salto qualitativo e um aprofundamento teórico esperados encontrem nessa violenta pressão exercida no campo da produção científica sua própria justificativa. Ora, se existe uma pressão constante por produtividade, sentida em toda a hierarquia acadêmica, desde o veterano membro do corpo docente que deseja se manter como orientador no programa de pós-graduação ou que busca captar recursos para o desenvolvimento de suas pesquisas, ao recém chegado acadêmico, que já cedo descobre a importância da produtividade ao disputar uma bolsa, é presumível que ela afetará sobremaneira a qualidade das pesquisas.

Esse clima de intensa preocupação com a produção científica, provocado principalmente pelo aumento vertiginoso da quantidade de produção científica disseminada – a qual pode ser fruto de uma luta intensa por sobrevivência no campo acadêmico, onde a máxima que se propaga é “publicar ou perecer” –, reforça ainda mais a necessidade de realização de pesquisas que avaliem constante o que vem sendo produzido.

Dessa forma, sabendo que há também no campo do lazer um aumento significativo na produção científica (PEIXOTO, 2008) e reconhecendo a importância de pesquisas que tornam transparente o atual estado da arte de uma determinada área de conhecimento (SOARES, 1989), lançamo-nos ao objetivo deste trabalho: expor e discutir o que foi produzido por alguns autores que estão presentes no cenário de estudos de lazer no Brasil, fundamentando-se, para isso, na teoria configuracional.

Antes de direcionarmos nossos olhares à produção destes autores, procuramos, no próximo capítulo dessa dissertação, explorar alguns conceitos e reflexões fornecidos pela matriz teórica que sustenta nosso estudo, a sociologia



configuracional, focalizando exclusivamente aqueles que nos serão úteis à compreensão do lazer. Tal incursão teórica é o passo inicial pelo qual adentraremos ao campo de conhecimentos produzidos pelos autores selecionados.

## CAPÍTULO 2

### A TEORIA CONFIGURACIONAL E O LAZER

Abordaremos, ao longo desse capítulo, o modo como as práticas de lazer podem ser interpretadas a partir da teoria configuracional. Uma ressalva, entretanto, é necessária. Não pretendemos abordar de uma só vez todos os conceitos, categorias e, de maneira geral, os conhecimentos específicos que são propriedades íntimas desta matriz teórica e que lhe conferem forma e solidez. Intencionalmente, optamos por incuti-los pouco a pouco ao longo de toda a dissertação, à medida que contribuam para as discussões que estão sendo geradas. Assim, apesar de se apresentar agora como uma idéia um tanto vaga, a teoria configuracional irá, aos poucos, ganhar corpo no decorrer desta dissertação para que, ao final do trabalho, se concretize como uma real possibilidade de análise e de pesquisa, visto que é uma ferramenta teórico-metodológica válida e muito apropriada para as pesquisas no âmbito do lazer. Sabendo que tal modelo teórico já foi explorado em outros estudos<sup>16</sup> e que não há necessidade de aprofundarmos a análise sobre esse modelo a fim de atender aos interesses desse estudo, optamos apenas por trazer ao longo do texto somente os pontos que forem realmente essenciais aos debates.

A teoria configuracional, ou teoria figuracional como preferem alguns, teve como fundador o sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990). A principal obra desta vertente sociológica, *O Processo Civilizador*, foi publicada primeiramente em alemão, na data de 1939, só repercutindo na comunidade acadêmica muito tempo depois<sup>17</sup>. Foi somente em 1978 que o primeiro dos dois volumes que compõem a obra foi traduzido para a língua inglesa. Já no Brasil o primeiro volume em língua portuguesa foi publicado somente em 1990. Neste país os estudos envolvendo esta teoria sociológica tardaram a ser desenvolvidos e ainda hoje são poucos os pesquisadores no âmbito dos estudos do lazer que dela se utilizam para produzir suas pesquisas e análises. Isso fica registrado na pesquisa de Cavichioli (2004):

---

<sup>16</sup> Podemos citar como exemplo a tese de Cavichioli (2004). Trata-se de uma análise da produção científica de autores brasileiros dos estudos do lazer fundamentada na *teoria configuracional*. No último capítulo o autor dedica-se a apresentar esta teoria, sugerindo a sua adoção para as pesquisas no âmbito do lazer.

<sup>17</sup> Informações retiradas das notas de apresentação do livro *A Condição Humana*, Elias (1991).

nenhum dos principais nomes que serviram de referência aos estudos do lazer<sup>18</sup> e que foram alvos das análises empreendidas pelo autor – os pesquisadores Nelson Carvalho Marcellino, Heloísa Bruhns, Luis Octávio de Lima Camargo e Paulo Salles de Oliveira – exploram esta teoria sociológica. A esta lista podem ser adicionados os autores que foram selecionados para este estudo; autores com ampla produtividade no campo dos estudos do lazer e que com raríssimas exceções<sup>19</sup> se utilizam desta matriz teórica.

Considerando tais fatos, decidimos que, antes de seguirmos adiante com o objetivo central deste estudo, qual seja, expor e analisar pesquisas de autores com elevada produção científica no âmbito dos estudos do lazer, seria extremamente oportuno reproduzir neste capítulo teórico inicial um pouco das reflexões dos pesquisadores Norbert Elias e Eric Dunning a respeito da problemática lazer. Posto isso, nos lançamos a explorar principalmente os dois primeiros capítulos do livro *A Busca da Excitação* (ELIAS; DUNNING, 1992), embora recorramos, constantemente, a algumas premissas sociológicas da obra *O Processo Civilizador* (ELIAS, 1990)<sup>20</sup>.

## 2.1 A BUSCA DA EXCITAÇÃO NO LAZER

*A Busca da Excitação*, nossa única referência teórica para abordar o pensamento de Elias com relação ao fenômeno lazer, é uma coletânea de artigos e ensaios publicada sob a forma de livro em 1985. Nos dois primeiros capítulos desta obra os autores Norbert Elias e Eric Dunning (1992) fornecem subsídios teóricos de extremo valor para a compreensão do lazer.

Para estes autores, ao contrário do que se costuma afirmar, os indivíduos não procuram as atividades de lazer apenas para extravasarem suas tensões ou atenuarem as cargas emocionais, procuram-nas justamente para elevar os níveis de

---

<sup>18</sup> Nos anos 1999 e 2000 - período no qual foi realizado o levantamento por Cavichioli (2004).

<sup>19</sup> Até onde conseguimos levantar com este estudo, a única referência a Elias foi encontrada nos escritos de Gomes (2001; 2003). Nos dois estudos a autora faz referência ao livro intitulado *Sobre o Tempo* (ELIAS, 1998).

<sup>20</sup> Nesta obra (composta por dois volumes) Norbert Elias investiga a transição das sociedades feudais para sociedades de corte no continente europeu, buscando analisar e compreender as mudanças nas formas de conduta e comportamento e as alterações nos padrões e níveis de autocontrole dos indivíduos. Podemos afirmar que esta obra é, sem dúvida, indispensável às elucidações teóricas que o autor desenvolve junto com Eric Dunning no livro *A Busca da Excitação*. Em outras palavras estamos dizendo que não há como compreender as reflexões de Elias e Dunning sobre o esporte e o lazer sem levar em conta as descobertas sociológicas apresentadas por Elias em sua obra pioneira.

tensão, para se colocar em situações excitantes, para vivenciar momentos que incitem ou favoreçam o desabrochar de emoções variadas. Portanto, para os autores, é a excitação e não o relaxamento que constitui o elemento principal em grande parte das atividades de lazer. Para eles, o ingrediente fundamental para as sensações prazerosas provocadas por estas atividades é um certo tipo agradável de tensão-excitação que é procurada voluntariamente pelos indivíduos, bem diferente da inescapável tensão estressante, extenuante e desagradável proveniente das situações rotineiras da vida (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 101).

Os autores não compartilham a explicação funcionalista proposta por alguns teóricos de que o lazer é, na verdade, uma atividade com a finalidade de proporcionar relaxamento frente às tensões produzidas pelas rotinas da vida ordinária e de recuperar física e mentalmente o trabalhador da fadiga e do desgaste, preparando-o para o retorno ao trabalho no expediente seguinte<sup>21</sup>. Se considerássemos esse modelo de pensamento, que para os autores é equivocado, teríamos, então, de um lado, as atividades que provocam tensão – entre elas principalmente o trabalho produtivo – e de outro aquelas que estimulam o relaxamento e o alívio dessas tensões, no caso o lazer. Elias e Dunning (1992) focalizam sob outro ângulo esta questão.

A tensão-excitação a que se referem, proporcionada pelos momentos de lazer, é vista como uma alteração no estado emocional do indivíduo necessária e benéfica a ele próprio; compreensão diferente daquelas que entendem as atividades de lazer como contramedida às tensões e às fadigas provocadas pelo trabalho. Para eles, essa falsa idéia de que as atividades de lazer se destinam a permitir que as pessoas trabalhem mais e melhor deveria ser revista. E ainda questionam: se as tensões são negativas, desagradáveis e perturbadoras, então por que é que no tempo de lazer as pessoas buscam sempre atividades que promovem uma intensificação das tensões?

Os autores entendem que a esfera do lazer representa “uma esfera da vida que oferece mais oportunidades às pessoas de experimentarem uma agradável estimulação das emoções, uma divertida excitação que pode ser experimentada em

---

<sup>21</sup> Os autores criticam este tipo de afirmação: “E visto que ninguém sabe que espécie de “fadiga” ou de “tensão” o trabalho produz nas pessoas, ninguém sabe, também, como é que as nossas atividades de lazer atuam de forma a proporcionar relaxação” (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 141).

público, partilhada com outros e desfrutada com aprovação social e boa consciência” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 151).

Essa idéia transmitida por eles é facilmente observada e corroborada com a realidade. Os esportes radicais, como as escaladas, o vôo livre, saltar de pára-quedas, etc., e outras atividades que oferecem aos seus praticantes um elevado grau de risco – na maioria das vezes um risco totalmente controlado por equipamentos de seguranças – são exemplos de atividades em que a busca da excitação fica evidente. No entanto, não é apenas neste tipo de atividade que isso ocorre. Uma série de atividades no âmbito do lazer também proporciona alterações prazerosas e agradáveis nos níveis de tensão-excitação dos indivíduos, como a dança, a música, o cinema, o teatro, os esporte, os encontros sociais, os jogos eletrônicos, brincadeiras de pega-pega, etc. Assim, quando uma pessoa vai ao cinema, compra um bilhete para passear na montanha-russa, ou compete esportivamente com seus amigos, ela procura, de certo modo, experimentar emoções que freqüentemente não estão presentes em sua vida cotidiana, ou que, se estão presentes, não oferecem um nível agradável e satisfatório de tensão-excitação, necessários ao próprio bem-estar da pessoa.

Segundo os autores, nas sociedades modernas mais avançadas, as situações críticas sérias vividas no dia-a-dia que levam a um aumento na tensão-excitação dos indivíduos são muito menos freqüentes se comparadas com as das sociedades menos desenvolvidas (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 101). O medo da dor física extrema, da tortura ou até mesmo da morte frente às situações iminentes de combate e guerra; o pavor das pestes e das doenças; a luta constante por alimentos e o desespero provocado pela fome são exemplos de situações críticas extremamente excitantes que faziam parte do cotidiano das sociedades mais antigas mas que não estão presentes com freqüência no dia-a-dia das sociedades contemporâneas. Observemos a descrição de Elias sobre a sociedade guerreira do período medieval:

A inquietação incurável, a proximidade eterna do perigo, toda a atmosfera dessa vida imprevisível e insegura, na qual havia no máximo pequenas e transitórias pausas de existência mais protegida, frequentemente geravam, mesmo sem causas externas, mudanças súbitas do prazer mais exuberante para a mais profunda desolação e remorso. A personalidade, se podemos dizer isso, estava incomparavelmente mais pronta e acostumada a saltar com intensidade sem limites de um extremo para o outro. (ELIAS, 1993, p. 200)

Isso mostra que, ao contrário do que se vê nas sociedades modernas, nas sociedades menos complexas a mudança repentina de estados emocionais é muito mais freqüente, estando o indivíduo sujeito a mudanças bruscas e intensas no comportamento, levando-o, por exemplo, a transitar, subitamente, de um estado de intensa alegria ao de profunda depressão (ELIAS, 1990). Algo que está também relacionado com a capacidade muito mais limitada desse indivíduo de antever certos acontecimentos e situações, o que o impedia, por conseguinte, de preveni-los ou de melhor se adequar a eles.

Daquela sociedade para esta, o ser humano aprimorou sua habilidade de antever determinadas situações. Ele tornou-se capaz de refletir sobre um conjunto de fatos e circunstâncias e a encadeá-los mentalmente numa seqüência lógica, de modo a prever o rumo de certos acontecimentos – o que Elias chama de sentimento de previdência. Com isso, ampliou sua capacidade de prever o futuro e, nesse sentido, de planejar antecipadamente suas ações, o que lhe permitiu melhor se orientar e se posicionar frente às circunstâncias perigosas e adversas do cotidiano.

Com o aumento do controle social e com as modificações no padrão de autocontrole e regulação das condutas decorrentes do que Elias nomeia o *processo civilizador*, as formas e maneiras dos seres humanos se relacionarem entre si e de se comportarem mudaram numa direção muito específica. Demonstrações públicas exageradas de sentimentos, explosões irracionais de violência, resoluções de conflitos diretamente através da luta e decisões muito pouco planejadas foram gradualmente dando lugar às manifestações controladas de sentimentos, às condutas mais reguladas, ao planejamento das ações a longo prazo e à previsão dos atos e de suas conseqüências – uma visão prospectiva dos acontecimentos.

Ao longo do processo civilizador, de maneira a se adaptar ao crescente aumento das cadeias de interdependência, à complexidade das divisões das funções sociais e ao monopólio da violência física e dos tributos, o comportamento humano foi se tornando extremamente regulado e previsível. Na trajetória desse processo, a coerção externa dirigida ao indivíduo, deliberada ou não, para o controle de determinados gestos, comportamentos e formas de conduta, vai aos poucos sendo assimilada pelo aparelho psíquico do próprio indivíduo, de modo que, ao longo de um processo de aprendizagem – às vezes, envolvendo gerações – tais coerções se tornem internalizadas e, de certo modo, automáticas:

A paixão momentânea e os impulsos afetivos são, por assim dizer, reprimidos e dominados pela previsão de aborrecimentos posteriores, pelo medo de uma dor futura, até que, pela força do hábito, esse medo finalmente contenha o comportamento e as inclinações proibidos, mesmo que nenhuma outra pessoa esteja fisicamente presentes, e a energia dessas inclinações seja canalizada numa direção inócua, sem o risco de qualquer aborrecimento. (ELIAS, 1993, p. 227)

Nas sociedades industriais avançadas, observamos um intenso autocontrole do comportamento individual tanto na esfera privada quanto na pública. Trata-se de uma autocoerção indispensável à sincronização das atividades, à regulação das condutas, à manutenção da ordem social, enfim necessárias a uma convivência razoavelmente harmoniosa. Assim, espera-se dos indivíduos que vivem nessas sociedades que ajam conforme o previsto e que dominem completamente as suas emoções, tensões, afetos e impulsos, de modo a não exibí-los publicamente. Demonstrações públicas exageradas de qualquer sentimento só são permitidas em espaços e ocasiões reconhecidos para tal (as próprias atividades de lazer, ocasiões de festa, enterros, comemorações, etc.). Fora desses espaços, as manifestações das emoções devem ser contidas e a expressão em público de sentimentos através de gritos, choros, gestos e atitudes exacerbadas é condenada, sob a penalidade extrema de prisão ou internamento (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 102-103).

Se compararmos as crianças com os adultos, como sugerem os autores, perceberemos o quanto a regulação da conduta e o nível de restrição emocional vão se tornando mais severos à medida que os seres humanos se desenvolvem ao longo da trajetória de suas vidas. Enquanto na infância as crianças se mexem e agem espontaneamente, de maneira praticamente incontrolável, expressando corporalmente os seus estados emocionais, na fase adulta os indivíduos se encontram revestidos por uma forte e rígida couraça – por vezes tão imperceptível que chega a ser aceita como “natural” – que os impedem de revelar publicamente os seus sentimentos, bem como de se movimentarem de certas maneiras ou de se agitarem livremente. Os adultos não controlam, de fato, os seus sentimentos, mas são treinados e aprendem, já desde muito cedo, a controlarem a expressão desses sentimentos, ou seja, aprendem a não demonstrar por meio do movimento ou outra forma de expressão corpórea todo o estado de agitação do seu organismo – como aquele provocado, por exemplo, em resposta a uma situação altamente emotiva.

Nas nossas sociedades, as restrições impostas aos seres humanos são tão fortemente reforçadas ao longo de suas vidas que parecem ser, ao indivíduo adulto, fruto do amadurecimento biológico do seu próprio organismo, como algo inerente a sua própria constituição “natural” como ser humano. Entretanto, ficou demonstrado empiricamente em *O Processo Civilizador* (ELIAS, 1990;1993) que o grau e padrão de treino e refinamento das condutas variam de acordo com o estágio de desenvolvimento de cada tipo de sociedade, não estando ligados, portanto, à maturação biológica individual (como se o autocontrole fosse geneticamente fixado e aflorasse com o avanço da idade), mas sim a um longo processo de aprendizagem<sup>22</sup> (indivíduo *aprende* a se controlar). São pelas variadas formas de controle, sejam elas erigidas externamente por uma instituição coercitiva ou exercidas pelos indivíduos contra eles mesmos pelo desenvolvimento de seu aparato psicológico de autocontrole que os indivíduos balizam o seu comportamento, bem como a expressão de suas emoções e o controle de suas pulsões perante os outros.

Em situações nas quais um indivíduo se exalta e não consegue dominar a sua excitação ou comete algum tipo de deslize comportamental na direção de uma conduta repudiada pelos demais, normalmente o sujeito se torna motivo de vergonha e embaraço, podendo ser visto com desprezo. Nos casos em que constantemente o indivíduo não consegue desempenhar uma conduta regular e harmoniosa com os demais, nem desenvolver um autocontrole forte o suficiente a ponto de impedir a si mesmo de transgredir determinadas regras de conduta social, ele será então visto não mais como uma pessoa normal, mas como um louco, psicótico, criminoso, etc., e dessa forma será conduzido e tratado.

Porém, de acordo com o pensamento dos autores Elias e Dunning (1992), nas atividades de lazer a situação é diferente. O elevado patamar de restrição das emoções e das condutas observável nas atividades rotineiras do cotidiano não está presente com a mesma força e sob o mesmo formato durante as atividades de lazer. Muito pelo contrário, as atividades de lazer, ao que parece, são elaboradas e re-elaboradas com vista justamente a favorecer a erupção de emoções e sentimentos variados, os quais estão, nesse momento específico, autorizados a serem expressos

---

<sup>22</sup> Lembrando que, para Elias (1994), o processo de aprendizagem está intimamente relacionado ao processo de evolução biológica da espécie humana. Para ele, da mesma forma que o ser humano não se desenvolve socialmente se não possuir adaptações biológicas que lhe permite aprender e transmitir conhecimento através de uma linguagem simbólica, também só lhe é possível realizar tais prodígios se ele estiver, obrigatoriamente, inserido num ambiente social compartilhado com outros seres da mesma espécie.



publicamente com aprovação social. A maioria das atividades de lazer, portanto, é desfrutada em um tempo/espço social em que se é permitido manifestar e expressar sentimentos (embora de maneira também regrada e controlada) com aceitação pública.

Até onde se pode verificar, a maioria das sociedades humanas desenvolve algumas contramedidas em oposição às tensões do stress que elas próprias criam. No caso das sociedades que atingiram um nível relativamente avançado de civilização, isto é, com relativa estabilidade e com forte necessidade de sublimação, as restrições harmoniosas e moderadas, na sua globalidade, podem ser observadas, habitualmente, numa considerável multiplicidade de atividades de lazer, que desempenham essa função, e de que o desporto é uma variante. (ELIAS & DUNNING, 1992, p. 69)

Condenando a polarização convencional entre trabalho e lazer, a qual classifica tradicionalmente o trabalho como algo valoroso, superior, e o lazer como algo inferior, de menor importância, os autores Elias e Dunning (1992) procuram oferecer uma tipologia diferenciada das diversas atividades inseridas no cotidiano, desprendendo-se de polarizações do tipo trabalho e lazer, tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, trabalho e tempo livre, etc. Dividem esquematicamente as atividades que compõem a vida diária em agrupamentos classificados de acordo com as seguintes características destas atividades: o grau de destruição da rotina, o grau de compulsão social e obrigatoriedade e o grau de descontrole das restrições sobre as emoções – denominá-los-emos, ao longo deste estudo, como *características diferenciadoras* das atividades.

Apesar das limitações inerentes a qualquer tentativa de classificação das atividades humanas, compreendemos que a tipologia proposta pelos autores denominada por “espectro do tempo livre”, pelo menos representa a diversidade de atividades que estão presentes no tempo livre, as quais são frequentemente ignoradas quando se parte de uma abordagem teórica que leva em conta simplesmente a polarização entre trabalho e lazer. Apresentaremos agora essa tipologia proposta pelos autores, a qual pode auxiliar nas reflexões acerca das atividades de lazer. (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 146-147, *italico do original*):

## 1. Rotinas do tempo livre

- a) *Provisão rotineira das próprias necessidades biológicas e cuidados com o próprio corpo*, por exemplo: Ex: comer, descansar, lavar-se, higiene.
  - b) *Governo da casa e rotinas familiares*. Ex: administração das finanças, limpeza, cuidar das crianças.
2. Atividades intermediárias de tempo que servem, principalmente, necessidades de formação e, ou também, auto-satisfação e autodesenvolvimento.
- a) *Trabalho particular (isto é, não profissional) voluntário para outros*. Ex: eleições, atividades de caridade;
  - b) *Trabalho particular (isto é, não profissional), antes de tudo, para si próprio, de uma natureza relativamente séria e com freqüência impessoal*. Ex: passatempos técnicos, estudos privados e especializados;
  - c) *Trabalho particular (isto é, não profissional), antes de tudo, para si próprio, de um tipo mais ligeiro e menos exigente*. Ex: trabalho em madeira, coleção de selos;
  - d) *Atividades religiosas*;
  - e) *Atividades de formação de caráter mais voluntário, socialmente menos controlado e com freqüência de caráter acidental*. Ex: leitura de jornais e de periódicos, audição de debates políticos.
3. Atividades de lazer
- a) *Atividades pura ou simplesmente, sociáveis*. Ex: reuniões formais e informais, encontros familiares, festas;
  - b) *Atividades de jogo ou miméticas*. Ex: teatro, dança, filmes, esportes;
  - c) *Miscelânea de atividades de lazer menos especializadas, com o caráter vincado de agradável destruição da rotina e com freqüência multifuncional*. Ex: viagens, comer fora para variar, passeios;

Com base nesse espectro é possível perceber que as atividades que preenchem o tempo livre são de tipos muito variados. O leque de atividades que nos são impostas diariamente, assim como a gama de opções de atividades abertas à

escolha, é tão grande que se torna muito difícil a tarefa de encontrar uma divisão sólida e estanque que dê conta de enquadrar cada uma dessas atividades existentes numa modalidade homogênea – daí a idéia de “espectro”<sup>23</sup>. O objetivo desse espectro é reunir características comuns (como o grau de rotinização, de restrição emocional e de compulsão social), a cada um desses grupos de atividades de tempo livre de modo a favorecer ou possibilitar uma leitura adequada da esfera do lazer.

Dessa forma, podemos afirmar que a reflexão estabelecida por eles sobre as atividades de lazer abandona a tradicional oposição entre trabalho e lazer, deslocando-a para outro nível de referência: a oposição entre lazer e não lazer. Conforme nos mostram Elias e Dunning (1992) é muito mais sensato e coerente interpretar o lazer a partir de sua relação com todas as demais esferas que marcam presença em nossa vida ordeira – aqui inclusas as atividades laboriosas e todas as outras atividades/obrigações do tempo livre – do que ainda permanecer acorrentado ao velho hábito de estudá-lo tendo como ponto de partida a categoria trabalho. Se observarmos o espectro do tempo livre, perceberemos que as próprias atividades de tempo livre são bem distintas entre si, e, dentro desta diversidade de atividades, o lazer representa nada mais do que uma pequena porção dela, ou seja, ocupa uma pequena parte de todo o tempo livre. Portanto, já que muitas atividades que pertencem a esfera do não trabalho não pode ser simplesmente classificada como lazer, opor, de um lado, aquilo que acontece na esfera do trabalho e, de outro, aquilo que acontece na esfera do não trabalho, é insuficiente para a compreensão do lazer.

Com relação aos grupos de atividades presentes no cotidiano, uma das características diferenciadoras observada pelos autores para estabelecer uma distinção entre os diversos tipos é o grau de rotina. Comparativamente, as atividades de tempo livre inseridas em cada um dos três grupos apresentam graus variados de rotina, ou seja, variam quanto ao nível de regularidade e quanto à interdependência estabelecida entre o executante da atividade e os demais indivíduos. Assim, de maneira geral, do primeiro ao último grupo de atividades o grau de rotina decresce, sendo que nestes últimos – as atividades de lazer – há maior possibilidade de

---

<sup>23</sup> Os autores optaram por esta palavra fazendo analogia às cores do espectro das cores “devido a os vários tipos de atividades de tempo livre [...] se confundirem entre si; sobrepõem-se e fundem-se com freqüência. Muitas vezes, combinam características de várias categorias. Mas as propriedades de tais amálgamas, de todas as fronteiras e tipos em transição, só podem ser compreendidas a partir das suas próprias características” (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 146).

rompimento total com a rotina. No entanto, ressaltam os autores, “atividades que hoje possuem uma função de destruição da rotina podem tornar-se rotineiras através da repetição ou através de um grau de controle demasiado rígido e, deste modo, perdem a função de proporcionar excitação” (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 160).

Analisando nosso cotidiano, não é difícil observar que as situações que vivenciamos são extremamente rotineiras e que essas rotinas<sup>24</sup> não se limitam às atividades desempenhadas nas fábricas ou escritórios. Abrangem, por certo, “todas as esferas da vida, incluindo as de maior intimidade” (ELIAS, DUNNING, 1992, P. 115). Obrigações familiares, cuidados com higiene, satisfação das necessidades vitais e desempenho de atividades laboriosas (estas quase sempre demandando maior tempo) são exemplos dessas atividades rotineiras, das quais, em situações socialmente tidas como normais, nenhum indivíduo está livre. São atividades rotineiras que devem ser cumpridas, mas que não trazem níveis satisfatórios de excitação, ou então, quando os trazem, ou a tensão em si é desagradável ou a expressão dessa tensão não é socialmente permitida. As atividades de lazer acabam representando o momento no qual os indivíduos podem escapar da rotina e buscar uma elevação agradável dos níveis de tensão-excitação que se apresentam diminuídos ou contidos nas atividades rotineiras. Dessa forma, muitas atividades de lazer se destinam:

a movimentar, a estimular as emoções, a evocar tensões sob a forma de uma excitação controlada e bem equilibrada, sem riscos e tensões habitualmente relacionadas com o excitação de outras situações da vida, uma excitação mimética que pode ser apreciada e que pode ter um efeito libertador, catártico, mesmo se a ressonância emocional ligada ao designio imaginário contiver, como habitualmente acontece, elementos de ansiedade, medo – ou desespero. (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 79)

Outra característica diferenciadora que se encontra presente com intensidade desigual nos diversos grupos de atividades do cotidiano diz respeito ao nível de restrição emocional que é exigido no realizar destas atividades. Geralmente, as restrições emocionais são muito mais flexíveis e alargadas nas atividades de lazer do que nas outras atividades rotineiras do tempo livre ou trabalho. Em outras

---

<sup>24</sup> O conceito de rotina empregado pelos autores refere-se “ao controle social e individual dos sentimentos, à rotina que desempenha um papel em todas as situações em que as pessoas têm de subordinar, por instantes, sentimentos e impulsos ao conjunto de exigências que se exerceu sobre elas direta ou indiretamente, pelas expectativas sugeridas aos outros dada a sua posição social” (ELIAS, DUNNING, 1992, P. 115).

palavras, no tempo de lazer é possível e socialmente permitido a manifestação pública de emoções muito mais do que nas demais esferas. Isso não significa afirmar que as atividades de lazer estão livres de quaisquer tipos de restrições, afinal, não há espaço ou período de tempo em nossas sociedades nos quais estejamos absolutamente livres de qualquer tipo de coerção social ou de qualquer tipo de autocontrole aprendido e internalizado. Dessa forma, podemos pensar na possibilidade de que a maneira como expressamos ou manifestamos nossas emoções é, desconsiderando-se as respostas fisiológicas inatas do organismo humana, socialmente construída – não é a toa que a comemoração de um tento no futebol é entoada com o grito de “gol” e não de “aleluia”, e o inverso se pode dizer de um cerimônia religiosa.

Os autores também notam que o grau de compulsão social, ou seja, o grau de obrigatoriedade a que os indivíduos estão sujeitos frente às atividades do tempo livre e do tempo de trabalho também não são fixos, variando de atividade para atividade. Está aí outra característica diferenciadora significativa para a interpretação das atividades do lazer. No âmbito do lazer, a relativa possibilidade de escolha do tipo de atividade a ser experimentada, assim como a espontaneidade para com o seu início e término, refletem o certo grau de autonomia e liberdade que o indivíduo detém no vivenciar de práticas desta natureza – muito diferente, por exemplo, do comprometimento necessário à execução de determinadas rotinas ou da obrigação imposta por terceiros (família, patrão, amigos, por exemplo) para o desempenho de certas atividades. A escolha individual das atividades de lazer, diferentemente das atividades que são executadas em função de outros possibilita aos indivíduos atenderem as suas próprias necessidades e vontades, enfim, a sua própria satisfação. Para Elias e Dunning (1992, p. 159-160), dessa forma, “o lazer constitui um enclave socialmente consentido, de concentração sobre si próprio, num mundo de não lazer que necessita e obriga à predominância de atividades centradas nos outros”. Contudo, os autores nos lembram que esse leque de opções, apesar de vasto nas sociedades urbanas mais desenvolvidas, não é de maneira alguma ilimitado, estando em dependência das experiências construídas pelo indivíduo anteriormente.

As atividades que não pertencem à esfera do lazer, de acordo com a compreensão dos autores, demandam relativamente um elevado grau de controle emocional, pois os níveis de integração e dependência estabelecidos entre os

indivíduos que as executam e os demais indivíduos para os quais essas atividades são direta ou indiretamente dirigidas exigem uma postura até certo ponto disciplinada e condescendente, uma submissão dos próprios anseios aos interesses de outros. Portanto, nas atividades de não lazer há frequentemente uma subordinação dos interesses pessoais do indivíduo face aos interesses impessoais dos outros. De maneira inversa, essa relação também pode ser aplicada às atividades de lazer. Nesse caso, a função pessoal que tais atividades exercem prevalece sobre a impessoal, bem como a satisfação de interesses mais imediatos e espontâneos prevalece sobre aquilo que só o pode ser alcançado a longo prazo. Por certo, as atividades de lazer são costumeiramente muito mais efêmeras e breves que as demais atividades de não lazer.

Independente do tipo de sociedade ou do estágio civilizatório, de industrialização ou de desenvolvimento atingidos, as atividades de lazer sempre são atividades sociais, ou seja, são construídas por meio de “comunicações recebidas ou enviadas por pessoas dentro de configurações de grupo específicas” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 157). A sociabilidade é, na visão desses autores, um dos *elementos fundamentais* para a própria satisfação nos momentos de lazer, trata-se de um sentimento agradável produzido pelo prazer desinteressado da companhia com outros seres humanos. Segundo eles, “o organismo humano reclama estimulação para funcionar de modo satisfatório, em particular a estimulação criada através de outros seres humanos” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 169). Nas atividades com elevado grau de restrição emocional, a troca social de estímulos com caráter emotivo tão importantes aos seres humanos é bastante reduzida, haja vista o intenso autocontrole consciente e inconsciente que é exigido para o adequado transcorrer dessas atividades. De modo oposto, as atividades inseridas na esfera do lazer oferecem possibilidades, ainda que regulamentadas, de trocas afetivas intensas, bem como de transmissão/recepção de mensagens altamente carregadas de emotividade. Daí a sociabilidade ser um elemento tão fundamental às atividades de lazer.

Além da sociabilidade, outros dois elementos são fundamentais para a compreensão do lazer: a mobilidade e o mimetismo. Segundo os autores, não há nenhuma atividade na qual todos estes três elementos estejam ausentes: eles se combinam com frequência, embora um ou outro possa predominar em certas atividades. Quanto ao elemento mobilidade, embora sua definição não fique clara na

obra dos autores, entendemo-no como uma referência à necessidade e ao prazer proporcionados pelo puro e simples ato do ser humano movimentar-se, pelo prazer do toque, do contacto direto com outros seres humanos ou com objetos, enfim, uma referência à necessidade sinestésica e ao prazer oferecido pelo sentido do tato. A sua ligação com as atividades de lazer pode residir no fato de que nos momentos de lazer é possível vivenciar práticas e experiências corporais cuja execução não é normalmente autorizada nas outras esferas de não lazer, ou cuja execução é inútil, ou até mesmo, inconveniente.

Por último, destacamos o elemento mimético dessas atividades. Muitos dos sentimentos suscitados pelas atividades de lazer têm origem em sentimentos presentes no cotidiano. O que difere fundamentalmente é o fator risco. No lazer é possível vivenciar diversas situações que transmitem sensação de risco, perigo ou medo, mas que não trazem diretamente risco à vida do praticante ou daqueles que estão ao seu redor. É como o sentimento de medo despertado em um filme de terror. Ao assistir um filme desse gênero, o indivíduo se coloca a experimentar situações que favorecem a mudança do seu estado emocional, e há, nesse caso, o despertar real de sentimentos de medo ou pavor, com alterações psicológicas e fisiológicas correspondentes. Entretanto, o indivíduo participante sabe que a causa desses sentimentos não é real e que, provavelmente, irá cessar assim que a atividade for interrompida, não podendo causar qualquer tipo de dano ou perigo real.

Elias e Dunning enquadram esta peculiaridade das atividades do lazer sob o conceito de “atividades miméticas”. São atividades que “despertam emoções de um tipo específico que estão intimamente relacionadas de uma forma específica, diferente, com aquelas que as pessoas experimentam no decurso da sua vida ordinária de não lazer.” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 183). Nas atividades miméticas<sup>25</sup> é possível vivenciar situações semelhantes às reais e experimentar tensões-excitações verdadeiras – também semelhantes àquelas enfrentadas em situações reais – sem, entretanto, atentar contra a própria vida.

Nas atividades miméticas, os indivíduos podem vivenciar situações e, conseqüentemente, emoções agradáveis decorrentes delas, semelhantes às reais,

---

<sup>25</sup> Sobre o termo *mimético* utilizado por Elias e Dunning, Cavichioli (2004, p. 184) esclarece: “No sentido literal, o termo *mimético* corresponde à imitação. Elias utiliza esse termo associando-o às atividades que provocam emoções – e os sentimentos desencadeados por elas – próximas às emoções que os seres humanos sentem na vida cotidiana, mas combinadas com uma espécie de prazer”.

pois “os sentimentos dinamizados numa situação imaginária de uma atividade humana de lazer têm afinidades com os que são desencadeados em situações reais da vida.” (ELIAS & DUNNING, 1992, p. 71).

Diferentemente das excitações sérias da vida, nas quais os indivíduos podem facilmente transformar seus sentimentos de raiva intensa e fúria em comportamentos agressivos, gestos, gritos, ameaças, etc., podendo colocar sua integridade física, sua vida, sua posição social ou seu cargo em situação de risco, nas excitações do tipo mimético o perigo proporcionado por estas atividades não pode causar qualquer dano real, embora seja certo que em alguns momentos a linha que separa a tensão-excitação divertida da tensão-excitação séria é tênue, podendo facilmente pender para a segunda e descambar em violência e conflito direto (as torcidas de futebol fornecem um exemplo claro, ou ainda, a elevação do nível de competitividade e disputa de uma “pelada”). Portanto, na excitação crítica séria “as pessoas podem perder o autocontrole e tornarem-se uma ameaça, tanto para si próprias como para os outros”. Já a excitação na esfera mimética é “na perspectiva social e individual, desprovida de perigo e pode ter um efeito catártico” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 125).

A importância da presença de atividades deste tipo inseridas no cotidiano das sociedades avançadas é sublinhada pelos autores:

A estimulação emocional peculiar e a renovação de energias proporcionada pelas atividades de lazer da categoria mimética, culminando numa tensão agradável, representam um equivalente mais ou menos institucionalizado face ao poder e à uniformidade das restrições emocionais exigidas por todos os tipos de ações intencionais dos indivíduos nas sociedades mais diferenciadas e civilizadas. A agradável excitação-prazer que as pessoas procuram nas suas horas de lazer representa assim, ao mesmo tempo, o complemento e antítese da tendência habitual perante a banalidade das valências emocionais que se deparam nas premeditadas rotinas “racionais” da vida, enquanto a estrutura das próprias organizações e das instituições miméticas representa a antítese e o complemento das rotinas formalmente impessoais e das instituições orientadas para o trabalho, que deixam pouco espaço às emoções apaixonadas ou às oscilações de disposição (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 115-116).

Por isso, segundo os autores, não é adequado afirmar que os indivíduos procuram nas atividades miméticas de lazer atenuar as tensões produzidas no dia-a-dia. Pelo contrário, o aumento das tensões que provocam sensações agradáveis é um “ingrediente essencial em todos os tipos de divertimentos de lazer integrados na esfera mimética” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 128). Basta observarmos o seguinte:



algumas pessoas procuram atividades miméticas que estimulam o desabrochar de certos tipos de sentimentos – como o medo, o pavor, a tristeza, etc. – os quais procuramos evitar, a todo custo, seu despertar na vida real. Percebemos, com esse exemplo, que há realmente uma busca por tensão-excitação na esfera das atividades miméticas de lazer, e que, por mais que os sentimentos que elevam esse aumento de tensão sejam considerados desagradáveis ou tristes do ponto de vista da esfera do não lazer, provocam, na esfera mimética, uma excitação diferenciada, prazerosa e agradável.

De uma maneira simples ou complexa, a um nível baixo ou a nível elevado, as atividades de lazer proporcionam, por um breve tempo, a erupção de sentimentos agradáveis fortes que, com frequência, estão ausentes nas suas rotinas habituais da vida. A sua função não é simplesmente, como muitas vezes se pensa, uma libertação das tensões, mas a renovação dessa medida de tensão, que é um ingrediente essencial da saúde mental. O caráter essencial do seu efeito catártico é a restauração do tônus mental normal através de uma perturbação temporária e passageira da excitação agradável. (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 138)

Com o objetivo de encerrarmos a discussão apresentada neste tópico, trazemos aqui algumas vantagens que foram lembradas por Gebara (2000) relativas às contribuições da teoria configuracional aos estudos do lazer. De acordo com Gebara, Eric Dunning (1999, p. 36-37) deixa indicado, na conclusão de seu estudo, pelo menos quatro vantagens de uma abordagem configuracional:

- 1) colocar as emoções no centro da abordagem teórica do lazer;
- 2) desenvolver seus conceitos, hipóteses e teorias no cruzamento do empírico e do teórico, sem priorizar uma das vertentes;
- 3) buscar evitar a simplificação da análise dualista do tipo “trabalho” e “lazer” ou “corpo” e “mente”;
- 4) desenvolver sua abordagem afastando-se das pressões de momento, paixões, ansiedades e preocupações. (GEBARA, 2000, p. 42).

É importante ressaltar que Elias e Dunning (1992) foram inovadores ao abandonar a explicação funcionalista de que as atividades de lazer proporcionam o relaxamento das tensões. Os autores perceberam que, ao contrário do que se costumava afirmar, as atividades de lazer provocam uma elevação nos níveis de tensão-excitação, a qual é desejada e, em certa medida, benéfica ao próprio bem-estar e funcionamento do organismo. Talvez, um dos grandes trunfos desta obra foi enxergar que as atividades de lazer representam, nas sociedades mais avançadas, uma maneira dos seres humanos buscarem uma excitação prazerosa em meio às

atividades altamente rotinizadas de sua vida ordeira, e que tal excitação pode ser desfrutada com aprovação social.

Podemos afirmar que esta forma de interpretar o lazer abala, por certo, as correntes teóricas que criticam, por exemplo, que o lazer atende unicamente aos interesses capitalistas, que o lazer está absolutamente submetido ao poder da mídia e da moda, ou que é mais um produto “cancerígeno” fabricado pela indústria cultural. Independente de qualquer conotação valorativa ou interpretação crítica sobre aqueles que produzem o lazer ou estimulam o seu consumo, a teoria de Elias e Dunning (1992) nos avisa que as atividades de lazer representam sempre, para aqueles que as vivenciam, uma possível fonte de prazer.

No tópico abaixo, tentaremos discutir um pouco mais a respeito dessa questão do prazer.

## **2.2 O LAZER E A BUSCA PESSOAL DO PRAZER**

Lazer e prazer. Estão aí duas questões comumente associados no discurso do senso comum e também nas pesquisas do campo do lazer, mas de não tão fácil explicação científica. Reforçamos essa constatação ao retermos cuidadosamente as definições conceituais do lazer verificadas nas produções investigadas: embora todos os autores considerem o prazer como elemento essencial no lazer, não levam a cabo a tarefa de investigar profundamente essa relação ou de buscar uma explicação satisfatória do prazer a que se referem. Assim, na maioria dos casos, apesar de ser considerado um elemento essencial, o prazer acaba ficando à margem de qualquer discussão.

Como ferramenta teórica auxiliar para trabalharmos com essa questão recorreremos ao livro *Lazer e Prazer* de Gustavo Luis Gutierrez (2001) – pesquisador brasileiro com publicações também no campo de estudos do lazer. No capítulo 2 desta obra o autor se dedica exclusivamente a tentar debater a questão do prazer.

Em seu texto, Gutierrez (2001, p. 11) procura deixar claro que não é possível pensar em lazer sem se preocupar com a questão do prazer. Para ele o prazer “é uma categoria fundamental para a pesquisa do objeto lazer”, pois “não existe lazer sem a expectativa de realizar alguma forma de prazer”. É isso o que, na sua visão,

confere especificidade ao lazer e o distingue das demais atividades sociais. Ainda levanta o seguinte:

Poderíamos até mesmo dizer que não há felicidade sem prazer e que talvez não haja, sequer, humanidade sem prazer. Uma sensação complexa, subjetiva e que varia em função de cada conjuntura. Vai da busca de uma simples e amena sensação de conforto até à esperança de vivenciar sensação tão intensa e arrebatadora que pode enterrar qualquer vestígio de racionalidade com respeito a fins, qualquer busca racional da dominação, qualquer identidade de classe social, ou ainda qualquer sentimento de solidariedade, privilegiando única e exclusivamente a sua realização egoísta e pessoal. (2001, p. 13-14).

Embora Elias e Dunning (1992) não tenham colocado dessa forma, pode-se dizer que para eles não existe atividade de lazer sem a expectativa de realizar alguma forma de prazer.

Deduzimos que para esses autores, igualmente, mesmo que os distúrbios emocionais provocados por certas atividades de lazer nem sempre despertem sentimentos agradáveis, prazerosos, prevalecerá sempre a esperança, a expectativa de que venham a despertar sentimentos dessa natureza. Ou seja, poderíamos afirmar que existe sempre a expectativa de estimulação agradável das emoções ou, para reduzir ao seu fim último, de realização de prazer.

Por certo, os indivíduos têm alguma noção, senão certeza, da distância existente entre a expectativa de prazer gerada por uma atividade e a consumação desse prazer propriamente dita, afinal, sabem que não há garantias absolutas de que a prática será prazerosa.

Isso que estamos dizendo, aliás, nos remete a pensar na própria expectativa de prazer como um ingrediente agradável que precede a prática em si. O torcedor que sofre antecipadamente pelo clássico que está por vir é um exemplo útil. Nesse caso, a expectativa de realização de prazer pode ser interpretada como um estado de ansiedade e agitação do organismo, que pode trazer tanto sentimentos agradáveis quanto angustiantes. Assim, podemos dizer que reconhecer a expectativa de prazer que uma atividade proporciona pode levar ao despertar antecipado de sensações prazerosas, as quais podem muito bem, vir a descambar em sentimentos nada agradáveis durante ou ao fim da atividade.

E ao longo da partida, será a expectativa e não a certeza da vitória que permitirá combinarem-se sentimentos antagônicos de medo e prazer, de angústia e alegria. Será essa combinação que trará um nível de tensão-excitação ótimo e,

consequentemente, um estado de prazer também ótimo, uma vez que, quanto mais difícil e sofrida a partida, maior será o estado de tensão propiciado e, também, a expectativa de prazer em caso de cessação do sofrimento (o gol da virada ou o apito final com o time ganhando, por exemplo).

Com relação a isso, pertinente é a colocação de Gutierrez sobre sua definição conceitual de lazer, quando opta por defini-lo a partir da busca do prazer:

Podemos começar destacando a diferença fundamental entre sentir prazer e buscar prazer. Mesmo esquecendo, por enquanto, a fronteira misteriosa que o prazer deve atravessar para se transformar em dor, e vice-versa, ou a relação entre a intensidade do prazer e o sofrimento prévio que antecipa sua conquista. Assim, e apesar de tudo isso, o lazer não pressupõe necessariamente a consumação do prazer. Seu compromisso é com a busca do prazer, com a luta por uma sensação de prazer que pode, ou não, vir a ocorrer. O exemplo típico é o torcedor de algum esporte: acompanhar uma derrota numa competição não pode ser classificado como uma experiência prazerosa, mas constitui, sem dúvida, uma atividade de lazer. (2001, p. 7)

Um autor no qual Gutierrez (2001) encontrou embasamento teórico para travar o debate relacionando lazer e prazer foi Freud. Cabe lembrar que é perceptível a influência da obra de Freud nas reflexões de Elias em *O Processo Civilizador* (1993)<sup>26</sup> e, consequentemente, nas demais obras que foram construídas sob os pilares da teoria dos processos civilizadores, como a própria *Busca da Excitação* (1992).

Em *O Futuro de uma ilusão* e *O mal-estar na civilização*, Freud (1987) defende que a vida é demasiada pesada, sofrida, e que por isso somos levados a buscar alternativas que tornem mais suportável a nossa existência. Não podemos dispensar as medidas paliativas, afirma o autor. Segundo ele, não conseguimos viver sem “derivativos poderosos, que nos fazem extrair luz de nossa desgraça; satisfações substitutivas, que a diminuem; e substâncias tóxicas, que nos tornam insensíveis a ela”. (FREUD, 1987, p. 83).

---

<sup>26</sup> Goudsblom (2001) destaca a presença de três intelectuais na obra *O Processo Civilizador* (1992): do historiador Johan Huizinga, do sociólogo Max Weber e do psicanalista Sigmund Freud. Entretanto, ao analisar a influência desses intelectuais, o autor assegura que Elias (1992) vai muito além das idéias desses pesquisadores: “na medida em que pretende ser uma teoria geral dos processos sociais, está particularmente distante do universo de Johan Huizinga. Ao aplicar idéias psicanalíticas, afasta-se de Weber, e, em sua consistência sociológica, vai além de Freud.” (p. 242-243). Já existem trabalhos em âmbito nacional que buscam tecer algumas aproximações entre Elias e Freud, ver Brandão (2005) e Barbosa (2000).

Desses apontamentos decorre a interpretação de Gutierrez (2001) de que os momentos de lazer representariam, sob perspectiva da psicanálise, justamente os canais alternativos pelos quais poderíamos minimizar os excessivos sofrimentos e decepções de nossas vidas, momentos nos quais poderíamos extrair felicidade e prazer.

Na concepção freudiana, o princípio do prazer rege toda a existência humana, pois estamos todos, sempre, buscando a felicidade. E só podemos alcançá-la de duas maneiras: evitando a dor e o desprazer; e experimentando intensas sensações prazerosas:

O que pedem eles [os homens] da vida e o que desejam nela realizar? A resposta mal pode provocar dúvidas. Esforçam-se para obter felicidade; querem ser felizes e assim permanecer. Essa empresa apresenta dois aspetos: uma meta positiva e uma meta negativa. Por um lado, visa a uma ausência de sofrimento e de desprazer; por outro, à experiência de intensos sentimentos de prazer. Em seu sentido mais restrito, a palavra 'felicidade' só se relaciona a esses últimos. Em conformidade a essa dicotomia de objetivos, a atividade do homem se desenvolve em duas direções, segundo busque realizar – de modo geral ou mesmo exclusivamente – um ou outro desses objetivos.

Como vemos, o que decide o propósito da vida é simplesmente o programa do princípio do prazer. Esse princípio domina o funcionamento do aparelho psíquico desde o início. Não pode haver dúvida sobre sua eficácia, ainda que o seu programa se encontre em desacordo com o mundo inteiro, tanto com o macrocosmo quanto com o microcosmo. [...] O que chamamos de felicidade no sentido mais restrito provém da satisfação (de preferência, repentina) de necessidades represadas em alto grau, sendo, por sua natureza, possível apenas como uma manifestação episódica. Quando qualquer situação desejada pelo princípio do prazer se prolonga, ela produz tão-somente um sentimento de contentamento muito tênue. Somos feios de modo a só podermos derivar prazer intenso de um contraste, e muito pouco de um determinado estado de coisas. (FREUD, 1987, p. 84)

O problema colocado por Freud é que estando o indivíduo impelido a viver em comunidade ou a adaptar-se a uma vida coletiva – uma tendência “altruísta” que também seria necessária ao alcance da felicidade – ele se verá obrigado a renunciar a seus instintos, a sua tendência “egoísta” de busca pelo prazer.

Nota-se, portanto, “uma contradição, que muito dificilmente pode ser resolvida, entre a busca individual da felicidade e a inserção, necessária e útil à sobrevivência, no contexto social”, reflete Gutierrez (2001, p. 19), pois a luta individual pela realização do princípio do prazer estará, em última instância, subordinada às exigências impostas por uma vida em comunidade. Podemos dizer

que os interesses egoístas imediatos sucumbem a um interesse futuro maior, de sobrevivência. Vale a pena trazer mais uma longa citação de Freud:

No processo de desenvolvimento do indivíduo, o programa do princípio do prazer, que consiste em encontrar a satisfação da felicidade, é mantido como objetivo principal. A integração numa comunidade humana, ou a adaptação a ela, aparece como uma condição dificilmente evitável, que tem de ser preenchida antes que esse objetivo de felicidade possa ser alcançado. Talvez fosse preferível que isso pudesse ser feito sem essa condição. Em outras palavras, o desenvolvimento do indivíduo nos parece ser um produto da interação entre duas premências, a premência no sentido da felicidade, que geralmente chamamos de 'egoísta', e a premência no sentido de união com os outros da comunidade, que chamamos de 'altruísta'. Nenhuma dessas descrições desce muito abaixo da superfície. No processo de desenvolvimento individual, como dissemos, a ênfase principal recai sobretudo na premência egoísta (ou a premência no sentido da felicidade), ao passo que a outra premência, que pode ser descrita como 'cultural', geralmente se contenta com a função de impor restrições. No processo civilizatório, porém, as coisas se passam de modo diferente. Aqui, de longe, o que mais importa é o objetivo de criar uma unidade a partir dos seres humanos individuais. É verdade que o objetivo da felicidade ainda se encontra aí, mas relegado ao segundo plano. Quase parece que a criação de uma grande comunidade humana seria mais bem-sucedida se não se tivesse de prestar atenção à felicidade do indivíduo. (FREUD, 1987, p. 142-143).

Não existe nas obras de Elias uma concepção de prazer como princípio regente da existência humana, como aquela verificada em Freud. Nos textos de *A Busca da Excitação* (ELIAS; DUNNING, 1992), o prazer investigado pelos autores – aquele especificamente propiciado pelas atividades de lazer, e não de outra espécie ou origem – resulta, de acordo com suas reflexões, de excitações emocionais deleitosas e não sérias, de flutuações agradáveis entre os estados emocionais. O prazer propiciado pelas atividades de lazer, portanto, decorre das alterações agradáveis nos estados emocionais, as quais não são facilmente ou normalmente estimuladas pelas atividades altamente rotineiras – nem podem já que qualquer alteração emocional nestas esferas poderia colocar em risco a harmonia social estabelecida.

No entanto, a investigação parou por aí. Não houve interesse de Elias e Dunning em retratar, nesses textos, o prazer fora da esfera do lazer ou de tecer análises a respeito da natureza instintiva do prazer. Assim, mesmo estando presente e em evidência em toda a análise o prazer é praticamente traduzido como sinônimo de sensação agradável, e subjaz a uma preocupação centralizada na explicação sociológica sobre o porquê das atividades de lazer proporcionarem sensações

agradáveis e de prazer. Diferentemente, Freud (1987) buscou refletir sobre o prazer a partir de um concepção acerca do homem e sua constante, tensa e contraditória luta pelo prazer frente às necessidades e restrições impostas pelo meio.

Talvez Elias e Dunning não tenham se preocupado em debater diretamente a questão do prazer a ponto de defini-lo conceitualmente porque para eles a natureza do prazer é percebida como algo mutável e em constante associação com determinados padrões de configurações sociais. É possível verificar em *O Processo Civilizador* (ELIAS, 1990; 1993) uma análise que elucida bem a natureza mutável do prazer a que nos referimos. Compreende-se, a partir da obra, que no decorrer do longo processo civilizador houve uma substituição gradual da busca do prazer imediato – satisfação resultante, muitas vezes, do atendimento às necessidades instintivas – por uma busca do prazer de outra espécie<sup>27</sup>, possivelmente mais realizável a longo prazo (associados ao conforto e à segurança, por exemplo); houve uma renúncia ao atendimento instantâneo dos desejos, um sacrifício das vontades imediatas, em prol de se evitar o desprazer, a dor e o sofrimento.

Um dos problemas cruciais com que se confrontavam as sociedades, no decurso do processo de civilização, era – e continua a ser – o de encontrar um novo equilíbrio entre o prazer e a restrição. A progressiva limitação de controles reguladores sobre o comportamento das pessoas e a formação da correspondente consciência, a interiorização das regras que regulam de forma mais elaborada todas as esferas da vida, garantem às pessoas, nas suas relações entre si, maior segurança e estabilidade, mas implicaram também uma perda das satisfações agradáveis que se associavam a formas de comportamento mais simples e espontâneos. (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 244).

Compatível com a compreensão do aumento dos controles sobre as pulsões, impulsos e afetos modificados ao longo do processo civilizador, é o entendimento de Freud de que na vida humana é muito mais fácil de experimentar a infelicidade do que a felicidade:

Não admira que, sob a pressão de todas essas possibilidades de sofrimento, os homens se tenham acostumado a moderar suas reivindicações de felicidade [...], que um homem pense ser ele próprio feliz simplesmente porque escapou à infelicidade ou sobreviveu ao sofrimento,

<sup>27</sup> As mudanças nas regras da “caça à raposa” demonstram essa alteração na natureza do prazer buscado: a satisfação com a morte do animal, objetivo principal nas primeiras formas desse passatempo, torna-se reduzida com o aumento da sensibilidade à violência, chegando mesmo a tornar-se repugnante num estágio posterior. O prazer de matar o animal e de sua utilização como alimento é substituída pelo prazer da própria perseguição do animal. É a perseguição que torna-se a principal fonte de divertimento e o aspecto fundamental dessa atividade. Ver capítulo 4 de *A Busca da Excitação* (ELIAS; DUNNING, 1992).

e que, em geral, a tarefa de evitar o sofrimento coloque a de obter prazer em segundo plano (FREUD, 1987, p. 85).

Assim, estando o homem pressionado por diversas possibilidades de sofrimento, sua busca pessoal do prazer por meio da satisfação irrestrita dos impulsos e afetos, embora quase sempre tentadora, subordinar-se-á a preocupação primária de se evitar o desprazer e o sofrimento. E diminuídas as possibilidades de sofrimento, principalmente as produzidas pela dor física, pela fome, pelo medo da morte, veremos o homem buscar por meio de novos mecanismos e instituições sociais formas alternativas de se conseguir satisfação e prazer que não tragam à tona os riscos de sofrimento e desprazer – controlados a muito custo.

Sob essa interpretação, podemos afirmar que permanece válida para a teoria configuracional a concepção freudiana da busca do prazer e da felicidade como fim último das ações humanas. O que muda, entretanto, é o tipo, a espécie, de prazer e felicidade que se busca, bem como o modo pelo qual eles se realizam, sendo que este tipo de prazer buscado dependerá, invariavelmente, da natureza e das limitações impostas pelas configurações sociais de um determinado padrão societário.

E isso mostra que, apesar das diferenças iniciais nas formas como são abordadas a questão do prazer nas obras de Elias e Freud, elas podem criar possibilidades interpretativas interessantes se usadas de forma complementar em algumas análises.

É importante avisar que não foi nossa idéia simplesmente recortar a definição de prazer postulada por Freud e integrá-la a concepção de lazer que serve de referência a esta dissertação, a de Elias e Duning (1992). Afinal, como bem alerta Gutierrez (2001), é preciso respeitar o fato de que a definição de prazer a pouco apresentada está amplamente articulada a uma concepção de homem e sociedade, e talvez por isso não possa ser compreendida, muito menos referenciada, de forma destacada de sua origem teórica. Assim, informamos que as reflexões que foram apresentadas não tiveram a pretensão de fundamentar teoricamente a concepção de prazer deste estudo, mas, sim, de recolocar o prazer como elemento central na definição de lazer e destacar a sua importância para a compreensão do fenômeno.

É necessário frisar que colocar o prazer como elemento central na análise do lazer não significa aceitá-lo como exclusivo. O prazer poderia sim ser um fator de determinação ideal das atividades de lazer, se não fosse, contudo, uma sensação



puramente subjetiva. Com isso, logo se percebe uma dificuldade: ao mesmo tempo em que o prazer é, por um lado, um excelente elemento determinante e qualificador das atividades de lazer, por outro, se entendido como uma sensação puramente subjetiva, pode vir a tornar-se um problema filosófico de difícil aplicação sociológica, o que atrapalha ou impede a sua utilização como fator exclusivo para a definição do lazer.

Disso decorre a necessidade de se buscar outros elementos para facilitar a definição e compreensão do fenômeno, como aqueles apresentados no tópico anterior<sup>28</sup> e outros que ainda serão apresentados de acordo com as concepções teóricas dos autores selecionados. Utilizar-se desses elementos pode ser uma forma de dirimir a insuficiência de se considerar somente o prazer como categoria determinante das atividades de lazer.

Com isso, chegamos ao fim desse segundo capítulo, cujo objetivo principal foi elucidar a concepção de lazer de Elias e Dunning (1992) e, também, apresentar algumas reflexões envolvendo a questão de lazer e prazer. Avançaremos, portanto, ao terceiro capítulo, no qual procuramos estabelecer uma discussão referente à ocorrência histórica do lazer. Nele aparecem os primeiros diálogos entre a teoria configuracional e o pensamento dos autores selecionados para esse estudo.

---

<sup>28</sup> Os elementos fundamentais – sociabilidade, mimetismo e mobilidade; e as características diferenciadoras – nível de rotina, de compulsão e obrigatoriedade e de restrição emocional; todos retirados de Elias e Dunning (1992).

### CAPÍTULO 3

## A OCORRÊNCIA HISTÓRICA DO LAZER

O lazer se constitui como um fenômeno tipicamente moderno...  
(MASCARENHAS, 2001, p. 58-59)

...foi nesse processo típico da modernidade que surgiu o que hoje definimos como lazer.  
(MELO; ALVES JÚNIOR, 2003, p. 6).

As evidências encontradas nas fontes estudadas indicam que o ponto de partida para a configuração social do lazer não foi desencadeado somente a partir do advento mundialmente conhecido como Revolução Industrial...  
(WERNERCK, 2000, p. 20).

... as atividades de lazer enquanto área social de libertação das restrições do não lazer podem encontrar-se nas sociedades em todos os estágios de desenvolvimento. (ELIAS; DUNNING, 1992, P. 104).

Dentre os teóricos do lazer, do ponto de vista conceitual e interpretativo, a discussão sobre quando surgiu o lazer é ainda uma questão polêmica. O debate teórico travado entre os estudiosos sobre a origem histórica do fenômeno – muito bem diagnosticado nos trabalhos desenvolvidos por Gomes (2003; 2004a) e facilmente exemplificado com as frases recortadas acima – é ainda um tanto controverso.

O debate sobre o surgimento do lazer é encontrado nas pesquisas dos autores que são alvos dessa dissertação sendo relativamente explorado em Mascarenhas (2005) e sucintamente discutido em Melo e Alves Júnior (2003) e Melo (2001), ganhando maior destaque somente nas pesquisas de Christianne Luce Gomes. A autora procura em mais de um trabalho – Gomes (2003; 2004a; 2005) e Werneck (2000) – sistematizar os pontos de vista de diversos teóricos e aprofundar o debate desta problemática questão.

Além de expor o modo como cada um desses autores compreendem o surgimento do lazer, oferecemos, neste capítulo, como possibilidade interpretativa para esta questão, um ponto de vista elaborado com base na teoria configuracional. Fundamentando-se nesta teoria, apresentaremos algumas argumentações que exploram a hipótese aventada por Gomes (2004a) de que o lazer pode não ter surgido na modernidade.

### 3.1 REFLEXÕES SOBRE A OCORRÊNCIA HISTÓRICA DO LAZER

De acordo com a sistematização apontada por Gomes (2003; 2004a), duas correntes opostas dividem as opiniões quanto a esta controversa questão. Inseridos na primeira corrente estão autores que consideram que o lazer existia nas sociedades mais antigas e que, portanto, sempre existiu (RUSSEL, 2002; DE GRAZIA, 1966; MUNNÉ, 1980; MEDEIROS, 1975). Do lado oposto, autores como Dumazedier (1979), Marcellino (1983), Melo e Alves Júnior (2003) e Mascarenhas (2005)<sup>29</sup> entendem o lazer como um fenômeno moderno, com origem marcada nas modernas sociedades urbano-industriais.

Optando por não se filiar a nenhuma dessas correntes, Gomes argumenta que precisar cronologicamente o surgimento do lazer é uma tarefa um tanto quanto complexa. Para ela, da mesma forma que as manifestações e práticas culturais que fluíam a seu tempo e modo em períodos antigos da história não podem ser simplesmente igualadas e compreendidas como uma versão clássica do lazer moderno, o lazer não pode ser interpretado como um fato exclusivo da modernidade, com data de nascimento no século XVIII. Para alguns teóricos – diz ela – o surgimento do lazer é associado a esta época devido, principalmente, às transformações decorrentes do processo da revolução industrial, destacadamente àquelas que levaram à rígida e nítida delimitação da jornada de trabalho.

Segundo a autora, esta delimitação da jornada de trabalho, acabou distinguindo, na visão desses teóricos, o tempo de trabalho do tempo de não trabalho, ou seja, distinguindo o tempo de trabalho do tempo livre (dentro do qual o tempo de lazer estaria inserido). Embora não considere que o lazer tenha surgido nesta época, ainda assim a autora destaca a importância das transformações que ocorreram nesse período e que foram “decisivas para que o lazer, entre outras dimensões da vida, fosse revestido de características próprias, configurando-se da forma como conhecemos hoje” (GOMES, 2003, p.61-62). Alerta que “é demasiado arriscado definir, com exatidão, o momento histórico em que o lazer se configura na sociedade ocidental” e sugere que “conhecer e considerar as peculiaridades [...] de outras realidades que compõe a nossa história pode fornecer expressivas

---

<sup>29</sup> Acrescentamos este último a esta corrente por conta própria, já que o mesmo não figura na classificação originalmente elaborada por Gomes (2003, 2004a).

contribuições para apreendermos o processo de constituição do lazer” (GOMES, 2004a, p. 138).

Com o intuito de apresentar a visão da pesquisadora Christianne Luce Gomes sobre o surgimento do lazer, focalizamos inicialmente nossa análise em seu livro intitulado *Lazer, Trabalho e Educação: relações históricas, questões contemporâneas*, publicado no ano 2000, cuja primeira parte é inteiramente dedicada à pesquisa sobre a ocorrência histórica do lazer. Neste livro a autora procura estabelecer uma análise dos sentidos atribuídos às diversas manifestações socioculturais características do lazer em sua relação à educação, à cultura e, principalmente, ao trabalho produtivo, da antiguidade clássica à modernidade, tendo como ponto de partida o modo de vida e os ideais construídos na Grécia antiga. Embora seu estudo seja aprofundado, limitamo-nos a trazer apenas resumidamente algumas questões pontuais, justamente aquelas que, em particular, foram trabalhadas por outros autores do lazer e cujas opiniões serão paulatinamente inseridas no decorrer do texto.

Na antiguidade clássica, segundo a autora, “os primeiros sentidos de lazer estavam relacionados com o ócio que significava, para os gregos, despreendimento das tarefas servis, condição propícia à contemplação, à reflexão e à sabedoria” (WERNECK, 2000, p. 21). Não existia na época, aponta, uma palavra equivalente ao nosso termo lazer. Baseada em Arendt (1993), a autora afirma que os termos mais aproximados são as palavras grega *scholē* e a latina *otium*, as quais significam “toda e qualquer isenção de atividade política e não simplesmente lazer, embora ambas sejam também utilizadas para indicar cessação de trabalho.” (WERNECK, 2000, p. 21). O trabalho, visto como penoso e indigno, ia de encontro ao tão defendido modo de vida livre e autônomo grego, colocando-se como uma barreira ao aprimoramento intelectual e ao desenvolvimento das sensibilidades, dos gostos e da educação.

Apoiando-se em Gadotti (1996), Werneck (2000) sugere uma noção de lazer na antiguidade clássica vinculada à noção de trabalho e também à noção de educação, pois o “lazer” pressupunha, além do afastamento do trabalho produtivo, das tarefas servis e das obrigações políticas, o acesso à educação e à formação para a vida contemplativa. Afirma a autora que, “além de ser concebido como ócio, momento de descanso, o lazer representava uma fonte de prazer, satisfação, liberdade, deleite, reflexão e realização, noção intimamente vinculada aos significados de cultura e educação” (WERNECK, 2000, p. 27).

Complementa que, no período medieval, posteriormente à ascensão e declínio do Império Romano, os significados atribuídos ao lazer e ao trabalho anunciavam um novo modelo social, influenciado determinantemente pelo cristianismo e pela Igreja Católica. Os valores, as doutrinas e as determinações propagadas por essas religiões tendiam a condenar todo tipo de prática que não se relacionasse às atividades religiosas e ao trabalho, dentre elas os jogos, as festas, os espetáculos e outras diversões que pudessem levar ao pecado e não à purificação da alma, e que por isso deveriam ser controladas, reguladas e pensadas em consonância com os interesses religiosos. Daí o sentido da palavra em latim *licere*: “designar as práticas culturais alegres e festivas consideradas lícitas, permitidas” (WERNECK, 2000, p. 36). Assim sendo, o lazer “só poderia ser vivenciado se contribuísse para elevar a alma à Deus, impregnando valores morais salientados como essenciais para o mundo do trabalho” (WERNECK, 2000, p. 37).

Segundo a autora, um pouco mais tarde, com o surgimento e ascensão do protestantismo, os dogmas pregados por esta religião reforçaram a valorização do trabalho, visto como um dever nobre, virtuoso, e também, como uma forma de servir a Deus. Já a preguiça e o ócio eram discriminados, vistos como verdadeiros pecados que afastavam o homem da salvação eterna. Na visão da autora, “o trabalho foi sendo, gradativamente, cada vez mais revestido dos princípios capitalistas, os quais acabaram influenciando também os novos significados conferidos ao lazer a partir da modernidade” (WERNECK, 2000, p. 41).

Numa obra mais recente – o segundo volume do livro *Lazer e Cultura*, intitulado *Lazer e Trabalho* (2005) – Gomes traz passagens importantes que ampliam as possibilidades interpretativas sobre a ocorrência histórica do lazer. Ao debater essas questões em sua obra, a autora cita diversas manifestações culturais que aconteciam nas sociedades mais antigas e que poderiam fornecer alguns elementos para pensarmos a existência do lazer nesses períodos: as olimpíadas, competições, encenações teatrais e declamações poéticas na Grécia; os banhos públicos, banquetes, festas, representações teatrais, corridas de carros e combates de gladiadores em Roma; e os feriados religiosos, os jogos, cantos, festas, comemorações e carnavais na Idade Média, onde “sagrado (sério e oficial)” e “profano (cômico e risonho)” se contrastavam.

Referindo-se às manifestações culturais na Grécia, a autora diz que:

Em geral, quando as heranças gregas são consideradas nas discussões sobre o lazer, os autores que debatem o assunto não se debruçam sobre os significados das práticas culturais como as citadas anteriormente. Na maioria das vezes, são estabelecidas reflexões sobre o ócio, o que nos remete ao termo grego *skholé*, que também é de grande valor para a compreensão do processo de constituição (GOMES, 2005, p. 44).

Partindo dessa observação realizada pela autora, paira no ar um questionamento com relação ao debate sobre surgimento do lazer: será que alguns estudiosos do lazer que estão se dedicando a discutir a questão não estão conferindo demasiada importância aos significados e noções atribuídas a palavras possivelmente similares, tais como ócio, *licere*, *otium* e *schole*, ao invés de se concentrarem nos significados das atividades propriamente ditas, como aquelas citadas anteriormente? Será que ao se pautarem exclusivamente nos significados atribuídos a estas palavras não estariam negligenciando, do ponto de vista interpretativo, certos tipos de manifestações culturais, como aquelas que não poderiam ser identificadas por estes termos, mas por outros, e que seriam mais condizentes com o que hoje denominamos lazer?

Peguemos como exemplo o teatro, uma das manifestações citadas anteriormente. É consenso tanto do ponto de vista dos intelectuais que discutem o lazer quanto dos indivíduos das sociedades urbanas avançadas em geral que, se uma pessoa está assistindo a um espetáculo teatral na condição de espectador, logo ela está desfrutando de uma atividade de lazer, e num período de tempo também de lazer (período de tempo específico dentro de sua rotina diária). Nesse caso, o ato de assistir a uma peça teatral é imediatamente identificado, sem dificuldades, como uma experiência de lazer.

Pois bem, pensemos agora sobre o passado histórico dessa atividade, como os tradicionais espetáculos de tragédia realizados nos teatros gregos durante a antiguidade clássica. Nessa outra situação não sabemos ao certo se os gregos poderiam utilizar uma frase equivalente para dizer, de maneira análoga à nossa, que o grego que estava assistindo a uma tragédia o fazia num “momento de lazer” ou que a tragédia em si era uma “atividade de lazer”. No entanto, poderíamos afirmar seguramente que eles não empregariam “*schole*” – palavra mais próxima ao termo lazer nessa época – para descrever esses momentos, pois, como Gomes (e também os demais autores que virão adiante) nos mostra, os significados dessa palavra é outra. Todavia, independente do termo utilizado hoje e ontem para designar essas

atividades não estaríamos afinal a falar de atividades muito semelhantes? Atividades que oferecem sensações parecidas àqueles que a usufruem? Atividades que integram similarmente elementos como sociabilidade e mimetismo (presentes no caso do teatro, por exemplo)? Hoje e antigamente os indivíduos não estariam procurando-as por motivos bastante próximos? A tensão-excitação de que Elias e Dunning (1992) nos falam, não teria semelhança com os conceitos de *entusiasmo* e de *catarse* discutidos por Aristóteles? O que queremos sugerir com essa pequena exemplificação é que parece, pelo menos ao se observar a revisão bibliográfica verificada por Gomes (2005), que a discussão do surgimento do lazer pode estar muito amarrada à origem histórica de palavras relacionadas ao lazer e seus significados (*otium*, *schole*, *licere*, etc.), e isso estaria dificultando e até mesmo impedindo, de certa forma, uma análise mais densa sobre o passado do lazer.

Como já foi dito no início desse tópico, Gomes não é partidária de que o lazer tenha surgido em decorrência das transformações promovidas pela Revolução Industrial e considera “um equívoco afirmar que o lazer é um fenômeno observável apenas nas civilizações industriais avançadas”. Na tentativa de buscar evidências empíricas para reforçar sua argumentação, recorre à semântica e à origem etimológica da palavra lazer<sup>30</sup>.

De acordo com a autora, a origem etimológica da palavra lazer no português, assim como *leisure* na língua inglesa e *loisir* na francesa, vem do latim *licere/licet*, palavras que eram empregadas pela antiga civilização romana com o significado de ser lícito, ser permitido, poder, ter o direito. Segundo Marinho (1979 apud GOMES, 2003), essas palavras eram utilizadas para se referir a um determinado período de tempo do qual os escravos do período romano teriam direito, um suposto tempo livre no qual estariam dispensados das obrigações cotidianas e que poderiam se dedicar aos seus interesses particulares, ou seja, referiam-se a um determinado tempo de lazer (*licere*). Discordando desses argumentos e baseando-se em Elias (1998a), Gomes (2003, p. 53) argumenta que embora a noção de tempo sempre tenha existido, ela nunca foi única, sendo constantemente ressignificada em determinados momentos da história, mas “antes da era moderna a sociedade não apresentava a

---

<sup>30</sup> Para informações mais detalhadas sobre a origem semântica e etimológica da palavra lazer, consultar Gomes (2004a; 2005).

necessidade de medir o tempo, de separar o curso da vida em frações estanques”<sup>31</sup>, Assim, apoiando-se em Thompson (1991), aponta que a divisão racional do tempo em unidades abstratas deriva, principalmente, de uma necessidade ligada à divisão social do trabalho e ao modo de produção industrial capitalista. Demonstra dessa maneira que o tempo livre é uma consequência histórica ligada principalmente à revolução industrial e que, portanto, a utilização do conceito *licere* em referência a um determinado período de tempo livre deve ser revista.

A autora ainda destaca que hoje existem palavras utilizadas com significados semelhantes, mas que possuem origem etimológica diferente, como, por exemplo, o termo espanhol “ócio”, originado do latim *otium*, que embora tenha sentido denotativo aproximado do termo lazer em português, difere do termo ócio na língua portuguesa (GOMES, 2003, p.55).

Essas constatações nos soam como um alerta, pois mostram que termos semelhantes e até de mesma origem podem possuir significados os mais diversos possíveis e que, justamente por isso, não devem ser interpretados sem a respectiva compreensão do momento histórico correspondente. Lembra-nos ainda que até mesmo um único termo possa ter significados diferentes ao longo dos tempos, como o próprio “ócio”, recebendo sentidos ora positivos, ora negativos.

Nos dicionários etimológicos da língua portuguesa, segundo Gomes (2003, p. 55), o termo lazer deriva de *lezer*, vocábulo que remonta ao século XIII e significava preguiça, pouca vontade de trabalhar. De acordo com sua interpretação, “o arcaico *lezer* preserva o sentido de “não-trabalho”, de descanso, mas não contém a idéia de tempo, tampouco de divertimento” (GOMES, 2003, p. 55-56). É somente no século XVI que o termo lazer começa realmente a ser utilizado no Ocidente (MACHADO, 1969, apud GOMES, 2003, p. 57). Segundo a autora, Houaiss e Villar (2001) revelam que já foram encontrados no ano de 1619, documentos medievais da língua portuguesa com a palavra “lazer”, o que indica que o termo já existia muito antes das avançadas civilizações industriais européias do século XVIII.

Embora o sentido que hoje atribuímos ao termo lazer possa divergir dos primeiros significados conferidos à palavra quando de suas primeiras utilizações, o fato de Gomes encontrar em dicionários e documentos antigos indícios de que o

---

<sup>31</sup> Lembramos que para Elias (1991), mesmo nas sociedades mais antigas existia a necessidade de medir e determinar o tempo. Comparativamente, o que muda é a precisão e o padrão de regularidades utilizados para se fazer essa determinação, parâmetros que são específicos pra cada sociedade ao longo de sua história.



vocábulo já era utilizado (seja lá qual fora o seu sentido) há séculos anteriores à Revolução Industrial pode contribuir para que seja revista a tese de que o lazer tenha surgido somente na modernidade.

A respeito da manifestação do lazer durante a Modernidade, embora Gomes não compreenda que o surgimento do lazer tenha ocorrido nesta época, como o faz Melo e Mascarenhas, compartilha com estes além do entendimento de que essa época representa um momento histórico único e decisivo para a constituição do lazer da forma que hoje o caracterizamos, o entendimento de que o lazer representou, nesse período, um campo de disputa entre as classes sociais. Essa convergência de opiniões deve ser ressaltada. Afinal, se há pontos na discussão sobre o surgimento do lazer em que as opiniões dos pesquisadores estudados não apresentam quaisquer sinais de divergências, seriam justamente esses: as profundas transformações na esfera do lazer provocadas pela revolução industrial e a diminuição da jornada de trabalho e a constituição do tempo livre provocada pelas disputas travadas entre as camadas sociais. Vejamos.

Gomes considera que o tempo livre – que nas modernas sociedades urbano-industriais configura, enquanto delimitação temporal, as práticas de lazer – pode ser compreendido como fruto das tensões e conflitos gerados a partir da relação capital-trabalho, sendo simultaneamente uma conquista social dos trabalhadores assalariados que reivindicavam uma menor jornada de trabalho, descansos semanais e férias e uma concessão dos segmentos hegemônicos face à pressão da sociedade civil organizada.

Na visão da autora, “essa concessão efetivou-se porque o tempo livre foi visualizado como campo fértil para promover a reposição da força de trabalho e realizar o controle social das camadas populares, além de estimular o consumo dos bens produzidos e serviços ofertados” (GOMES, 2003. p.64).

Segue afirmando que, a partir da modernidade, a ordenação, a organização e a vivência das diversas manifestações culturais passaram a ser vinculadas necessariamente a um tempo/espço social próprio, específico para tais práticas, e claramente distinto do tempo/espço ligado ao trabalho e à indústria. Atrelado a essa divisão do tempo social – como por exemplo o tempo de trabalho e tempo de lazer – está a valorização de determinadas práticas, tidas como saudáveis e benéficas, em oposição ao ócio, tido como improdutivo e indigno. É nesse momento em que se dá, de acordo a sua interpretação, a institucionalização do lazer:

O processo de segmentação dos tempos e espaços sociais foi intensificado nos centros urbano-industriais, contribuindo com a constituição de práticas diferenciadas para os sujeitos, processo que influenciou todas as dimensões da vida social. Assim, a institucionalização do lazer, além de repudiar o ócio, foi atrelada à necessidade de equacionar o tempo livre, selecionar as atividades nele desenvolvidas, e disciplinar os divertimentos. Ocorre, nesse âmbito, um redimensionamento das manifestações culturais, do tempo e do espaço social, de tal modo que o lazer acaba sendo instituído como um fenômeno normativo no seio das modernas sociedades urbano-industriais (GOMES, 2003, p. 72).

Para Gomes, com o deslocamento do pólo produtivo do campo para a cidade e o conseqüente aumento da população urbana, cresceu nas classes dominantes a preocupação com a ocupação do tempo livre pela classe trabalhadora e a massa de desempregados. A prostituição, os jogos de azar, o alcoolismo, a ociosidade e outras práticas que transgrediam as normas sociais vigentes se configuravam como ameaça à ordem social e, logicamente, ao modo de produção capitalista. Com isso, o tempo de lazer passou a ser controlado e organizado em função dos interesses hegemônicos da classe burguesa. Juntamente, cresceu a preocupação com os espaços sociais destinados à prática do lazer, o que culminou na planificação e construção de praças, parques, e espaços arborizados, destinados ao divertimento e descanso saudáveis das horas de lazer (GOMES, 2003). Desse modo, a autora entende que o lazer não foi gerado a partir do capitalismo, entretanto, assim como o tempo livre e as diversas esferas da vida social, foi a ele subjugado.

### **3.2 O LAZER COMO FRUTO DA REVOLUÇÃO DOS TEMPOS SOCIAIS**

Inserimos agora ao debate alguns pontos abordados no livro *Introdução ao Lazer*, dos autores Victor Andrade de Melo (um dos selecionados para este estudo) e Edmundo de Drummond Alves Júnior (também professor da área da Educação Física). Publicado em 2003, o livro traz inicialmente reflexões sobre o surgimento do lazer enquanto fenômeno social na sociedade moderna<sup>32</sup>. Para isso, os autores

---

<sup>32</sup> Como este livro não foi escrito com citações e referências explícitas no texto – opção enunciada pelos próprios autores já que pretendiam com o livro atingir um público leitor entre o leigo e o iniciante nos estudos do lazer – encontramos dificuldade em separar as interpretações próprias dos autores das reflexões dos autores nos quais se basearam. Ainda sim, podemos admitir, obviamente, que os autores corroboram com tais reflexões e que, portanto, o livro elucida bem a compreensão básica deles sobre o lazer e seu surgimento.

traçam uma breve análise relacionando as concepções de tempo livre e tempo de trabalho presentes nas sociedades mais antigas. Segundo eles, formas de diversão sempre existiram nas sociedades humanas, contudo, o que hoje reconhecemos e denominamos cotidianamente por lazer é uma construção social moderna, cujo surgimento deriva de circunstâncias e contextos sociais específicos.

A contínua busca de formas de diversão não significa ter sempre existido o que hoje chamamos por lazer, na medida em que tais formas de diversão guardam especificidades condizentes com cada época, que devem ser analisadas com cuidado. Por certo, existem similaridades com o que foi vivido em momentos anteriores – e mesmo por isso devemos conhecê-los –, mas o que hoje entendemos como lazer guarda peculiaridades que somente podem ser compreendidas em sua existência concreta atual. O fato de haver equivalências não significa que os fenômenos sejam os mesmos (MELO, ALVES JÚNIOR, 2003, p. 2).

Se, por um lado, Victor Andrade de Melo e Christianne Luce Gomes discordam quanto ao surgimento do lazer, por outro fazem uma leitura semelhante sobre as diferentes noções atribuídas às palavras que são similares ou que dão origem ao termo lazer. É o que tentaremos expor a seguir.

Antes de tudo, cabe dizer que para Melo e Alves Júnior (2003) é “somente a partir de determinado momento da história que se começa a utilizar a palavra lazer para definir um fenômeno social; antes, outras palavras denominavam outros fenômenos similares mas não iguais” (2003, P. 2). Com essa fala, o que os autores anseiam por demonstrar é que somente a partir de um determinado momento da história se passa a utilizar a palavra lazer.

Para os autores, na Grécia Antiga o trabalho e as tarefas servis – a cargo principalmente dos escravos – eram desvalorizados e discriminados pois se opunham aos ideais de liberdade do ser humano e, além do mais, impediam o pleno desfrutar da contemplação – atividade tão valorizada pelos gregos e que se caracterizava não pela mera desocupação, mas pelo cultivo de valores nobres, como a verdade, a bondade e a beleza. Para os autores, se comparado aos ideais gregos, poucas semelhanças restaram em nossa compreensão moderna acerca de lazer e trabalho:

a vida contemplativa foi gradativamente substituída por uma preocupação com a atividade constante: compreende-se que é sempre necessário fazer

---

algo, preencher o tempo, como se fosse algum crime não fazer nada. E aqueles que têm o tempo livre e condições financeiras que possibilitariam uma vivência de lazer de maior qualidade muitas vezes substituem a perspectiva de crescimento espiritual pela de consumo desenfreado, na qual o luxo passa a ser elemento de status e distinção (MELO, ALVES JÚNIOR, 2003, p. 3).

Posteriormente, no período romano, segundo os autores, o tempo que não estava relacionado ao trabalho já começou a ser observado como um tempo oportuno para a recuperação e preparação do indivíduo para o retorno ao próprio trabalho. Também surgia nesse momento o desenvolvimento de uma certa preocupação com as atividades de diversão popular, realizadas durante o tempo de não-trabalho.

Já durante a Idade Média, segundo eles, o ócio passou a ser para os nobres um tempo de exibição social. Também nesse período, as camadas populares começavam a experimentar as primeiras restrições sobre o que poderia ser vivenciado – limites que eram determinados principalmente pela Igreja. Um pouco mais tarde, com a ascensão do puritanismo e das idéias reformistas, o trabalho ganhou honorabilidade e passou a ser entendido como fundamental para o ser humano e, de modo contrário, o tempo de não-trabalho começou a ser visto como inimigo e, por conseguinte, prejudicial ao trabalho – considerado por sua vez atividade tão honrosa ao homem.

No período histórico seguinte, os autores afirmam que com o surgimento da indústria e com a mudança nos modos de produção (destacadamente com a Revolução Industrial) é estabelecida a rígida divisão do tempo de trabalho. Nessa época, as novas rotinas diárias passaram a ser demarcadas obrigatoriamente pela jornada de trabalho, o que determinaria claramente a distinção entre o tempo que o trabalhador dedica à produção e o tempo de não-trabalho. Concluem que era então, neste contexto, que surgia o que hoje conhecemos como lazer<sup>33</sup>.

Os autores apontam que o processo de adequação das camadas populares ao novo modelo de trabalho não foi fácil e nem pacífico. Descontentes com a situação, as classes trabalhadoras começaram a se organizar e a reivindicar seus direitos, fato que poderia colocar em risco o novo sistema que estava sendo construído. Alarmadas com essa possibilidade, as classes burguesas passaram a se

---

<sup>33</sup> Corroboram, provavelmente, com as reflexões de Dumazedier sobre o surgimento do lazer: “O tempo fora-do-trabalho é, evidentemente, tão antigo quanto o próprio trabalho, porém o lazer possui traços específicos, característicos da civilização nascida da Revolução Industrial.”(1979, p. 26).

preocupar com os momentos de não-trabalho, que eram cada vez maiores devido às lutas e às conquistas operárias, pois acreditavam que eram nesses momentos, principalmente durante as atividades de lazer, que as camadas populares se reuniam e criavam estratégias de luta e resistência:

o controle das diversões populares (tabernas, feiras, jogos, etc.) passou a ser encarado como dimensão fundamental. As diversões eram entendidas como perigosas e perniciosas já que, além de se oporem à lógica de trabalho árduo, eram uma forma de manutenção dos antigos estilos de vida, que tanto incomodavam aos que preconizavam uma nova ordenação. (MELO; ALVES JÚNIOR, 2003, p. 8)

De acordo com eles, as camadas populares, sofrendo com as restrições e imposições determinadas pela classe dominante, buscavam recuperar ou manter seus tradicionais estilos de vida principalmente nos momentos de diversão, ou seja, nas atividades de lazer. Era uma forma de resistência que exigia por parte da burguesia, na defesa de seus interesses, o estabelecimento de estratégias de contra-resistência.

O moderno fenômeno do lazer, portanto, segundo Melo e Alves Júnior (2003), foi gerado a partir de uma clara tensão entre as classes sociais, envolvendo um processo contínuo e complexo de tentativa de controle das classes populares pela burguesia e também, ao mesmo tempo, de resistência entabulada pelas classes populares a esta tentativa de dominação<sup>34</sup>.

Na visão dos autores Melo e Alves Júnior (2003), historicamente o lazer sempre foi um palco de lutas das organizações sociais, permeado por movimentos de resistência e contra-resistência, de hegemonia e contra-hegemonia, de influências culturais múltiplas e recíprocas. Desta forma, compreendem que o lazer ainda é, nos dias de hoje, um espaço social para resistências e transformações sociais, pensamento que irá se refletir claramente, como será visto na continuidade deste estudo<sup>35</sup>, nas propostas de lazer desenvolvidas por Victor Andrade de Melo.

É também neste mesmo período histórico que o lazer surge segundo a interpretação de outro autor, Fernando Mascarenhas:

---

<sup>34</sup> Essa discussão sobre o surgimento do lazer na era moderna e a constante tensão e luta entre as classes sociais está muito bem explicitado no artigo Melo (2001) no qual o autor articula essas discussões dialogando principalmente com as idéias de E.P.Thompson.

<sup>35</sup> Uma proposta de intervenção no lazer desenvolvida pelo autor é apresentada no tópico 4.3.3 – *A Animação Cultural*.

A ruptura com o ritmo “natural” de trabalho, uma imposição peculiar ao capitalismo industrial, como não poderia ser diferente, implicou numa verdadeira revolução do tempo social, opondo tempo livre e tempo de trabalho. A possibilidade de alternância contínua dos momentos de trabalho e não-trabalho começa aí a ser suplantada. Nesta direção, a produtividade expressa pela nova disciplina do relógio torna-se a grande inimiga do ócio, invadindo a esfera do tempo livre e buscando concilia-lo ao trabalho. É então neste movimento de administração do tempo livre, de peleja contra os valores, hábitos e comportamentos inerentes ao ócio, que podemos localizar o aparecimento do lazer, fenômeno condizente com a ideologia da sociedade industrial (MASCARENHAS, 2005, p. 230).

Em resumo do que foi discutido até aqui pelos autores cujas obras estão sendo investigadas, temos, de um lado, Fernando Mascarenhas e Victor Andrade de Melo, pesquisadores que conferem existência ao lazer somente à modernidade, com data de nascimento num momento histórico muito particular, fruto das tensões e transformações sociais promovidas pelo que hoje chamamos Revolução Industrial. Na outra ponta temos Christianne Luce Gomes, pesquisadora que não tem o mesmo entendimento dos autores acima, pois, segundo seus indícios, o lazer já existia antes mesmo do referido marco utilizado por eles – a revolução nos modos de produção fabril. Afirma que “é duvidoso definir, com exatidão, o momento histórico em que o lazer ‘surge’ em nossa sociedade” (GOMES, 2005, p. 38)

Sem pretensões de esgotar o debate e de resolver essa indefinição quanto ao surgimento do lazer, oferecemos, a partir desse momento, algumas reflexões elaboradas a partir de preceitos e conhecimentos oriundos da teoria configuracional. São reflexões formuladas por intermédio de um viés interpretativo não contemplado pelos autores selecionados e que podem prestar algumas contribuições para o entendimento desta questão.

### **3.3 A OCORRÊNCIA HISTÓRICA DO LAZER SOB A PERSPECTIVA CONFIGURACIONAL**

Analisando a questão da constituição histórica do lazer sob viés configuracional, poderíamos sugerir que apontar precisamente quando o lazer surgiu talvez fosse realmente uma tarefa complexa e por demais arriscada, como bem nos alerta Gomes (2004a). Expliquemos melhor esta afirmação.

De acordo com a teoria configuracional, um fenômeno que ocorre no seio da sociedade não pode e nem deve ser compreendido de maneira estática, como se as

relações sociais que formam esta sociedade fossem imutáveis, formando-se instantaneamente de uma hora pra outra, mas sim como resultado de uma longa e intensa cadeia de modificações sociais que se produzem e se transformam ao longo dos tempos. Assim, compreender um fenômeno social que é visivelmente percebido em um determinado período histórico exige que se compreenda que ele é fruto de um processo contínuo, por vezes demasiadamente longo, que sofrendo avanços e recuos nem sempre caminha na mesma direção – não-linear, por assim dizer.

Para esta matriz teórica, as modificações que decorrem de um processo social de longa duração não podem ser interpretadas como consequência de planos racionais e ações deliberadas de indivíduos ou grupos sociais específicos. Não é possível conceber, por exemplo, que um processo que atravessa gerações resulta em uma configuração social intencionalmente pensada, que foi anteriormente planejada por um indivíduo ou grupo isolado. Nem por isso pode-se afirmar que tais modificações sejam desordenadas ou caóticas, muito pelo contrário, seguem uma ordem específica (que somente pode ser perceptível a posteriori) e por mais que, em alguns casos, sejam forçadas por fenômenos físicos, procedem sempre de atos humanos, sejam eles intencionais ou não, cabendo a nós, pesquisadores do âmbito das ciências sociais, analisar, descobrir e relatar como isso ocorre (ELIAS, 1993, p. 193-195).

Nesse sentido, não há preocupação para os pesquisadores figuracionais em assinalar um marco zero pra esses tipos de processos, pois embora tenham lá seus avanços e recuos, são observados sempre como algo contínuo e em constante modificação. Isso fica muito evidente quando nos deparamos com as análises sociológicas de Norbert Elias sobre o tempo (ELIAS, 1998), a linguagem (ELIAS, 1994), e também, principalmente, as mudanças nos padrões de comportamento e de autocontrole decorrentes do processo civilizador (ELIAS, 1993). O autor defende nestas obras que não é possível assinalar de forma pontual o início desses processos, nem apontar com certeza absoluta o seu fim, e nos alerta que intentar fazê-lo nada mais é do que uma enraizada “convenção dominante da fala e do pensamento” que “tem expressão numa poderosa necessidade intelectual de descobrir primórdios absolutos” (ELIAS, 1994a, p. 23) e, também, uma forma de nos sentirmos mais tranquilizados para traçar processos investigativos:

Muitos aspectos do mundo real, que é objecto das explorações científicas, têm o carácter de um processo onde, muitas vezes, se podem reconhecer transições para um novo estágio, mas sem qualquer começo absoluto. [...] As referências a um começo absoluto podem parecer fornecer uma base segura para a necessidade humana de orientação. (ELIAS, 1994a, p. 23).

Ao analisar o livro que é a principal referência, dentro desta vertente teórica, a abordar o tema lazer (ELIAS; DUNNING, 1992) notaremos que, de modo coerente ao que acabou de ser apresentado, a procura por um primórdio absoluto para o surgimento do lazer nunca esteve, de fato, em pauta de discussão no livro – a questão sequer é debatida –, muito embora sejam fornecidos indícios de que o lazer seja constitutivo de diversas sociedades e em diversos períodos históricos, como tentaremos demonstrar adiante. De qualquer modo, podemos propor que seria incompatível aos preceitos teóricos desta vertente imaginar a existência de um período no qual, de um instante para o outro, o fenômeno tenha simplesmente aparecido como algo completamente novo, sem qualquer antecedência histórica.

Podemos afirmar que para esta corrente teórica, sendo o lazer compreendido como um fenômeno social que faz parte de uma longa e intensa cadeia de processos sociais, a busca por suas raízes históricas estaria voltada não para a descoberta de um marco decisivo, mas para a compreensão de como esse processo cego foi se constituindo no decorrer da história da humanidade, de como e por que algumas de suas características permaneceram ao longo dos tempos enquanto outras desapareceram, de como foi se transformando e se adaptando face às modificações sociais ao mesmo tempo em que provocava ou facilitava essas modificações.

Há de se concordar com todos os pesquisadores do lazer mencionados anteriormente – Melo, Mascarenhas e Gomes – quando apontam que o lazer, da forma como hodiernamente o reconhecemos, distingue-se em muitos aspectos do que antigamente poderia ser chamado de lazer. A distinção é, às vezes, tão grande que muitos estudiosos do lazer são levados, justamente por isso, a separar o lazer de seu passado histórico, entendendo-o como algo puramente novo.

Contudo, mesmo levando em conta as profundas transformações que se processaram durante a revolução industrial, tentaremos ao focalizar esta questão sob a ótica configuracional trabalhar com algumas reflexões em torno da possibilidade de pensarmos o lazer como algo que não surge com o advento da modernidade. A idéia é questionar um argumento bastante utilizado, como afirma



Gomes (2005), pelos defensores da tese de que o lazer surge com a Revolução Industrial: o aparecimento da nítida divisão entre tempo de trabalho e tempo de lazer provocado pela rígida delimitação da jornada de trabalho.

Tentando refletir sobre esse argumento, apresentaremos a seguir uma possibilidade de compreensão de como as modificações na forma de regulação temporal da conduta humana estiverem relacionadas com as mudanças nos padrões de percepção temporal, o que nos levará a entender que a delimitação temporal das atividades humanas não ocorreram exclusivamente a partir da Revolução Industrial. Em seguida, buscaremos expor alguns indícios colhidos na obra de Elias e Dunning que tornam mais claro a compreensão destes sobre a ocorrência histórica do lazer, e também apresentar o modo como esta questão poderia ser pesquisada e discutida com base no aporte teórico fornecido pela teoria configuracional.

A demarcação de início e fim de atividades laboriosas já existia, ainda que de forma imprecisa, em períodos anteriores à instituição do relógio como divisor dos tempos sociais. Muito embora não existisse nenhum instrumento mecânico que regulasse os períodos de trabalho; a percepção do homem sobre o tempo estivesse condicionada “a circunstâncias naturais, como o clima, a alternância das estações do ano, do dia e da noite, das marés”; e o ciclo de atividades laboriosas estivesse irregularmente presente no cotidiano, alternando momentos de atividade intensa e de ociosidade (THOMPSON, 1998, p. 271), pode-se afirmar que ainda assim existiam outros acontecimentos regulares que serviam de base para a determinação das tarefas ligadas ao trabalho. Consequentemente, da mesma forma, existiam parâmetros temporais para a determinação e regulação de atividades externas ao trabalho, tais como as diversões, as festas e outras atividades lúdicas, que estavam igualmente inseridas no cotidiano, mas que também se subordinavam às necessidades básicas de sobrevivência. É o que tentaremos demonstrar a seguir.

Numa passagem de seu livro *Sobre o Tempo*, extraíndo um exemplo de uma etnia africana essencialmente agrícola, Elias (1998a) nos revela como a percepção e administração do tempo passa a se modificar com o desenvolvimento da agricultura. Nesta sociedade tribal, a época boa para a semeadura era determinada e anunciada a toda população por um sacerdote, o qual tinha a obrigação permanente de observar as estações. O sinal para o plantio era dado quando o sacerdote observava que o sol, ao nascer, aparecia atrás de uma montanha específica. Existia também outro mecanismo muito simples para regulação do tempo e demarcação das

atividades: um pote no qual era depositada diariamente uma concha, e com isso, a partir da observação de quão preenchido estava o pote, formava-se a noção de quanto tempo havia se passado. Quando o pote estivesse totalmente cheio, dava-se início a certos tipos de atividades. Percebe-se nessa sociedade que, tanto o tempo de iniciar as atividades do plantio, quanto o tempo de celebração e de comemoração – cuja principal determinante era a colheita – também eram instituídos. Assim, é possível afirmar que, do mesmo modo que o tempo de empreender esforços coletivos para a produção de alimentos era determinado externamente – no caso, pelo sacerdote, cujo parecer estava submetido às condições impostas pela natureza –, o tempo de comemorar e celebrar a colheita também o era.

O desenvolvimento da agricultura é um bom exemplo de como as diversas atividades sociais e individuais se interligavam e mantinham uma constante dependência e uma estreita relação com a percepção temporal do tempo, embora, cabe ressaltar, tal relação se estabelecia de maneira muito mais flexível do que a observada nos períodos posteriores já que não existiam dispositivos que pudessem dividir o tempo (do dia, do mês e do ano) em escalas regulares com a mesma exatidão que hoje observamos. As intempéries climáticas e o reconhecimento de períodos cíclicos para o plantio e colheita exigiam dos homens, de suas famílias e de suas tribos uma postura até certo ponto disciplinada, pois só assim poderiam melhor atender às suas necessidades de obter o próprio alimento – de sobrevivência propriamente dita (ELIAS, 1998a). E assim, completado um ciclo de trabalho, os homens se entregavam às festividades e às orações, aos cultos e aos sacrifícios, enfim, a toda sorte de rituais e manifestações culturais lúdicas que marcavam a identidade de seu povo.

O ponto central a ser enfatizado é que a maneira de determinar o tempo, assim como o ato de fazê-lo, tem funções muito específicas para uma dada realidade social, no sentido de orientar e regular o comportamento de grupos e indivíduos e sincronizar, de certa forma, suas atividades. Por isso, embora não fossem o relógio e o calendário com suas unidades abstratas os responsáveis por decretar o tempo em que deveriam ser realizadas as diversas atividades que preenchiam o cotidiano de sociedades pré-industriais, existiam outros parâmetros temporais – neste caso, muito mais elásticos e imprecisos, como os movimentos do sol, da lua e das estrelas, ou um pote com conchas – que por fim as demarcavam.

Todavia, não se pode incorrer no erro de equiparar esses momentos festivos e de não-trabalho presentes na sociedade primitiva com o que hoje costumeiramente se designa “tempo de lazer”. Até porque, as percepções temporais são comparativamente distintas nessas duas sociedades, sendo a divisão muito mais complexa e muito mais regulada nas sociedades atuais. É por isso que, sob a ótica figuracional como defendem Elias e Dunning (1992), devemos compreender as atividades de lazer, assim como as diversas atividades que estão inevitavelmente arraigadas em nosso cotidiano – como as necessidades fisiológicas, as obrigações familiares, o atendimento das imposições sociais e o próprio trabalho – não só pelo período de tempo ao qual são constantemente associadas e remetidas, mas pelas peculiaridades exclusivas de tais atividades, pelas características únicas que lhes conferem formatos sociais únicos e que nos permitem diferenciá-las umas das outras<sup>36</sup>.

Entendemos que o advento da modernidade traz, sim, profundas alterações nos formatos dos divertimentos, dos jogos, dos passatempos e de outras manifestações lúdicas das sociedades humanas, e que representa, como nos esclarece Gomes (2003), o momento em que se dá efetivamente a institucionalização do lazer, ou seja, o momento no qual o lazer passa a ser percebido e sistematizado como fenômeno e prática social. Entretanto, ao partirmos de uma análise interpretativa configuracional, podemos pensar na possibilidade de não considerar que o lazer simplesmente tenha surgido em um determinado período histórico, ou rever a hipótese de que as atividades de lazer contemporâneas não possuam elementos que se relacionam com aquelas do passado.

Se empregarmos o referencial teórico proposto por Elias e Dunning (1992) para a interpretação do lazer, notaremos que o ingrediente fundamental das práticas de lazer observado pelos autores – a excitação agradável, prazerosa – está presente em diversos tipos de atividades lúdicas, divertimentos, jogos e passatempos das mais variadas sociedades. Tanto é que a mais antiga referência utilizada pelos autores para a compreensão dos problemas do lazer é Aristóteles, cujas reflexões à sua época sobre os efeitos da música e do drama para a

---

<sup>36</sup> É o que os autores Elias e Dunning (1992) esboçam no modelo denominado espectro do tempo livre, separando e agrupando as diversas atividades desenvolvidas pelos seres humanos em agrupamentos conceituais que reúnem as similaridades destas (ver *Capítulo 2 – A teoria configuracional e o lazer*).

sociedade grega tinham como elemento central o conceito de entusiasmo e catarse<sup>37</sup>.

Os autores reconhecem que muitas atividades do passado estariam para as sociedades que as produziam tais como as atividades de lazer contemporânea para as nossas sociedades. Afirmam eles: “os combates de vida ou de morte entre gladiadores, ou entre animais selvagens e seres humanos, [que] representaram na sociedade romana um papel comparável ao das corridas de cavalos, desafios de futebol ou torneios de tênis, nas sociedades atuais” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 98).

Tomando a tensão-excitação como central na orientação de determinadas condutas humanas, os autores concluem que:

Poucas sociedades humanas existem, se é que existe alguma, que não possuam um equivalente às nossas atividades de lazer, que não tenham danças, confrontos simulados, exhibições acrobáticas ou musicais, cerimônias de invocação dos espíritos – em resumo, sem instituições sociais que proporcionam, por assim dizer, a renovação emocional por meio do equilíbrio entre os esforços e as pressões da vida ordinária, com as suas lutas a sério, os perigos, os riscos e os seus constrangimentos.

Além da tensão-excitação agradável, podemos verificar que outros elementos destacados pelos autores como componentes fundamentais das atividades de lazer – a sociabilidade, a mobilidade e o mimetismo<sup>38</sup> – estão presentes tanto nas atividades contemporâneas quanto nas mais antigas. Estes elementos podem, por exemplo, servir de ponte para elucidações aprofundadas sobre as semelhanças e diferenças entre os diversos tipos de divertimentos, jogos, passatempos e demais atividades lúdicas presentes em diferentes sociedades ao longo da história humana.

Utilizando-se do método sociológico configuracional, uma possibilidade interessante de pesquisa seria partir do pressuposto que as atividades de lazer contemporâneas têm equivalência com os divertimentos e manifestações lúdicas do passado e, a partir disso, compreender numa perspectiva de longo prazo o modo como certas atividades de lazer se transformaram, como se modificaram em compasso com as alterações nos padrões sociais estabelecidos.

---

<sup>37</sup> Segundo Elias e Dunning (1992, p. 123), a palavra catarse “derivava do conceito médico utilizado me ligação com o expulsar de substâncias nocivas do corpo, com a limpeza do corpo por meio de uma purga. Aristóteles sugeriu que, num sentido figurado, a música e a tragédia provocavam algo similar nas pessoas”.

<sup>38</sup> Conforme apresentado no Capítulo 2 – A teoria configuracional e o lazer.

Nesse sentido, um olhar atento às diversas modificações e restrições que ocorreram ao longo dos tempos nos tipos de divertimentos praticados e/ou aceitos socialmente traz descobertas esclarecedoras. A alteração nos níveis de sensibilidade à violência, por exemplo, é um fator que alterou ou extinguiu certos tipos de divertimentos:

Ao comparar as actividades de lazer contemporâneas com as dos primeiros estádios, pode notar-se facilmente que apenas sobreviveram aquelas que conseguiram adaptar-se à repugnância normalmente muito forte dos seres humanos em relação à possibilidade de infligirem ferimentos físicos aos outros. Durante séculos, os combates de gladiadores, ou entre seres humanos e animais ferozes, constituíram um divertimento apreciado pelas populações urbanas do Império Romano, e as diversões medievais da queima dos gatos, a suspensão pública na forca ou a luta de galos teriam, provavelmente, desencadeado um diminuto prazer às audiências contemporâneas, e poderiam ser sentidas por algumas pessoas como algo intolerável e horrível. (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 70).

Com vista a encerrar, por hora, nossas reflexões sobre a possibilidade interpretativa de percebermos o lazer como um fenômeno social de longa duração que não é exclusivo das sociedades modernas, recortamos uma passagem assinada por Elias e Dunning (1992, p. 104) na qual a visão deles sobre o surgimento do lazer fica um pouco mais nítida:

Tanto quanto se vê, as actividades de lazer enquanto área social de libertação das restrições do não lazer podem encontrar-se nas sociedades em todos os estádios de desenvolvimento. Os festivais a Dionísio dos antigos gregos – a excitação religiosa ou ‘entusiasmo’, como Aristóteles lhe chamou – e os carnavais das comunidades medievais constituem exemplos.

Retomamos agora, no tópico seguinte, às reflexões teóricas do autor Fernando Mascarenhas.

### **3.4 REFLEXÕES SOBRE LAZER E ÓCIO**

Diferentemente de Gomes, que busca compreender o surgimento do lazer em sua relação com o trabalho, Mascarenhas aborda a ocorrência histórica do lazer partindo da compreensão do ócio. No capítulo IV da sua tese de doutorado intitulada *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*, Mascarenhas (2005)

busca estabelecer uma discussão sobre a relação entre lazer e ócio, assumindo, em meio ao diálogo estabelecido com pensadores e teóricos do lazer e às análises sobre as formas de apropriação do tempo livre ao longo dos tempos, sua posição em relação ao surgimento do lazer.

O autor identifica duas vertentes de intelectuais que trabalham com a categoria ócio em suas discussões sobre o lazer, ganhando representação, na primeira delas, a concepção apresentada pelo filósofo Sebastian De Grazia<sup>39</sup>. De acordo com Mascarenhas, tal vertente – por ele denominada “elogio ao ócio” – interpreta o lazer contemporâneo em oposição ao ideal clássico de ócio. Negando as formas de lazer do jeito como são estabelecidas no presente, a vertente “elogio ao ócio”, carregada de idealismos, busca encontrar no passado as soluções e as alternativas para o lazer cotidiano, corrompido pela racionalidade do tempo industrial e pelos ritmos instituídos pelo relógio. Assim, o autor aponta que na concepção desta vertente:

o lazer é tão mais verdadeiro quanto mais se aproxima do ideal de ócio antigo [...] associado à ausência de obrigações e identificado a um modo de vida inteiramente dedicado ao desenvolvimento físico e intelectual com fim em si mesmo [...] e quanto mais o lazer se afasta deste ideal, mais ele se desvirtua, renegando sua própria essência e desgastando sua positividade (MASCARENHAS, 2005, p. 208-209).

Esta concepção encerra, na visão do autor, as possibilidades de desenvolvimento político e pedagógico no âmbito do lazer, pois apesar de tecer críticas ao sistema vigente e possuir “fortes traços de um ideal humanista”, “não se fundamenta em um novo sistema como crítica ao sistema existente. O que faz é produzir desejo, um estímulo para nos sentirmos e nos relacionarmos de uma maneira diferente” (MASCARENHAS, 2005, p. 213).

A outra vertente levantada – denominada por “exaltação ao ócio” – tendo como grande expoente um intelectual do campo do lazer, Domenico de Masi, fundamenta-se na compreensão de que, com a evolução tecnológica e científica o ser humano se veria liberado da extenuante rotina do trabalho tradicional, abrindo espaço para o surgimento de uma nova sociabilidade e de uma nova perspectiva de trabalho, voltada sobretudo para participação ativa, intelectual e criativa no processo de produção, especialmente de mercadorias e serviços imateriais.

---

<sup>39</sup> Concepção que, segundo o autor, encontrou em meio aos autores brasileiros reforço principalmente em Heloísa Bruhns.

Dispensados da rígida e extensa jornada de trabalho, estariam livres para o exercício do ócio criativo. É importante destacar um longo trecho construído por Mascarenhas, no qual critica o pensamento desta abordagem:

A tese da *economia do ócio*, pressupondo a colonização do trabalho pelo lazer, um processo que, em outras palavras, significa a ocupação prazerosa do ócio pelo trabalho mental suave – daí o apelido de *ócio ativo* – ergue-se a partir daquilo que é apenas a “espuma” da recente “onda” de relativo avanço, em setores localizados do processo produtivo, do *trabalho imaterial*. De qualquer modo, vale o registro de que este tipo de trabalho, apesar de sua singularidade, está intimamente ligado ao trabalho material, portanto, igualmente submetido à teoria do valor. A expropriação do saber fazer intelectual, através do adequado envolvimento do trabalhador criativo – aquele que trabalha na publicidade, na moda, no marketing, na mídia, na pesquisas, dentre outros exemplos – opera sobre as mesmas bases de exploração do trabalho material, cultivando, de um lado, a concepção em tempo cada vez menor, na direção da mais valia relativa, e, de outro, a inventividade de tempo integral, ampliando a mais valia absoluta (MASCARENHAS, 2005, p. 219. Grifos do autor).

Depois de considerar estas duas vertentes, Mascarenhas constrói seu pensamento sobre o ócio e seu desdobramento numa época posterior em um fenômeno mais complexo, mais desenvolvido, o lazer. Baseando-se na síntese histórica apresentada por Munné (1980) sobre as compreensões de lazer e ócio características de civilizações antepassadas, Mascarenhas argumenta sobre a existência histórica do ócio, o qual foi ao longo dos tempos “adquirindo novos e diferentes sentidos, conservando antigas significações e abandonando outras, até ter sua configuração radicalmente transformada, desdobrando-se no lazer” (MASCARENHAS, 2005, p. 227).

Todavia, apesar de entender que a manifestação contemporânea no âmbito do lazer é um caminho para compreender as experiências vivenciadas no tempo de não-trabalho nos períodos mais antigos, ou seja, que os objetos mais complexos são as chaves para desvendar e interpretar os mais simples<sup>40</sup>, o autor considera um equívoco não analisar lazer e ócio como fenômenos distintos. Aponta que tal compreensão é evidente em Parker (1978)<sup>41</sup> e também aparece em Werneck (2000). Sobre esta última autora – a pesquisadora Christianne Luce Gomes – tece a

---

<sup>40</sup> Afirma que “a *anatomia do lazer* é a chave interpretativa para a *anatomia do ócio*”, pensamento que faz “alusão ao raciocínio de Marx (2003), que vê na *anatomia do homem* a chave da *anatomia do macaco*” (MASCARENHAS, 2005, p. 227).

<sup>41</sup> Mascarenhas (2005, p. 228) traz a seguinte citação de Parker (1978, p. 24): “a julgar pelo que as pessoas nas sociedades iletradas tinham, e pelo que ainda hoje se tem nas sociedades pré-industriais, não se pode dizer que não possuíssem algo equivalente ao nosso lazer”.

seguinte crítica: “ao buscar na antiguidade o que chama de raízes do lazer, [a autora] processa um estranho tipo de inversão que lhe faz ver o ócio como a própria manifestação do lazer, ainda que o associando a um diferente significado”<sup>42</sup> (MASCARENHAS, 2005, p. 228-229).

Descartando a possibilidade romântica de trazer para a atualidade o “ócio perdido” de outros tempos ou de transformar o tempo livre e o lazer – atualmente submetidos aos interesses econômicos vigentes – no ócio propriamente dito, o ponto crucial a que o autor quer chegar com este debate é a elaboração de propostas e estratégias a serem desenvolvidas – e aqui se insere a própria qualificação e valorização do lazer como meio de intervenção social – visando a construção de uma nova sociedade pautada por valores realmente humanos e indiferentes à lógica criada pelo sistema capitalista, e que levaria ao surgimento de uma nova forma de apropriação do tempo livre.

No entanto, se de acordo com o autor a primeira vertente apontada por ele promove o “elogio ao ócio” e a segunda assume uma posição ainda mais forte, de verdadeira “exaltação do ócio”, há de se considerar que o autor assume também uma postura suavemente idealizada, como uma espécie de *simpatia ao ócio*, que é perceptível em algumas declarações. Pois, embora não proponha um retorno à contemplação, à ação criadora e à não sujeição às obrigações presentes na noção clássica de ócio, reconhece positivamente nele, assim como outros autores por ele apontados, valores superiores a serem resgatados:

O ócio continua a exercer a função de preservar valores já alcançados, cultivando acesa a possibilidade de um tempo e espaço em que o homem possa reconciliar-se consigo e com a natureza, entregando-se integralmente ao desenvolvimento multilateral de suas capacidades físicas e intelectuais (MASCARENHAS, 2005, p. 233).

Ou ainda, neste outro trecho:

---

<sup>42</sup> Para exemplificar sua afirmação sobre a “estranha inversão” que verifica no trabalho de Gomes, Mascarenhas traz a seguinte citação da autora: “Os primeiros sentidos de lazer estavam relacionados com o ócio que significava, para os gregos, desprendimento das tarefas servis, condição propícia à contemplação, à reflexão e à sabedoria. [...] Nesse entendimento, a noção de lazer era atrelada não apenas ao trabalho, mas também à educação, pois, para gozá-lo, era necessário uma sólida formação. O lazer implicava, necessariamente, as condições de paz, de reflexão, de prosperidade e de liberdade em face das tarefas servis e das necessidades da vida de trabalho. Como dependia de certas condições educacionais, políticas e sócio-econômicas, o lazer representava um privilégio reservado a uma pequena parcela de “homens livres” (WERNECK, 2000, p. 21-22 apud MASCARENHAS, 2005, P. 229).



Se não podemos acolher a identificação automática do ócio como o futuro do tempo livre, tampouco devemos negar suas potencialidades contraditórias. Como vimos, o ócio atua como preservador de valores e qualidades sociais já alcançados e que almejamos reconquistar (MASCARENHAS, 2005, p. 234).

### **3.5 O SURGIMENTO DO LAZER: INFINDÁVEL DEBATE?**

Como vimos, o surgimento do lazer ainda não é, e talvez nunca seja interpretado da mesma forma por aqueles que têm se dedicado a estudar o fenômeno, não existindo uma posição consolidada e finalmente aceita, ao menos pela maioria, sobre o momento histórico no qual se pode situá-lo. Além disso, o enfoque dado pelos autores, ou melhor, a profundidade da abordagem observada nas pesquisas, revela que o interesse intelectual em debater esta questão varia bastante, o que é perfeitamente aceitável já que, no âmbito acadêmico, há certa liberdade para escolha dos temas a serem investigados – salvo, é verdade, quando há uma preocupação direta com pesquisas encomendadas e com o atendimento de demandas geradas por empresas parceiras, patrocinadoras ou órgãos de fomento à pesquisa –, sendo possível aos pesquisadores direcionarem suas pesquisas conforme seus próprios anseios. No que se refere aos estudos sobre o surgimento do lazer, entendemos que o tratamento dado e a aplicação empregada na tentativa de compreender a questão devem-se muito mais à inquietação intelectual do pesquisador e à sua vontade de obter respostas, do que a qualquer tipo de omissão ou incompreensão teórica sobre o assunto. Partimos então para algumas diminutas considerações sobre o que foi abordado nesse tópico.

No que tange às produções dos autores do lazer investigadas por este estudo, notamos que, em algumas das pesquisas, assumir uma ou outra posição em relação à ocorrência histórica do lazer faz-se necessário para comportar a defesa de alguns dos argumentos inseridos nos textos, e, nesse caso, o que pesa mais é o modelo teórico de concepção de sociedade que fundamenta a elaboração da pesquisa.

É o que acontece, por exemplo, com o autor Fernando Mascarenhas. O modo como o autor vê e concebe a sociedade é sustentado a partir de uma matriz teórica marxista, a qual, na mesma linha, coerentemente, embasa a sua concepção de lazer. No seu caso, considerar o lazer como um fenômeno que surge com as

transformações que se processam com a revolução industrial é uma prerrogativa que se torna indispensável à crítica que desfere contra o sistema capitalista e, conseqüentemente, contra as formas de lazer vivenciadas e produzidas no seio de uma sociedade imersa nesse sistema. Entendemos que sua interpretação associa o lazer exclusivamente à modernidade – lazer este derivado, segundo o seu ponto de vista, de um longo e complexo processo a partir do desdobramento do ócio – justamente por que o autor compreende que o lazer tal como se apresenta na atualidade se formou com o advento do sistema capitalista de produção, contraindo todas as características negativas que são atribuídas a este sistema – como exemplo temos a argumentação de que, devorado pela lógica e pelos interesses capitalistas, o lazer está cada vez mais convertido em mercadoria, sendo comprado e consumido desenfreada e alienadamente (versaremos sobre essa temática no tópico 4.2 O lazer na lógica do mercado).

Ademais, optar por uma ou outra corrente parece não comprometer de forma absoluta os demais estudos empreendidos, nem mesmo a própria definição conceitual de lazer. Por exemplo, apesar de Melo revelar explicitamente em Melo & Alves Júnior (2003) sua posição com relação ao surgimento do lazer, a sua compreensão sobre o fato parece não ter interferido no desenvolvimento de suas pesquisas. Queremos dizer que, caso o posicionamento que adota em relação ao lazer fosse revisto a qualquer momento, levando-o a preferir, por exemplo, a argumentação provinda da outra vertente, dificilmente isso afetaria inteiramente os trabalhos por ele produzidos. Em última instância, invalidaria ou tornaria incoerente uma ou outra argüição. Se examinarmos sua própria definição de lazer (que será discutida no tópico 4.3.2 Lazer, educação estética e animação cultural) veremos que, embora elaborada a partir de uma compreensão do lazer como fenômeno exclusivo da modernidade, ela serve perfeitamente para enquadrar manifestações que ocorreram muito antes da era moderna, como por exemplo, os espetáculos teatrais no mundo grego antigo. Portanto, a não ser naquelas pesquisas onde o surgimento é abordado mais abertamente, optar por uma ou outra posição praticamente não interferiu nas suas pesquisas sobre outros temas dentro do lazer, como por exemplo, o cinema, o esporte, as artes, a animação cultural, etc. Mas existem exceções. Uma delas recai sobre o fato de o autor entender que o lazer surge em um momento de tensão, reflexo das disputas entre burguesia e classe trabalhadora, e que, por isso, ainda hoje se mantém como um campo privilegiado

para intervenção pedagógica, pois carrega ainda as tensões, disputas e conflitos no âmbito cultural que permearam o seu surgimento.

É notório o raciocínio desenvolvido por Gomes para tentar explicar o porquê de alguns teóricos situarem o surgimento do lazer em um determinado período histórico:

Os argumentos elaborados por Dumazedier (1979) – notadamente no que se refere à consideração do lazer como fenômeno característico da civilização nascida da Revolução Industrial – refletem seu empenho em conferir à chamada “Sociologia do Lazer” o estatuto de ciência. Para ser reconhecida como um ramo especializado da Sociologia, os pesquisadores do lazer precisavam fazer um recorte do objeto estudado, elaborar hipóteses e verificá-las, utilizar estratégias metodológicas confiáveis, formular quadros de referência e apontar categorias de análise, dentre outros procedimentos de cunho positivista. Esses encaminhamentos poderiam distinguir a “Sociologia do lazer” dos outros ramos já estabelecidos: Sociologia do trabalho, Sociologia da família, Sociologia da religião etc (GOMES, 2004a, 138).

Reconhecendo a importância dos estudos realizados por Dumazedier, bem como seu prestígio em nosso país – destacadamente a partir de 1970 –, é bem aceitável pressupor que a sua opinião sobre o surgimento do lazer tenha, de fato, influenciado também a construção teórica de autores no país. Embora Melo e Alves Júnior (2003) não deixem explícito que a posição que adotam sobre o surgimento do lazer tenha sido fundamentada em Dumazedier – o livro não traz, por interesse dos próprios autores, citações e referências no decorrer do texto – tal posição aponta semelhantemente no mesmo sentido. A conformidade do pensamento de Melo com Dumazedier também pode ser notada quando da definição conceitual de lazer.

Percebemos também nas produções dos autores estudados algumas contradições. É estranho notar, por exemplo, que o autor Munné (1980), classificado de acordo com as palavras de Gomes como um defensor da corrente da continuidade, ou seja, de que o lazer existiu antes da Revolução Industrial, é utilizado como referência ao raciocínio desenvolvido por Mascarenhas para defender o lazer como um fenômeno que nasce na modernidade. Temos então, de um lado, Gomes afirmando: “Frederic Munné, embora discorde de Sebastian de Grazia em muitos pontos, também é favorável à tendência de que a ocorrência do lazer antecede a Idade Moderna” (2004a, p. 134), e, do outro, o autor Mascarenhas (2005, p. 224) servindo-se do referido autor para fazer uma leitura “panorâmica dos sentidos atribuídos ao ócio ao longo da história”. Assim, ou o enquadramento do

autor Munné (1980), de acordo com a síntese de Gomes (2004a), na corrente daqueles que defendem que o lazer sempre existiu, ou a sua utilização como referência teórica no auxílio à compreensão do lazer enquanto fenômeno moderno, como foi proposto por Mascarenhas (2005), pode estar equivocado.

Não é nosso objetivo, e ambicioso demais seria, encerrar essa discussão anunciando um modelo teórico fixo e acabado que atenda a todas as nossas indagações sobre o surgimento do lazer. Buscamos, além de relatar o modo como os autores selecionados compreendem o surgimento do lazer, oferecer uma alternativa interpretativa para esta questão apoiados na teoria sociológica configuracional.

No tocante aos objetivos centrais desse estudo, além de compreender a posição adotada por cada um destes autores, o que também nos interessa é avaliar o rumo das pesquisas com relação ao ponto abordado. Dentre os pesquisadores selecionados, Gomes é a única que aprofunda a análise sobre a questão e, embora não apresente uma solução definitiva ao impasse – nem é essa sua pretensão, dada a complexidade do tema –, reúne e discute sistematicamente os divergentes pontos de vista apresentados, agregando também os conhecimentos oriundos de suas pesquisas, o que colabora indubitavelmente com o avanço qualitativo da discussão.

Quanto à pertinência de pesquisas com este teor, enfatizamos a necessidade de se empreender mais estudos e ampliar o diálogo sobre o tema apresentado, pois embora optar por um ou outro argumento que defenda ou não o surgimento do lazer em certo momento histórico não seja determinante à edificação de alguns tipos de pesquisas no âmbito do lazer, é fundamental que teóricos e pesquisadores dos estudos do lazer tomem nota das implicações histórico-sociais envolvidas na constituição e delimitação deste fenômeno.

No capítulo seguinte, passaremos a expor algumas das temáticas centrais que perpassam o conjunto da produção dos autores selecionados, buscando, na medida do possível, dialogar com esse conhecimento a partir da matriz teórica configuracional.

## CAPÍTULO 4

### LAZER, TEMÁTICAS DE ESTUDO E TEORIA CONFIGURACIONAL: POSSÍVEIS DIÁLOGOS

#### 4.1 SOBRE LAZER E RECREAÇÃO

No Brasil, segundo Melo, as discussões sobre o lazer e a recreação no campo acadêmico e da intervenção iniciam no começo do século XX, com as preocupações voltadas para a criação de espaços urbanos de lazer e para a ocupação desses espaços. Compreendia-se, na época, que o lazer poderia ser uma solução para diminuir os problemas desencadeados pela industrialização e pelo rápido crescimento urbano:

Naquele momento, as atividades “recreativas” eram entendidas como forma de manutenção da saúde e recuperação da força de trabalho, dimensões importantes para uma país que se industrializava e sentia os impactos desse processo, sobretudo na organização das cidades que cresciam muito e rapidamente (MELO; ALVES, 2003, p. 14).

No que se refere ao entendimento do lazer aqui no Brasil, os autores destacam algumas compreensões equivocadas que perduram até hoje e que atrapalham a interpretação do fenômeno<sup>43</sup>:

- a visão do lazer como um “remédio” para os problemas desencadeados pela modernidade, ou seja, uma visão funcionalista;

- a valorização excessiva das atividades físicas no âmbito do lazer, devido principalmente ao forte vínculo estabelecido entre o lazer e os profissionais da educação física;

- a não diferenciação entre atividades aplicadas dentro da escola e fora dela. A adoção do termo recreação, tanto para as práticas desenvolvidas nos espaços escolares, quanto fora desses – como os parques e as praças –, reduziu a uma compreensão única e equivocada dos objetivos a serem alcançados na escola e também daqueles objetivos a serem atingidos em atividades não-escolares, nos momentos de lazer. Para Melo (2003a), a intervenção pedagógica desenvolvida fora

---

<sup>43</sup> Em seu artigo intitulado Educação Física: problemas historicamente construídos, saídas possíveis – um enfoque na questão da formação, Melo (2003) aprofunda o debate dessas questões.

e dentro do ambiente escolar deve levar em conta as peculiaridades de cada contexto.

Uma das causas desta não diferenciação entre recreação e lazer está relacionada, segundo o autor, ao modo como se estabeleceu historicamente a relação entre estes termos em nosso país. Para o autor, cada um deles tem uma conotação diferente, sendo o primeiro, de influência norte-americana, comumente utilizado nos discursos que envolvem o assunto tempo-livre para designar um conjunto de atividades (jogos, brincadeiras, etc.), e o segundo, de origem européia, sendo usado para abordar o fenômeno social.

A autora Christianne Luce Gomes aprofunda o debate desta questão. Para ela, atualmente, no Brasil, não há um consenso quanto à diferenciação entre os termos lazer e recreação. Segundo ela, as interpretações são diversas e dividem a opinião dos estudiosos. Há, por um lado, pesquisadores que consideram e empregam os termos como sinônimos; por outro lado, existem autores que entendem que os termos não significam as mesmas coisas; por fim, há aqueles que defendem que a recreação seria uma função do lazer (GOMES, 2003)<sup>44</sup>.

Podemos dizer que esta confusão conceitual, se assim puder ser chamada, foi um ponto bastante investigado pela autora Christianne Luce Gomes em suas pesquisas. Como veremos adiante, sua própria tese de doutorado surge como uma tentativa de esclarecer como estes conceitos vieram a ser construídos e apropriados no Brasil. Passemos, então, a explorar algumas das questões analisadas e discutidas pela autora sobre a relação entre lazer e recreação.

#### **4.1.1 A relação entre lazer e recreação no Brasil**

Há um consenso por parte dos estudiosos do lazer no Brasil que as primeiras produções brasileiras sobre a temática datam da década de 1950, sendo o livro *Lazer Operário* de Acácio Ferreira, publicado em 1959, um marco histórico,

---

<sup>44</sup> Essas divergências conceituais que permeiam as discussões sobre os termos lazer e recreação não são recentes. Observando a pesquisa realizada por Gaezel (1979) verificamos que esta problemática era levantada já no ano de sua pesquisa.

reconhecido por diversos autores<sup>45</sup> como a primeira obra a tratar especificamente sobre a temática lazer no país (GOMES, 2003, p. 32).

Nessa obra, cujo enfoque é sociológico e urbanístico, Ferreira (1959) preocupou-se em estudar como o operário ocupava o seu tempo livre, a fim de trazer contribuições para auxiliar os administradores e urbanistas no planejamento e organização das cidades. No entanto, pondera Gomes (2003), o autor cita, na própria obra, obras de outros autores que já haviam abordado a temática – embora todas elas com enfoques diferentes do seu – o que mostra que os estudos envolvendo o lazer são bem anteriores do que é hoje admitido pelos teóricos do lazer. Existiam obras que, embora apresentassem no título o termo recreação ao invés de lazer, indicavam ao menos tentativas preliminares de estudo sobre o assunto. A maioria dos autores dessas obras era profissionais que estavam à frente de instituições e políticas públicas, e que de alguma forma buscavam refletir e sistematizar sobre o que estava sendo aplicado nos espaços urbanos de lazer ou, fundamentando-se em teorias norte-americanas e européias, sobre como estas práticas deveriam ser pensadas (GOMES, 2003, p.35).

Com relação à produção de conhecimento no campo da recreação, de acordo com a autora, destaca-se “por um lado, a intensa publicação de ‘manuais práticos’, com ‘receitas’ de atividades recreativas e, por outro lado, quando são empreendidas reflexões sistematizadas, muitas vezes ocorre uma associação entre a recreação e lazer” (GOMES, 2003, p. 36). Da mesma forma, no que tange à produção teórica no campo do lazer a situação não é diferente e a divergência conceitual é evidente. Não existe uma definição conceitual única e os próprios autores que se dedicam a fazê-la ressaltam a dificuldade de se construir uma concepção definida e acabada.

Consultando um dicionário de língua portuguesa (FERREIRA, 2006) notamos que a palavra recreação é um substantivo relacionado à palavra recreio, que por sua vez, deriva do verbo recrear (do latim *recreare*), e este último está relacionado ao ato de proporcionar recreio ou prazer; sentir prazer ou satisfação; divertir-se. Pesquisando a respeito, Gomes (2003) aponta que dicionários etimológicos de latim-português elaborados no século XIX apresentam diversos termos que podem ter dado origem ao termo recreação (*recreatio, recreator, recreo, recreabilis*) e que, apesar disso, “de maneira geral o sentido etimológico de recreação parece

---

<sup>45</sup> Gomes (2003) destaca três importantes pesquisadores brasileiros que reconhecem tal obra como pioneira no assunto: Requixa (1977, p. 89-90), Marcellino (1996, p.4) e Bramante (1998, p. 10).

encaminhar-se para o recreio, para a brincadeira e para o divertimento que alegra, renova e restabelece” (GOMES, 2003, p. 82). Segundo a autora, a palavra recreação não foi encontrada em dicionários da época, o que sugere que o palavra ainda não era usada correntemente, embora o termo recreio – relacionado ao brincar, ao prazer, e tendo sua prática associada a efeitos benéficos de recuperação e regeneração – já fosse empregado na época. Assim, o próprio termo recreação nasce de uma associação de divertimento, satisfação e renovação:

Nesta perspectiva, a recreação foi passível de transformações semelhantes às que marcaram o lazer. O divertimento que, nas sociedades tradicionais, integrava uma parte da vida que tinha nas atividades lúdicas a sua essência, no século XIX foi redimensionado, devendo ser “benéfico” para a sociedade, ou seja, moralmente saudável. Tem-se, assim, a constituição do “moderno” conceito de recreação (GOMES, 2003, p. 84).

Segundo a autora, nos Estados Unidos, a palavra inglesa *recreation* começa a ser utilizada amplamente no final do século XIX, representando todo um movimento social e educativo, que possuía uma finalidade social específica, relacionada ao desenvolvimento geral do indivíduo. Revestido de interesses sociais claramente definidos, como a intervenção nas camadas mais pobres e nas mais afetadas pela delinqüência infantil e juvenil, a recreação acaba sendo adotada como política pública nacional naquele país (WERNECK, 2000)

É também nesse período que os parques urbanos não mais são vistos como meras paisagens, cuja função era embelezar a cidade, e passam a adquirir funções sociais de caráter sanitário e higienista, estando associados diretamente com a institucionalização do lazer (GOMES, 2003, p. 87).

A autora continua apontando que, inspirado nos modelos de parques infantis alemães e preocupados principalmente com a educação das crianças, os Estados Unidos passam a implantar um modelo de parque urbano que inauguraria na transição do século XIX para o século XX um novo estilo de vida: os *playgrounds*. Estes parques eram espaços fechados, constituídos de equipamentos especializados para recreação, nos quais eram desenvolvidas, sob orientação de um responsável, atividades fundamentalmente educativas:

Os programas de recreação difundidos nos *playgrounds* foram concebidos como estratégias educativas altamente modernas, pois buscavam imprimir uma dimensão pedagógica às chamadas atividades recreativas (jogos, brincadeiras e trabalhos manuais, entre outras). Neste âmbito, a recreação,



enquanto uma ação educativa, não promovia apenas a diversão, embora fosse esta a sua essência principal. Foi este pensamento que possibilitou a constituição dos *playgrounds* como instituição educativa e, da recreação como um instrumento de educação (GOMES, 2003, p. 89).

Posteriormente, segundo Gomes (2003), ainda nos Estados Unidos, a recreação passou a ser vista como uma necessidade, principalmente com a crescente preocupação com a saudável ocupação do tempo livre que cada vez mais aumentava em consequência da redução da jornada de trabalho, e teve seu foco de ação ampliado para jovens e adultos e não apenas crianças.

Na visão da autora, embora o movimento de recreação representasse os interesses das elites dominantes, que era difundir as normas e valores para manutenção da ordem vigente e também controlar o tempo livre das classes trabalhadoras, por outro lado, positivamente, acabava oferecendo possibilidades de experiências culturais diversas àqueles que participam dos programas de recreação.

O modelo norte-americano foi difundido em vários países, repercutindo inclusive no Brasil. Apesar do sentido de recreação norte-americano não se referir apenas a jogos e atividades organizadas, como bem aponta Werneck (2000), acabou sendo fundamentalmente este o significado disseminado no Brasil, persistindo até os dias de hoje. Desde o início, a discussão da temática no país, e em muitos outros, destacadamente nos latino-americanos, recaiu principalmente sobre a educação física, a qual, influenciada pelos novos pressupostos da educação e pelas premissas defendidas pela escola nova, se responsabilizou pelas estratégias metodológicas dos jogos e das brincadeiras infantis (WERNECK, 2000, P. 92).

No início do século XX, segundo Gomes (2003), a ampliação das horas de lazer dos trabalhadores no Brasil, decorrente da instituição de leis trabalhistas e da diminuição das horas de trabalho, traduziu-se num problema de cunho nacional, qual seja, a ocupação sadia desse tempo. A recreação, vista como uma possibilidade de organização racional desse tempo livre e como uma excelente ferramenta pedagógica com fins educacionais e sociais, oferece, neste contexto, a solução para esta demanda social. É nesse momento, segundo a autora, que os significados de recreação e lazer se misturam e praticamente se “fundem”. Portanto, enquanto o lazer representava um determinado período de tempo conquistado como direito social dos trabalhadores, a recreação representava “a própria organização social do lazer” (WERNECK, 2000, p. 100).

A autora compreende que a recreação foi um movimento voltado para a disciplinarização das massas, instituída de acordo com os interesses do Estado e das classes dominantes e oferecida às camadas populares como forma de desenvolvimento e promoção social, tendo, portanto, propósitos sociais e políticos definidos.

Posteriormente, nos anos 1970, a produção teórica no campo da recreação vem gradualmente sendo substituída pelas discussões no âmbito do lazer, temática que ganha notoriedade desde então, conforme aponta Sant'anna (1994), evidenciando-se o aumento significativo nas pesquisas, debates e análises sobre a temática nesse período. Nesse momento, proliferam-se os estudos sobre o lazer, os quais buscam analisá-lo e defini-lo não mais como um simples tempo liberado do trabalho e das obrigações, mas como “algo novo, profundo, sistematizado, abrangente e com um significado muito importante na vida das pessoas” (WERNECK, 2000, p. 113). A partir de então, segundo Gomes (2003), o lazer deixa de ser visto apenas como mero espaço de tempo a ser preenchido preferencialmente com atividades recreativas.

A autora continua afirmando que, de modo oposto, as discussões envolvendo a recreação não seguiram o mesmo aprofundamento teórico que foi verificado com relação ao lazer e permaneceram estagnadas, presas às suas matrizes tradicionais, com eixo de discussão limitado aos elementos técnico-metodológico das atividades recreativas, reunidos quase sempre em manuais de recreação contendo nada mais que repertórios de jogos e brincadeiras. Aponta:

desconheço estudos sistematizados, nos últimos anos, que privilegiem uma visão crítica e novos encaminhamentos teórico-práticos para a recreação. Quando isso acontece, a recreação é automaticamente associada, numa verdadeira relação simbiótica, à discussão do lazer (WERNECK, 2000, p. 115).

Daí parece surgir, de acordo com os apontamentos de Gomes (2003), o problema central na compreensão dos significados de lazer e recreação. Têm-se, de um lado, a recreação, reduzida – muitas vezes em tom pejorativo – a um conjunto de atividades práticas, e de outro, o lazer, com seu corpo de conhecimentos específicos, mas ainda assim carregando a responsabilidade de fornecer os fundamentos teóricos à própria recreação (WERNECK, 2000). Um paradoxo, segundo a autora, já que inicialmente o preenchimento adequado das horas de lazer

era uma função da recreação. Hoje, diferentemente, cabe aos estudos do lazer assistir os estudos da recreação.

Muitos dos autores que se aprofundaram nos conhecimentos sobre o lazer desconheciam como efetivamente se deu a incorporação da recreação em nosso país e qual o sentido atribuído a ela, levando a uma associação dos termos como se fossem a mesma coisa (WERNECK, 2000). É fácil observar essa associação, destaca a autora, basta vermos nos grupos de pesquisa, nos núcleos de estudo, nas disciplinas, nos encontros, nos eventos científicos, onde quase sempre, inseparáveis, aparecem “Lazer e Recreação”. Levanta que, esses espaços de discussão:

cada vez mais, parecem se envolver e estar preocupados com a busca da constituição de um sólido corpo de conhecimentos sobre o lazer. Assim, nem sempre é fomentada a discussão da recreação, assunto que chega até mesmo a ser evitado, devido à polêmica que provoca, por motivos como: o esgotamento e a limitação do sentido arraigado em nossa realidade; o desconhecimento de sua planificação enquanto um potente movimento de massa; e também pela dificuldade de entendimento que esta questão encerra em nosso país (WERNECK, 2000, p. 120).

Para lidar com esses problemas teóricos que permeiam as discussões no campo do lazer, Gomes propõe o rompimento com a recreação, ou mais precisamente, com os “interesses ideológicos que impulsionaram este movimento em nosso contexto” (WERNECK, 2000, p. 122). Defende que os posicionamentos que entendem recreação e lazer como sinônimos devem ser urgentemente revistos, já que ambos são completamente distintos, embora, é claro, tenham vínculos profundos. Além disso, afirma que devemos abandonar a concepção de que recreação é sinônimo de jogos e brincadeiras, pois, como visto, trata-se de um movimento difundido no Brasil dentro de um contexto histórico particular, “em função de interesses diversos, de sentidos de educação comprometidos com projetos sociais e políticos também diversificados, mas necessariamente voltados para a conformação, a reprodução e o ajustamento das massas” (WERNECK, 2000, P. 121). Esse rompimento, segundo a autora, não significa excluir dos momentos de lazer os jogos, as brincadeiras e as demais práticas culturais costumeiramente usadas pela recreação, mas utilizá-los em perspectivas que superem a pura reprodução e a absorção passiva dos conteúdos recreativos.

Como mostramos até aqui, Gomes considera que parte da dificuldade conceitual e interpretativa entre os termos lazer e recreação pode ter origem na falta de conhecimento dos significados assumidos por estes termos ao longo da história no Brasil. É buscando preencher esta lacuna que a autora encaminha os estudos de sua tese de doutorado intitulada *Significados de recreação e lazer no Brasil: Reflexões a partir de análises de experiências institucionais (1926-1964)*, concluída em 2003. Nesta obra, Gomes busca, com base em uma pesquisa histórica, descobrir como foram sendo construídas e incorporadas as concepções de lazer e recreação aqui no Brasil e também o modo como os significados atribuídos a estes termos estiveram vinculados diretamente às políticas públicas e aos contextos político-sociais vigentes. Para isso, após uma revisão bibliográfica de textos que discutem os significados de lazer e recreação, a autora direciona sua análise para três experiências institucionais no Brasil: a Recreação Pública nos Jardins de Recreio. Criado em Porto Alegre no ano de 1926; o Serviço Municipal de Jogos e Recreio da Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura de São Paulo, que surge em 1935; e o Serviço de Recreação Operária, instituído pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1943 no Rio de Janeiro.

A investigação realizada pela autora neste estudo indicou que lazer e recreação não são sinônimos. Sua análise traz apontamentos importantes para a compreensão dos significados atribuídos à recreação e ao lazer no Brasil, explicando, inclusive, o porquê da confusão conceitual hoje existente. Em resumo, a autora aponta que o lazer estava mais relacionado com a variável tempo, na medida em que representava um período temporal que fora ampliado com a redução da jornada de trabalho. Já a recreação estava mais ligada com a variável espaço e representava a adequada utilização do tempo de lazer por meio de programas que envolviam a construção de espaços e a organização racional de atividades dentro deles. De acordo com ela, enquanto o lazer foi entendido como o tempo existente entre as jornadas de trabalho, ou seja, um tempo de não trabalho, a recreação foi vista como uma correta e necessária ferramenta de educação e desenvolvimento individual a ser utilizada nesse tempo livre, representando a racional organização social do lazer. As atividades recreativas desenvolvidas nessas instituições como o esporte, a ginástica, a música, a dança e o teatro representavam a “sadia” ocupação dessas horas de lazer, em oposição ao ócio, ao vício, à prostituição e aos jogos de azar, atividades consideradas degradantes e que deveriam ser evitadas.

Tendo esclarecido o modo como a autora Christianne Luce Gomes compreende a relação histórica entre os termos lazer e recreação, falta-nos, ainda, abordar uma questão debatida intensamente em seus estudos: a definição conceitual de lazer. A autora procura em seus estudos (GOMES, 2003; 2004; 2005) discutir e contrapor algumas das principais concepções de lazer produzidas ou amplamente utilizadas pelos autores brasileiros.

E por se tratar de uma debate que recebeu especial atenção ao longo de seus estudos, é necessário, portanto, que seja devidamente colocada em pauta de discussão nesta dissertação. É o que será feito no tópico a seguir.

#### **4.1.2 O lazer e o lúdico**

Quando se pretende discutir a definição conceitual do lazer a primeira questão que vem a tona é que não existe, de fato, um consenso teórico quanto a essa definição. Muitos são os autores que se dedicam a estudar o fenômeno e muitos, também, são os conceitos usados por estes autores para delimitarem seu objeto de estudo.

A dificuldade de se estabelecer um consenso teórico sobre a definição de lazer é realçado pela pesquisadora Christianne Luce Gomes:

Considerando a produção de conhecimentos sobre o lazer no Brasil, existem divergências no campo conceitual. Lançando mão de teorias diversas, autores de várias áreas vêm construindo uma série de argumentos para justificar sua abordagem e sua posição sobre o lazer, bem como os desdobramentos sociais, políticos e educacionais deste fenômeno em nossa sociedade (GOMES, 2003, P. 36).

Para ela o conceito elaborado por Dumazedier (1973) é ainda hoje referência, não só no Brasil, para muitas pesquisas desenvolvidas no campo do lazer (GOMES, 2005)<sup>46</sup>. Formulado na década de 1960, o conceito proposto pelo autor veio, desde então, sendo alvo constante de críticas e reformulações por parte de diversos autores.

---

<sup>46</sup> Dumazedier (1979, p. 34) compreende o lazer como: “um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.”

Não podemos afirmar que esse conceito nem a matriz teórica que o sustenta chegou a ser, em algum momento, abandonado definitivamente pelos teóricos dos estudos do lazer no Brasil. Muitas das características apresentadas originalmente por essa matriz teórica foram absorvidas nos estudos seguintes. Hoje, não há como negar que muito daquilo que foi elaborado pelo sociólogo francês serve, ainda, de referência às definições e aos quadros teóricos que surgem no âmbito dos estudos do lazer aqui no Brasil.

Exemplo dessa influência é a utilização da combinação das variáveis “tempo” e “atitude” para definição do fenômeno, comum a muitos pesquisadores, ou, então, a classificação das atividades de lazer de acordo com os interesses individuais (manuais, artísticos, físicos, mentais, sociais)<sup>47</sup>. Não obstante as inúmeras críticas que essa proposta da divisão das atividades de lazer em cinco conteúdos culturais sofreu, devido, principalmente, a dificuldade de enquadramento de certas atividades em blocos de conteúdos culturais estanques, ela passou a ser amplamente aceita e utilizada pelos pesquisadores do lazer no Brasil<sup>48</sup>.

Das formulações teóricas de Joffre Dumazedier, também é frequentemente observado nas pesquisas em nosso país a utilização do sistema de características constituintes do lazer proposto pelo autor (DUMAZEDIER, 1979, p. 95-96): *caráter liberatório* (o lazer é liberado das obrigações institucionais); *caráter desinteressado* (não submetido a fim lucrativo, utilitário, ideológico ou proselitístico; sem fim material ou social algum); *caráter hedonístico* (busca da satisfação como um fim em si mesmo); *caráter pessoal* (atendimento das necessidades de descanso, divertimento e desenvolvimento do indivíduo).

É possível tecermos algumas aproximações e embates entre essas características propostas pelo sociólogo francês e aquelas verificadas na teoria configuracional (Capítulo 2 – A teoria configuracional e o lazer), as quais denominamos de características diferenciadoras (o grau de destruição da rotina, o

---

<sup>47</sup> Cabe lembrar que a divisão inicialmente proposta por Dumazedier recebeu posteriormente sugestões de ampliação por parte de autores brasileiros. Pois, face às transformações sociais e tecnológicas que ocorreram daquele tempo para cá, a divisão originalmente elaborada não abarcava ou enquadrava adequadamente algumas novas atividades de lazer. Assim, em decorrência do evidente aumento do turismo como opção de lazer, Camargo (1998) propôs a inclusão de um sexto conteúdo cultural, o turístico; e Schwartz (2003), percebendo a emergência de novas possibilidades de lazer em função da criação das novas tecnologias, sugeriu a inclusão de um sétimo conteúdo, o virtual.

<sup>48</sup> A assimilação de algumas características propostas por Dumazedier também puderam ser verificadas na concepção de lazer do pesquisador Victor Andrade de Melo, a qual será apresentada no tópico 4.3.2 – *Lazer, educação estética e animação cultural*.

grau de compulsão social e obrigatoriedade e o grau de descontrole das restrições sobre as emoções).

O caráter liberatório apontado por Dumazedier (1979), por exemplo, aproxima-se bastante daquilo que é referenciado por Elias e Dunning (1992) como o nível de destruição da rotina e de compulsão social presente nas atividades de lazer. Para ambos os autores, embora as atividades de lazer também sejam regidas por algum certo tipo de disciplina, representam momentos nos quais os indivíduos estão muito mais liberados/dispensados das obrigações institucionais e sociais. Em geral, os autores compreendem que na esfera do lazer os indivíduos gozam de maior autonomia e podem optar com mais liberdade pelas atividades que gostariam de praticar do que nas outras esferas.

Embora “concordem” que a liberação das obrigações (para Dumazedier) e a fuga/destruição da rotina (para Elias e Dunning) estão mais presentes na esfera do lazer do que nas demais, os autores fornecem explicações sociológicas diferentes quanto à construção social dessas obrigações/rotinas. Enquanto na sociologia empírica do lazer a rotinização resulta, essencialmente, das alterações sociais decorrentes da transformação no modo de produção e do surgimento da sociedade industrializada, ou seja, quase que de uma imposição da esfera do trabalho sobre as demais esferas da vida, na sociologia configuracional a rotinização é resultado de uma modificação nos padrões de controle/coerção social, acompanhada de alterações no aparato psíquico dos indivíduos (modificações nos padrões e níveis de autocontrole). Em outras palavras, foram frutos de múltiplos processos sociais que alteraram a maneira como os seres humanos regulavam suas condutas e suas relações. Disso decorre a crítica de Elias e Dunning às abordagens que centralizam o debate do lazer em torno da polarização lazer-trabalho.

Segundo Gomes (2003), alguns pesquisadores, principalmente aqueles baseados em Dumazedier, consideram que o lazer só pode ser compreendido a partir de sua relação com o trabalho, afinal o tempo que o trabalhador tem disponível para si próprio e nos quais se inserem as práticas de lazer só existe em função do tempo destinado ao trabalho. Ou seja, para estes pesquisadores o tempo de não-trabalho só existe em decorrência do tempo de trabalho. Como o tempo de trabalho, na visão destes, é característico das sociedades industriais, época na qual surge a distinção nítida entre o trabalho e repouso – o que difere dos períodos anteriores nos quais o trabalho estava inscrito nos ciclos naturais dos dias e estações – o lazer é

tido como um fenômeno exclusivo das modernas sociedades industriais, e só pode ser compreendido em sua relação dialética com o trabalho – ponto de vista não partilhado por Gomes (2003) que, como Elias e Dunning (1992), afirma que esta relação não representa a única perspectiva de análise do lazer.

O caráter hedonístico proposto por Dumazedier, que significa a busca do prazer como um fim em si mesmo, se aproxima bastante do principal elemento motivador das atividades de lazer para Elias e Dunning: a busca da excitação. A grande diferença é que a busca do prazer aparece como elemento central na tese da teoria configuracional e deriva de um estudo mais amplo sobre o controle/descontrole das emoções humanas (que tem como pano de fundo a teoria do processo civilizador), enquanto que na sociologia empírica o elemento prazer não é alvo da investigação direta, sendo apenas considerado.

Quanto ao caráter pessoal torna-se mais difícil qualquer tipo de aproximação. Isso porque Elias e Dunning (1992) não atribuíram quaisquer funções ao lazer no sentido em que são apresentadas por Dumazedier: as funções de descanso, divertimento e desenvolvimento (os 3D's). O lazer foi investigado por aqueles autores sob o ponto de vista do que representava socialmente, do seu aspecto motivador, e não sobre que tipo de conseqüências sua prática produziria além da pura e simples satisfação de uma necessidade emocional humana.

É um tanto difícil identificar se o lazer sempre, invariavelmente, descansa, diverte ou desenvolve, ou, então, se os indivíduos sempre procuram atender em seus momentos de lazer alguma dessas necessidades. Alguns riscos podem emergir quando da predição dessas supostas funções do lazer, já que essas definições podem não coincidir necessariamente com a realidade do lazer, mas com aquilo que se desejaria atribuir a ele. É por isso que, como veremos no decorrer do trabalho, Elias defende em seus estudos que não deveríamos atribuir funcionalidades às coisas, mas sim descobrir como elas são.

Com relação ao caráter desinteressado, essa aproximação também talvez não seja possível. Embora Elias e Dunning não abordem essa questão, podemos produzir algumas reflexões sobre ela. Poderíamos pensar na possibilidade de que a satisfação emocional, um caráter totalmente *interessado* sob a perspectiva configuracional – interessado no sentido de que é buscado voluntariamente –, poderia estar relacionada, de uma forma ou de outra, com aqueles fins “desinteressados” (sem fins materiais ou sociais) apontados por Dumazedier.



Alguns exemplos em forma de pergunta são úteis. Um sujeito vai ao cassino por que tem um objetivo material em vista ou por que quer desfrutar de uma atividade cuja tensão-excitação é potencializada pelo risco de ganho/perda material? Numa festa, um sujeito tira uma moça para dançar simplesmente pela agradável excitação provocada pela dança propriamente dita, ou o faz por que a dança lhe é útil para atender um interesse social específico de ampliar as relações com aquela garota? E se esse mesmo sujeito tivesse freqüentado anteriormente aulas de dança para aprimorar sua habilidade, objetivando, com isso, adquirir reconhecimento e *status* frente aos outros dançarinos no salão, não estaria se utilizando da atividade como um fim social bem específico? Esses exemplos demonstram a dificuldade – ou a impossibilidade – de se determinar se uma atividade é “desinteressada” ou não, ou o grau de “interesse” dessa atividade. Isso deve ter ficado claro aos olhos do sociólogo francês, tanto é que ele procurou criar uma alternativa categórica para englobar certos tipos de atividades de lazer com fins utilitários, como a jardinagem, por exemplo: criou a categoria “semilazer”.

Ainda sobre a questão da definição conceitual de lazer, afirma Gomes (2005) que, de maneira geral, as diversas definições sobre lazer – aqui inclusas as que foram fundamentadas a partir da matriz teórica elaborada pelo sociólogo francês – tiveram o seu entendimento ampliado e, atualmente, vem crescendo a compreensão do lazer como uma das dimensões da cultura.

A autora aponta que o sistema de características apontado por Dumazedier (1979) influenciou também o pensamento de um dos autores mais reconhecidos no campo dos estudos do lazer no Brasil e cujas pesquisas são amplamente utilizadas como referência teórica: o pesquisador Nelson Carvalho Marcellino. A autora investiga as construções teóricas desses autores com o intuito de tentar identificar os momentos em que os pensamentos deles se aproximam e se distanciam e os aspectos que são comuns ou conflitantes dessas duas concepções teóricas. Embora reconheça a importância desses dois autores para o desenvolvimento dos estudos do lazer, principalmente no que diz respeito à produção científica em perímetro nacional, e concorde, em muitos aspectos, com o legado produzido por eles, Gomes (2004, 2005a) procura discutir criticamente essas duas abordagens teóricas.

Após análises e reflexões acerca da concepção de lazer desses e de outros autores estudiosos da temática, a autora formula sua própria definição conceitual de lazer:

Em síntese, entendo o lazer como uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo (GOMES, 2004, p. 125).

Na visão da autora, o lazer, constituindo uma das dimensões da cultura (assim como o trabalho, a economia, a política, a educação, etc.), compreende além do ócio, “a vivência de inúmeras práticas culturais, como o jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte e também as formas de arte (pintura, escultura, literatura, dança, teatro, música, cinema), dentre várias outras possibilidades” (GOMES, 2004, p. 124).

Para ela, destituídos de qualquer caráter obrigatório, os sujeitos se entregam a estas práticas justamente porque a desejam, tendo pelo menos a expectativa de que a prática será prazerosa. Aqui, novamente, observamos semelhanças com a teoria configuracional. Pensando com base nessa teoria diríamos que os sujeitos, numa esfera mais alargada, elástica, de compulsão social, se entregam as práticas de lazer porque desejam experimentar alterações agradáveis e prazerosas nos níveis emocionais e por que tem a expectativa de que as atividades escolhidas possivelmente irão atender a essas necessidades.

Além das variáveis “tempo” (referindo-se ao usufruto do momento presente, inserido num tempo socialmente disponível) e “atitude” (ação voluntária fundada no lúdico, fruto de uma escolha pessoal), Gomes (2004) acrescenta outros dois elementos que constituem o lazer:

– “espaço-lugar”, que reflete a transformação do espaço físico por meio da apropriação dos sujeitos em um lugar dotado de sentido ou ponto de encontro e convívio social;

– “manifestações culturais”, fruição da cultura com a possibilidade de diversão, descanso ou divertimento;

Outra questão que chama a atenção da autora no que tange à discussão do lazer é a presença do lúdico. Elemento marcante e correntemente utilizado nos estudos do lazer no Brasil (BRACHT, 2003 apud GOMES, 2004b) o lúdico é entendido, na visão da autora, como uma forma de linguagem, uma forma de se expressar e interagir com a realidade que não se restringe à esfera do lazer, podendo ocorrer em todos os momentos (no trabalho, na escola, na família) e em

todas as fases da vida (não somente durante a infância, fase na qual o brincar é quase sempre assumido equivocadamente como natural).

É compreendido como “expressão humana de significados da/na cultura referenciada no brincar consigo, com o outro e com o contexto” (GOMES, 2004b, p. 145) e constitui:

novas formas de fruir a vida social, marcadas pela exaltação dos sentidos e das emoções – mesclando “alegria e angústia, relaxamento e tensão, prazer e conflito, regozijo e frustração, satisfação e expectativa, liberdade e concessão, entrega, renúncia e deleite. Pressupõe, dessa maneira, a valorização estética e a apropriação expressiva do processo vivido, e não apenas do produto alcançado” (WERNECK, 2003, p. 37). Mesmo quando não se obtém o resultado almejado [...] prevalece o pensamento de que a vivência valeu a pena, sendo mantido o desejo de repeti-la e conquistar novos desafios” (GOMES, 2004, p. 145)

Entre os teóricos do lazer, a ludicidade é, segundo Bramante (1998, apud GOMES, 2005b), uma das poucas unanimidades. Baseando-se em Bracht (2003), Gomes (2005b) destaca alguns pontos sobre a presença e utilização do conceito lúdico nos estudos do lazer. A autora aponta que a palavra é comumente utilizada nesses estudos sem a devida preocupação com a definição do seu significado. Além disso, ressalta que ao termo é frequentemente atribuído uma conotação positiva, como se este sempre significasse sensações agradáveis, prazer e alegria, ou ainda, uma visão idealizada, a qual lhe confere um “caráter subversivo e utópico”.

Para a autora, inserido na cultura e nela produzindo significados, “o lúdico reflete as tradições, os valores, os costumes e as contradições presentes em nossa sociedade” (GOMES, 2004b, p.145). E, dessa forma, as experiências lúdicas podem contribuir tanto para a alienação quanto para a emancipação dos sujeitos envolvidos. Por isso, acredita que o lúdico “representa uma oportunidade de (re)organizar a vivência e (re)elaborar valores, os quais se comprometem com determinado projeto de sociedade” (GOMES, 2004b, p. 146).

Embora muitas dúvidas tenham surgido quando da definição conceitual do elemento lúdico ou da sua própria relação com as atividades de lazer – o que pode estar relacionado, como nos lembra Gomes, à insuficiência teórica e à falta de cuidado no trato conceitual, já que o termo nem sempre é definido e discutido de forma satisfatória nas pesquisas onde aparece –, tentaremos traçar algumas reflexões relacionando os elementos apresentados por Gomes (2004b; 2005b) e a teoria configuracional.

Não há reflexão alguma no livro *A Busca da Excitação* de Elias e Dunning (1992) à respeito do lúdico. Para não dizer que o termo não é utilizado, encontramos somente uma menção, o que nos leva à dúvida se não teria sido apostado ao texto a critério do tradutor. A explicação para essa ausência pode ser encontrado nos próprios escritos sobre o lúdico produzidos pela pesquisadora Gomes (2004b, p. 141). Segundo ela, a palavra lúdico é “empregada no vocabulário corrente da língua portuguesa, mas o mesmo encaminhamento não é verificado em outras línguas que desconhecem este termo, tampouco os seus significados”. Apesar da praticamente ausência do termo lúdico no livro em questão, encontramos alguns caminhos pelos quais poderíamos encaminhar alguns diálogos.

Pelo que conseguimos abstrair sobre o lúdico a partir da revisão teórica efetuada pela autora nas pesquisas produzidas no contexto brasileiro, a interpretação dada a esse termo é bastante diversificada. Em alguns casos guarda semelhanças descritivas com aquilo que foi chamado *mimético* na teoria configuracional e em outros, numa interpretação mais ampliada, com o próprio componente emotivo do lazer a que Elias e Dunning se referem.

Algumas lacunas emergem das discussões sobre o lúdico apresentadas pela autora Gomes. De suas análises conseguimos compreender, por exemplo, que o lúdico não é exclusivo das atividades de lazer. Não ficou claro, entretanto, se ele é imprescindível ou não às atividades de lazer. Poderíamos questionar assim: toda atividade de lazer é necessariamente lúdica? Ou melhor, existe em toda atividade de lazer pelo menos a expectativa de que a manifestação lúdica ocorra?

A resposta mais próxima a esse questionamento vem por meio dos seguintes dizeres da autora: “as práticas culturais *não são lúdicas em si*. É a interação do sujeito com a experiência vivida que possibilita o desabrochar da ludicidade” (GOMES, 2004b, p. 145, grifos da autora). Dessa afirmação decorrem algumas possibilidades reflexivas interessantes. Se determinadas práticas culturais não são lúdicas em si, como a autora coloca, então porque é que algumas delas possibilitam o desabrochar da ludicidade e outras não? Por que é que principalmente nas práticas culturais de lazer – e não nas de não lazer – o lúdico, entendido pela autora como linguagem humana, se manifesta de forma mais espontânea e evidente?

A dificuldade de responder esses questionamentos pode ser reduzida se redimensionarmos a definição conceitual do lúdico para que sejam colocados em

evidência os aspectos emotivos dos seres humanos. Nesse caso, a teoria configuracional poderia prestar contribuições.

Uma possível interpretação, aliando-se a abordagem apresentada pela autora juntamente com a teoria configuracional, é que o comportamento lúdico representa justamente a busca individual por alterações agradáveis nos estados emocionais. Busca essa que seria potencialmente mais realizável no quadro das atividades de lazer do que nas outras esferas por uma série de motivos já abordadas (ver capítulo precedente).

Dessa forma, levando em consideração a definição de lúdico proposta pela autora e refletindo sobre essa definição a partir de um viés configuracional, poderíamos pensar no lúdico como um comportamento caracteristicamente humano, referente a uma necessidade/expressão da busca individual do prazer por meio da agradável alteração nos níveis de tensão-excitação, cuja manifestação pode ocorrer em qualquer momento e fase da vida, mas que se realiza favoravelmente, ou em maior intensidade, nos espaços e tempos socialmente disponíveis/permitidos para tal.

Concluimos assim, nosso diálogo construído com as reflexões apresentadas pela autora Christianne Luce Gomes. No primeiro momento, buscamos expor o debate relacionado à associação entre lazer e recreação, dando especial destaque a definição conceitual da recreação. Nesse segundo momento, focalizamos mais na questão conceitual do lazer, buscando dialogar com a definição proposta pela autora e com a definição de outros autores por ela apresentada, como a do sociólogo Dumazedier.

No tópico seguinte, buscaremos dialogar com o pensamento do autor Fernando Mascarenhas, por meio de uma discussão que envolve o lazer e sua subordinação à esfera econômica em nossos dias.

## **4.2 O LAZER NA LÓGICA DO MERCADO**

O foco da discussão travada nesta etapa de estudo situa-se sobre a imanente relação entre o lazer moderno e a esfera econômica. A fonte bibliográfica central deste tópico é a tese de doutorado do autor Fernando Mascarenhas, intitulada *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer* (2005), obra que se preocupa

em abordar fundamentalmente as relações entre o lazer e o sistema econômico capitalista<sup>49</sup>. O autor é o único, dentro os autores selecionados, que examina o lazer moderno tendo como sustentação teórica a perspectiva de análise marxiana e marxista oferecida pelas obras de Marx, Engels e seus intérpretes. Ao longo do seu estudo, Mascarenhas defende a tese de que o lazer moderno foi transformado em um verdadeiro artigo de consumo, uma mercadoria, um produto comercial, sendo fruto das transformações estruturais no sistema capitalista de produção que ocorreram no Brasil notadamente a partir da década de 1990.

Na tentativa de apresentar sua compreensão sobre o fenômeno lazer, faremos uma rápida incursão em sua tese, buscando apresentar o modo como interpreta a sociedade em que vivemos. Sem essa interpretação, torna-se um tanto dificultoso abordar a sua compreensão de lazer, afinal, a produção social desse fenômeno está, de acordo com sua interpretação, intimamente relacionada ao modo de produção capitalista. É o que tentaremos elucidar a partir de agora.

Em sua tese, o autor Fernando Mascarenhas (2005) inicia o diálogo afirmando que o *pedaço* – conceito cunhado por Magnani (1998) durante sua pesquisa sobre as formas de divertimento vivenciadas pela população da periferia de São Paulo, em referência a um espaço social existente entre a casa e a rua, marcado por rede de relações estabelecidas a partir de combinações dos laços de parentesco, vizinhança e procedência, que lhe confere formas particulares de sociabilidades e favorece a construção de identidades locais dentro de uma territorialidade única – já não pode mais ser assim reconhecido, como o fora na época da pesquisa de Magnani, durante a década de 1980. Argumentando sobre as mudanças que ocorreram daquele tempo para cá, Mascarenhas (2005) procura refletir sobre como as formas de lazer vieram ganhando cada vez mais o aspecto de mercadoria, e sobre como essa transformação, provocada pelo apetite voraz do capitalismo, iria avançar até o pedaço, um espaço marcado pelas festas tradicionais, pelos costumes, pelos lazeres gratuitos, remodelando-o em conformidade com a

---

<sup>49</sup> Além da tese elaborada pelo pesquisador Fernando Mascarenhas, outra referência bibliográfica produzida por outro autor selecionado também discute essa questão. Trata-se do livro *Lazer e Mercado* (2001), produzido por Christianne Luce Gomes em parceria com Helder Isayama. Neste livro, os autores também se lançam a investigar mais detidamente as relações estabelecidas entre o fenômeno lazer e o sistema econômico. Entretanto, ao perceber que a discussão sobre esta temática é realmente central na produção científica de Mascarenhas, e não o é em Gomes, definimos que a linha de raciocínio desenvolvida pelo autor seria tomada como direção principal neste tópico.

lógica da produção capitalista. Então, de acordo com o autor, no seio da moderna sociedade capitalista um novo espaço social é configurado, o *pedaço sitiado*:

cuja rede de relações e de sociabilidade, baseada na vizinhança, na solidariedade e no compadrio, vê-se permanentemente ameaçada pelo acirramento da concorrência, pelo desemprego estrutural, pelo aumento do individualismo, pela competitividade exacerbada, pela ausência de perspectivas, pela escalada das drogas, pela patologia do crime e pela difusão generalizada da chamada cultura da violência (MASCARENHAS, 2005, p.49).

De acordo com sua interpretação, ao mesmo tempo em que o capitalismo desenfreado segue avançando e invadindo as esferas e os espaços sociais, impondo modos de vida padronizados, pautados pelo consumo exacerbado, deles extraem tudo o que é passível de ser consumido e transformado em mercadoria. Assim, nem a tradição escapa, “sendo mercadorizada e comercializada, frequentemente produzida e vendida como imagem, simulacro ou pastiche” (HARVEY, 2000, apud MASCARENHAS, 2005, p. 30).

Na visão do autor, acentuando esta tendência, a globalização se encarrega de expandi-la a nível global, criando um “mercado-mundo” único, no qual convivem consumidores que, embora distantes geograficamente, representam um nicho de mercado comum, identificados não só pela idade, faixa etária e gênero, mas, principalmente, segundo seus estilos de vida, levando ao surgimento de um modelo universalizado e transnacional de produção e consumo, muito mais segmentado e especializado, em substituição àquilo que antes podia ser identificado como distribuição generalizada em massa.

Continua afirmando que dentro desse mercado mundial, o Brasil, espelhando-se na cultura norte americana e valorizando seus hábitos de vida e consumo, bem como seus produtos e marcas, ergue-se como um grande mercado consumidor perante a economia mundial<sup>50</sup>. Assim como nos Estados Unidos, símbolo da economia capitalista, explode em nosso país a quantidade de produtos ofertados e irradiam-se vastas possibilidades de consumo e experiências no âmbito do lazer. Todavia, alerta o autor, é evidente que essas oportunidades de consumo e lazer são restritas, reflexo claro das desigualdades sociais que assolam o país e das

---

<sup>50</sup> O autor lança mão da seguinte nota: “Segundo o relatório “State of the World”, elaborado pelo WorldWatch Institute, com sede em Washington, nos EUA, divulgado através da matéria “Brasil é 7° em consumo, mas quase 70% são excluídos”, do jornal O Popular, de 10/01/2004” (MASCARENHAS, 2005, p. 42)

distinções de classes a que estamos submetidos. As possibilidades de consumo e lazer são apenas mais alguns dados que, a seu ver, denunciam o triste quadro da realidade brasileira<sup>51</sup>.

Antes de querer situar o lazer propriamente dito dentro das relações criadas pelo modo de produção capitalista, Mascarenhas procura, no Capítulo II de sua tese, fundamentando-se principalmente em Antunes (1999) e Harvey (2000), expor os fatos e acontecimentos que levaram ao que chama de “mais recente crise na história do capitalismo”, cujos sinais começam a aparecer a partir da década de 1970. No auge, tais transformações iriam afetar completamente o próprio lazer.

De acordo com o entendimento de Mascarenhas (2005), com o “esgotamento do regime de acumulação *fordista*<sup>52</sup>”, surgiu a necessidade de se criar dentro dos modos e das relações de produções capitalistas “uma nova estratégia de acumulação e de articulações hegemônicas a ela correspondentes” que pudesse dar continuidade aos modos de acumulação e geração máxima de lucros tão indispensáveis à lógica capitalista (MASCARENHAS, 2005, p. 57). Com isso, o regime de acumulação fordista veio a ser substituído por outro, a acumulação flexível, caracterizada por reestruturações que permitiram por um lado contornar as crescentes quedas nos lucros e, por outro, retomar a maximização dos ganhos.

O autor levanta que dentro do mercado de trabalho e do próprio processo produtivo algumas adaptações foram inevitavelmente necessárias à contenção da crise que ia se estabelecendo durante o regime fordista de acumulação. São alterações que, na visão do autor, levaram ao aumento dos empregos parciais, temporários, terceirizados e outros que, sem as devidas proteções legais, tornaram os trabalhadores vulneráveis aos interesses capitalistas. Alterações que também, conseqüentemente, vieram a afetar, para além da esfera do trabalho, o tempo livre

---

<sup>51</sup> Como exemplo, cita a má distribuição de renda: 10% dos mais ricos detêm 46,9% de toda renda gerada no país, enquanto 14,6% vivem na miséria absoluta e outros 33,94% abaixo da linha da pobreza (MASCARENHAS, 2005).

<sup>52</sup> De acordo com o autor, “o *fordismo* pode ser identificado por um conjunto de inovações técnicas combinadas a mudanças de gestão que se articulavam visando à produção em larga escala e o consumo em massa, o que se somava a uma forma de organização do trabalho baseada tecnologicamente num sistema de máquinas de caráter rígido e um modo de regulação social com a produção de normas, valores e instituições cuja atuação objetivava o controle tanto dos conflitos intercapitalistas como das tensões entre capital e trabalho. Conforme assinala Frigotto (1999), seu desenvolvimento efetivo tem impulso na crise de 1930, mas é somente no pós-2ª guerra, quando as *teses keynesianas* abrem caminho para a intervenção estatal na economia e quando, no plano da superestrutura, toma corpo a idéia do *Welfare State* – ou seja, do Estado de Bem-Estar Social –, que tal modelo veio a se consolidar como um verdadeiro modo social e cultural de vida” (MASCARENHAS, 2005, p. 59).



do trabalhador. E isso ocorreu não só pelas modificações na esfera temporal – relacionada aqui com a jornada de trabalho e com a necessidade de se buscar outros ofícios para a complementação do salário além da jornada básica – mas também pela extensão da lógica capitalista às vivências e experiências nesse tempo:

O tempo fora do trabalho também se subordina à lógica do capital, pois as experiências do tempo livre se restringem, de um lado, às necessidades do descanso e da acumulação de novas energias, uma funcionalidade hoje secundarizada para aquela que, de outro lado, tornou-se a pedra angular do lazer no capitalismo avançado, a promessa da felicidade dada pelo estímulo a fruição e gozo das relações fetichizadas de consumo (MASCARENHAS, 2005, p. 83).

Desmistificando o que antes era profetizado por alguns intelectuais, como De Masi (1999), os quais acreditavam que o rápido progresso tecnológico iria reduzir aos poucos a necessidade de intervenção humana nos processos industriais, o que conseqüentemente provocaria a redução das jornadas de trabalho, Mascarenhas (2005) demonstra, com base em dados sobre a relação de horas trabalhadas em alguns países do mundo, que tal otimismo não condiz com realidade e afirma que “em escala mundial, ao contrário do que se ventila, não há qualquer sinal mais expressivo que indique para um movimento uniforme de aumento geral do tempo livre” (MASCARENHAS, 2005, p. 76)<sup>53</sup>. Tece o seguinte comentário:

O desenvolvimento das forças produtivas, neste estágio do capitalismo, não tem redundado na melhoria das condições de vida e bem-estar geral da população, muito menos na criação de um tempo livre como possibilidade efetiva de humanização e emancipação, com o atendimento multilateral das necessidades físicas e intelectuais do indivíduo (MASCARENHAS, 2005, p. 80)

Seguindo uma linha argumentativa muito parecida, Gomes (2001) também critica o diagnóstico feito por De Masi de que o tempo livre efetivamente aumentou nas sociedades modernas – para este autor o tempo livre corresponderia atualmente nada menos que 9/10 da vida humana. Afrontando esta visão e baseada em Kurz (2000), a autora anota que em muitas regiões do mundo ainda prevalecem jornadas de trabalho extremamente longas, como aquelas verificadas nos primórdios do

---

<sup>53</sup> A partir do “Anuário dos trabalhadores do 2000-2001”, do DIEESE, Mascarenhas (2005) cita que de 1992 pra 1998 a média de horas semanais de trabalho cresceu em países como Argentina, Canadá, Espanha, Chile, Estados Unidos, México, Inglaterra; caiu em outros, como na Alemanha, Singapura; e em outros permaneceu igual como no caso do Brasil e Suíça.

capitalismo. Além disso, explicam que embora por um lado o tempo formal dentro do qual o trabalhador permanece em seu ambiente de trabalho possa ter realmente diminuído em algumas situações, por outro, crescem as exigências de desempenho e produtividade, o que acaba promovendo um desgaste compatível com o aumento real da jornada de trabalho.

Semelhantemente à Mascarenhas (2005) a autora apresenta dados estatísticos comprovando que a redução da jornada de trabalho não é tão real como apostam alguns otimistas investidores no ramo do entretenimento: baseando-se num levantamento do IBGE apresentado por Veiga (2000), a autora revela que 39% da população brasileira economicamente ativa trabalham mais de 45 horas semanais e, os outros 71%, mais de 40 horas. A autora também compartilha a idéia de que os problemas verificados acima, na esfera econômica e no mercado de trabalho, derivam do sistema capitalista de produção:

Âmago do problema, que é muito mais profundo: a lógica do capital. É ela que precisa ser compreendida, questionada e quiçá modificada, tendo em vista acabar com a exploração e combater a exclusão social, política e econômica das maiorias. (GOMES, 2001, p. 43-44).

Além da exploração do trabalho, outro problema inerente ao modo de “acumulação flexível” que é destacado pelo autor Mascarenhas (2001), e facilmente percebido nos dias de hoje, resulta de um histórico mecanismo que foi necessário à manutenção e ampliação de todo o sistema capitalista: “a *taxa decrescente do valor de uso* das mercadorias”. Hodiernamente, tal mecanismo foi levado ao extremo, culminando com a rápida, praticamente instantânea, obsolescência dos produtos fabricados e dos serviços ofertados.

Partindo de conceitos trabalhados por Marx, Mascarenhas (2005) procura refletir sobre a crescente necessidade capitalista de se reduzir constantemente o “tempo de giro de capital” (o tempo total despendido desde a produção até a troca da mercadoria). Segundo o autor, com a concorrência cada vez mais acirrada no mercado globalizado e com o tempo de produção já reduzido ao máximo, resta ao capitalista, por uma questão de sobrevivência, diminuir ao extremo o tempo de vida útil dos produtos e serviços. E critica:

Não obstante ao prejuízo e ação degradante que causam, com implicações irreversíveis para a sustentabilidade da relação metabólica entre homem e

natureza, a superfluidez, o desperdício e a destrutividade revelam-se hoje como necessidade imperativa para a reprodução ampliada do capital (MASCARENHAS, 2005, p. 87)

Segundo o seu raciocínio, a rápida extinção das mercadorias em circulação é induzida por meio da produção de mercadorias descartáveis ou com qualidade material reduzida – a “obsolescência embutida” – e também, por meio da inovação estética que, lapidada pela propaganda, faz da novidade um desejo de posse, motivando o consumo – a “obsolescência prematura”.

Um verdadeiro bombardeio de estímulos patrocinados pela publicidade e pela mídia, voltam-se cada vez mais para a corrupção de gostos, desejos, prazeres e alegrias, exaltando as mudanças no invólucro e na aparência das mercadorias, o que eleva, sobremaneira, o seu poder fetichizante de sedução. Uma nova imagem não significa outra coisa senão uma nova moda e uma nova necessidade. A essência da inovação estética consiste, justamente, na caducidade do que já existe, incitando sua dispensa e eliminação antecipada, a fim de libertar a produção capitalista das limitações impostas pelo consumo dado – isto é, pré-existente –, estimulando, dentro de uma nova e mais dinâmica reciprocidade, a demanda conduzida pela oferta (MASCARENHAS, 2005, p. 89).

Conforme aponta o autor, soma-se a esta dinâmica, permitindo a produção e reprodução do capital em escala ampliada, um processo de mudança no comportamento da população no que se refere ao nível de tolerância ao luxo e ao consumo supérfluo e indiscriminado<sup>54</sup>. De acordo com seu pensamento, na atualidade, em consonância com as novas necessidades econômicas, o padrão de “liberdade” e estímulo ao consumo alcançou novas formas:

Na mesma direção da superfluidez, ao penetrar também a relação entre o homem e sua diversão, como nunca, o capital converte a busca do prazer – incluso aí tal busca corporificada ou coisificada nas práticas de lazer – num poderoso instrumento para sua autovalorização (HAUG, 1997). Na *sociedade involucral*, na *sociedade dos descartáveis*, com a mesma velocidade que valores, comportamentos, estilos e modos de vida caem em desuso, os gostos, desejos e toda a parafernália de objetos que envolvem as práticas de lazer, de tempo em tempo, também vão ao “lixo”. Isto sem falar da instantaneidade com que podem ser consumidas as próprias práticas. Seguindo esta lógica, de um serviço público e um serviço cada vez mais privatizado, como a chave na fechadura, o lazer se converte

---

<sup>54</sup> Traçando um debate entre duas questões distintas, mas inter-relacionadas, o *luxo* e a *poupança*, e as relações destes inseridos na dinâmica capitalista em determinados períodos históricos, Mascarenhas (2005) afirma que, diferentemente de outros períodos da história da sociedade capitalista, no qual o exagero no luxo ou nos gastos desnecessários, em contraposição ao acúmulo e à avareza, nem sempre eram socialmente aceitos ou eram até mesmo condenados – pela doutrina protestante, por exemplo –, na sociedade atual, a relativização do luxo e da necessidade alcançaram patamares jamais vistos, legitimando o consumo supérfluo e embalando o capitalismo.

numa mercadoria singular, encaixando-se perfeitamente no recorte das novidades e perspectivas abertas pela taxa decrescente do valor de uso, especialmente, aquelas despertadas pela inovação estética, pela *obsolescência prematura* e pela *obsolescência instantânea* das mercadorias (MASCARENHAS, 2005, p. 94, grifos do autor).

Segue afirmando que em oposição à vida familiar monogâmica e estritamente doméstica como unidade de consumo no período fordista, aparece a centralidade no indivíduo e na “cultura das saídas”, a qual, representada pelo turismo, pelas idas aos shoppings, bares e restaurantes (o que o autor chama de “alimentação divertida”), etc., e ocorrendo principalmente em espaços privados, sinaliza as novas formas de luxo e consumo modernos.

Dispensadas das suas funções moral e compensatória, o lazer:

Depois de sucumbir à forma mercadoria, seja como objeto direto de compra e venda no mercado, seja como valor de uso prometido, seja como invólucro estético de outras mercadorias ou seja ainda como uma espécie de *compra divertida*, – processo que se manifesta justamente pela *cultura das saídas* –, além de agregar valor a uma série de outros produtos e serviços – em setores como habitação, alimentação, vestuário, dentre outros exemplos, ele contribui sobremaneira para o incremento do consumo, despertando frequentemente novas necessidades e servindo de estímulo a instantaneidade, ao desperdício e à superfluidade característicos da *sociedade involucral* e do padrão da *acumulação flexível* (MASCARENHAS, 2005, p. 139, grifos do autor).

O autor aponta que, embora certas mercadorias não sejam especificamente objetos de lazer, muito bem trabalhadas pela publicidade e pela moda acabam agregando “valores de uso” que serão incorporados sob a forma de promessa no âmbito do lazer – o “valor de uso prometido” das mercadorias –, despertando nos consumidores interesses que ultrapassam a finalidade inicial para qual a mercadoria foi originalmente produzida, seu próprio “valor de uso”. Além de servir como um atrativo e contribuir como função de venda dessas mercadorias, a incorporação dessas promessas de uso permite a elevação do preço do produto, gerando mercadorias que acrescidas de alto valor financeiro, conferem *status* ao seu possuidor. Também contribuem para a criação de diferentes segmentos de mercados, os quais são atendidos por complexos de mercadorias com identidades específicas, que visam explorar todas as necessidades que surgem ou, até mesmo, aquelas que foram inventadas:

A produção não produz somente o produto do consumo, mas também a forma como vai ser consumido. Assim, a produção cria o próprio consumidor – seja ele ativo ou passivo –, pois não se limita a fornecer um produto em resposta à necessidade, mas fornece também necessidades a um produto (MASCARENHAS, 2005, p. 179).

Afirma o autor que apesar de muitos creditarem ao lazer uma função educativa, com possibilidades ligadas ao desenvolvimento e formação humana, hoje o fenômeno lazer incorpora predominantemente a forma de mercadoria, sendo produzido, consumido e negociado como tal, em total sintonia com o sistema econômico vigente, sendo influenciado pelo regime de acumulação flexível ao mesmo tempo em que contribui para a expansão e o sucesso deste modelo.

O “mercolazer”, ou seja, o lazer sob a forma mercadológica, dominando boa parte das formas e possibilidades de experiências no tempo livre, seja com *shoppings*, eletrônicos, vestuário, esportes, filmes, shows, etc., invade o cotidiano “definindo formas de sociabilidade, amoldando subjetividades, modificando hábitos, valores e comportamentos” (MASCARENHAS, 2005, p.142) e dissemina-se por todos os cantos do mundo, alterando profundamente nossas relações em sociedade:

Entre a tradição e a modernidade, o boom do lazer funda novas práticas culturais, forjando um novo sistema de valores que opera uma revolução silenciosa no seio da antiga sociedade, levando sua população a um novo modo de vida (MASCARENHAS, 2005, p. 160).

Portanto, o modo como são ocupados os momentos de lazer segue, de acordo com o autor, em consonância com o modelo de sociedade em que vivemos, emoldurado pelo sistema capitalista de produção. Dessa constatação decorrem todas as críticas que o autor desfere contra as formas dominantes de apropriação do tempo livre, principalmente o lazer mercadológico.

Sem dúvida, e não há como discordar da análise de Mascarenhas (2005), o lazer moderno é, hoje, em sua forma dominante, uma espécie de mercadoria que é produzida, comprada e consumida como tal. Assim sendo, na medida em que é percebido por aqueles que detêm o poder e o controle sobre os mecanismos de produção como um excelente meio para a obtenção de lucro, torna-se alvo fácil da exploração intensa e inconseqüente.

No propagar dessa onda exploratória, saltam aos olhos daqueles que se fixam a observar as opções de lazer hoje disponíveis que a multiplicação das formas de lazer, a rapidez com que se inventa e ao mesmo tempo se extingue tipos de

divertimentos, e a enxurrada de produtos supérfluos e descartáveis – tudo isso movido por um intenso bombardeio da propaganda e da mídia –, realmente existem e se disseminam de forma aparentemente caótica, desordenada e irreversível, como bem nos leva a entender o autor.

Muito embora tenhamos considerado a análise elucidada por Mascarenhas (2005) sobre a realidade do lazer nas sociedades avançadas capitalistas extremamente interessante, instigante e convidativa à reflexão – o que nos leva a sublinhar que a leitura dessas análises são indispensáveis àqueles que objetivam debater a questão a partir desse olhar interpretativo –, tentaremos dialogar com o que foi apresentado fundamentando-se na teoria configuracional.

Um parêntese, no entanto, merece ser aberto. Cabe lembrar que o diálogo desenvolvido por este estudo parte, exclusivamente, de um viés sociológico configuracional, o qual não é, em momento algum, utilizado pelo autor Fernando Mascarenhas em suas pesquisas. Como já foi dito, o autor optou em suas análises investigativas por interpretar o lazer a partir de uma outra abordagem teórica, com viés marxista<sup>55</sup>. Por isso, todas as críticas aqui apresentadas merecem ser bastante relativizadas, já que estamos falando de correntes teóricas distintas. Todo cuidado é necessário para que nenhuma das abordagens aqui consideradas seja avaliada de forma maniqueísta. Afinal, não existe abordagem melhor ou pior, apenas formas e métodos diferentes de se abordar o mesmo objeto; apenas pontos de vista diferentes. Ainda assim, mesmo sabendo dessas dificuldades, acreditamos que o diálogo entre duas abordagens distintas pode ser muito pertinente e frutífero, haja vista as possibilidades de reflexão que podem eclodir de tal confronto teórico. Por isso, merece ser levado em frente.

Sob uma análise configuracional, uma crítica que poderia ser feita a produção de Mascarenhas (2005) seria sobre o fato de que o autor se lança a criticar o lazer-mercadoria com base na sua visão ideológica de como deveria ser a sociedade. Propomos essa discussão ao saber que para a teoria configuracional o pesquisador não deveria desenvolver suas pesquisas sem antes abandonar suas visões ideológicas de mundo, seus desejos, vontades e gostos pessoais. Adiante explicaremos melhor essa afirmação.

---

<sup>55</sup> O exame minucioso de sua obra sob uma perspectiva de análise marxista é encontrado na tese de Peixoto (2008).

Quando se observa a forma como Mascarenhas (2005) conduz essa pesquisa e a maneira como se lança a explorar os fatos que abarcam seu objeto de estudo, e também o modo como as questões e os problemas são levantados e as próprias soluções e alternativas são encaminhadas, percebe-se que o autor se deixa levar, em todo o desenrolar do estudo, pelo seu próprio posicionamento ideológico. Cabe destacar que o fato de assumir um posicionamento ideológico durante a pesquisa científica, além de ser uma postura esperada, é avaliado positivamente pelo próprio autor e também por aqueles que compartilham dos mesmos ideais e igualmente os adotam no desenvolver das suas pesquisas. Ou seja, para essa raiz teórica a escolha ideológica não é um problema em termos científicos, tanto que é assumida explicitamente pelo autor ao longo de seus estudos, e até encaminhada como solução. Sob esse olhar, incoerente seria se o autor ao partir dessa matriz teórica não levasse em conta sua visão crítica da sociedade e seu desejo pessoal de mudança.

Do ponto de vista de análise configuracional, entretanto, essa questão pode ser encarada de outra forma. O fato de se posicionar ideologicamente frente à pesquisa científica pode ser classificado, de acordo com as reflexões apresentados por Elias (1998b), como uma postura *envolvida*<sup>56</sup>. E para esse autor, assumir esse tipo de postura no decurso da prática científica de pesquisa – ou seja, produzir conhecimento sem deixar de lado concepções políticas e ideológicas – pode avariar os resultados obtidos ou, em última instância, comprometer a própria validade do estudo.

Elias (1980;1998b) defende a idéia de que nas pesquisas científicas não deveríamos deixar espaço para julgamentos pessoais, crenças fantasiosas, ideologia e opiniões pré-concebidas, nem para considerações valorativas e juízos de valor sobre o objeto de estudo ou apontamentos sobre como ele deveria ser. Pois, se nos lançamos a produzir investigações científicas a fim de extrair e coletar dados empíricos para, de posse destes, traçarmos análises reflexivas objetivando, ao fim do processo, consolidar um conjunto de conhecimentos passíveis de testes,

---

<sup>56</sup> Termo cunhado por Elias (1998b) que tem em seu oposto o termo *distanciamento* (ou *alienação* em uma das traduções para o português). Situados em pólos opostos os termos são utilizados pelo autor para classificar as diferentes posturas que são assumidas pelos seres humanos frente aos acontecimentos do mundo – e também como pesquisador frente ao objeto de estudo – e indicam o grau de envolvimento emocional, político e ideológico. Também são utilizados para classificar os elevados níveis de compreensão e síntese exigidos para que os indivíduos consigam perceber a si mesmos à distância, afastados, ou seja, consigam se perceber como sujeitos que têm a capacidade de observarem a si mesmo exteriormente, como um objeto da análise.

generalizações ou de verificações que os tornem mais aceitáveis, mais congruentes e fiéis à realidade, não podemos carregar em nossas consciências aquilo que em contato com a realidade pode vir a se tornar um fardo, e bastante pesado em alguns casos.

A fim de evitar análises desse tipo, o autor sugere um questionamento que deveria ser feito pelo pesquisador a si mesmo antes mesmo de tomar em mãos seu objeto de investigação e antes de adentrar ao campo científico. Segundo ele devemos nos perguntar até que ponto já não sabemos antecipadamente aquilo que nos atiramos a pesquisar e até que ponto não construímos nossas pesquisas objetivando demonstrar justamente aquilo que desejávamos comprovar. Este seria um tipo de questionamento imprescindível quando se parte para uma investigação científica fundamentando-se na teoria configuracional (ELIAS, 1980).

De certa forma, o autor Mascarenhas se utiliza do seu posicionamento ideológico para, após tecidas as análises e reflexões acerca da nossa sociedade e do modelo de lazer hegemônico que nela é produzido – o “mercolazer” -, apontar como deveria ser a sociedade e o lazer. Tendo confirmado sua hipótese de que o lazer moderno é uma mercadoria produzida no seio das relações dominantes do sistema capitalista de produção e que, dessa forma, contribui para a própria reprodução desse sistema, o autor proclama a necessidade de buscarmos formas alternativas de lazer, formas que privilegiam outros valores que não aqueles propalados por este sistema.

De modo exemplificativo podemos simplificar o raciocínio da seguinte maneira: se o sistema capitalista de produção não é desejado; se o lazer moderno é fruto desse sistema; e se da forma como hoje o reconhecemos ele coopera para sua manutenção; então devemos logo criar e desenvolver formas alternativas de apropriação do tempo livre, formas que não compactuem com este modelo de sociedade nem o reproduzam, formas que possibilitem e contribuam para a transformação da sociedade na qual vivemos.

Poderíamos afirmar que há em sua obra uma idealização de um modelo de sociedade e, correspondentemente, de formas de lazer compatíveis com esse modelo. Existem momentos em que fica transparente a polaridade com a qual o autor interpreta o lazer e a sociedade que o produz: têm-se, de um lado da balança, a sociedade moderna e sua respectiva forma dominante de ocupação do tempo livre, o “mercolazer”, possuidor de todos os aspectos e características negativas



emanantes do sistema capitalista de produção, e do outro, uma “nova sociedade”, com formas qualitativamente superiores de vivência e experimentação do tempo livre. Assim, da mesma maneira em que determina idealisticamente como não deveria ser a sociedade, proferi como não deveriam ser as formas de lazer.

E embora, a nosso ver, do ponto de vista ideológico, não deixe de ser uma reclamação extremamente justa, pertinente e necessária, do ponto de vista científico, para a sociologia configuracional, esse tipo de reclamação e desejo por mudança pode somente comprometer o desenvolvimento da pesquisa.

Muito embora a determinação de um modelo ideal de sociedade seja feito abertamente e avaliado positivamente pelo autor, e apesar dessa idealização estar coerentemente e muito bem construída sobre os pilares deixados pelos marxistas – como bem avalia Peixoto (2008) em sua análise sobre a produção de Mascarenhas –, não podemos deixar de tentar formular uma possibilidade de crítica sobre esse posicionamento, elaborada a partir dos apontamentos teóricos que embasam essa dissertação.

Elias (1998b) considera extremamente arriscado determinar idealisticamente como as coisas devem ou não ser. Segundo o autor, se essa determinação é feita, a análise puramente científica, aquela construída somente a partir de investigações teórico-empíricas, acabar perdendo espaço para crenças e desejos pessoais.

E é justamente aí onde residiria o perigo. De acordo com ele, não há como garantir que essas crenças, opiniões e desejos pessoais sejam efetivamente os “melhores” para a sociedade, ou que as propostas de mudanças sugeridas com base nesses anseios pessoais provoquem, na realidade concreta, transformações na direção esperada e não em outra. A difusão de crenças e ideologias pode trazer, de acordo com suas análises, conseqüências terríveis e lamentáveis para a humanidade.

A idéia de que é possível provocar grandes mudanças sociais em uma direção almejada é visto com desconfiança por Elias. As investigações teóricas por ele guiadas chegaram a conclusões nada agradáveis a esse respeito: a de que as configurações sociais não são produzidas nem controladas por ações individuais deliberadamente planejadas e racionalmente pensadas, mas por forças avassaladoras de processos sociais que são produzidos pelo entrelaçamento de muitas ações individuais; e essas ações que produzem uma determinada configuração social, por sua vez, são tomadas por indivíduos presos a configurações

sociais anteriores que também não haviam sido produzidas de forma intencional e planejada. Ou seja, os indivíduos são impelidos a tomar decisões individuais a partir de circunstâncias sociais que eles, nem ninguém, planejaram. Decisões que, no entrelaçar com outras decisões também individuais, nortearão as mudanças nos padrões sociais num determinado sentido – não necessariamente no mesmo sentido apontado por cada uma das ações individuais.

E apesar de existir uma margem para escolha individual, essas decisões estão limitadas, circunscritas, à forma como as relações de poder estão distribuídas ao longo das redes de interdependência. A confluência dessas muitas tomadas de decisões individuais pode provocar, em maior ou menor grau, um novo redimensionamento das redes de interdependência e uma redistribuição das relações de poder ao longo da teia, gerando quase que despreziosamente uma configuração social não planejada:

*planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isolados, pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem sui generis, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõe. (ELIAS, 1993, p. 194, grifos do autor)*

Essa seria, portanto, a grande dificuldade de se objetivar grandes mudanças sociais num sentido pré-determinado.

Com isso, finalizamos esse primeiro tópico acerca do pensamento do autor Fernando Mascarenhas sobre o lazer. Deixaremos de lado essa questão relativa à crítica dirigida por Elias ao envolvimento emocional do pesquisador durante o processo de produção científica – ela será retomada nas considerações finais deste estudo – para tentar traçar um debate relacionando o lazer mercadológico e a busca das emoções. Antes disso, precisamos regressar à exposição do pensamento do autor Mascarenhas (2005).

#### **4.2.1 Vende-se tensão-excitação agradável**

Mascarenhas (2005) aponta que, embora o comércio de bens e serviços no âmbito do lazer exista há tempos, a afirmação do “mercolazer” como uma forma

dominante – o que o autor chama de “explosão divertida” – intensifica-se nos centros dinâmicos do capitalismo destacadamente a partir da década de 1970, com a multiplicação dos *shoppings* e dos parques temáticos. De acordo com a tese defendida pelo autor, seguindo a lógica da globalização, tal processo marca sua chegada ao Brasil, considerado periferia no sistema mundial, na década de 1990.

Emblemáticos nesse processo, os *shoppings* representam hoje, a seu ver, um papel decisivo no mercado, misturando diversão e consumo, ou melhor, agregando diversão e prazer ao que seria basicamente apenas um ato de compra, e criam uma nova modalidade de consumo, pelo autor nomeado por “compra divertida”.

De acordo com sua interpretação, inscritos nesta lógica capitalista e lutando por sobrevivência frente a concorrência acirrada, aqueles que se vêm envolvidos na esfera do lazer, de pequenas fábricas às grandes corporações internacionais, fundem, mesclam, readaptam ou agrupam as diversas formas e equipamentos de lazer, procurando reunir num mesmo lugar múltiplos atrativos capazes de seduzir e atrair o consumidor, também aproveitando a ocasião e o espaço para oferecer-lhe tudo o que for possível. Enfim, flexibilizam seu campo de atuação e suas formas de arrecadação. Assim, de acordo com seu entendimento, surgem “formatos híbridos” com misturas variadas e diversas possibilidades de combinação: a danceteria e o cinema são levados para dentro do *shopping*, o museu ganha lojas, o *show* musical se transforma numa grande feira, o *shopping* funde-se com o parque temático, este último aloca espetáculos circenses, etc.

Outro fator negativo apontado pelo autor, referindo-se às novas práticas de lazer produzidas mais recentemente, é o modo como estas práticas estão submetidas à busca imediata por prazer. Com isso, diz ele, as escolhas nos momentos de lazer são determinadas, muitas vezes, pela quantidade de adrenalina, pela intensidade do prazer, do êxtase que a atividade oferece. Assim, o consumidor:

como normalmente dispõe de um tempo livre muito curto, quer logo saber o quanto de prazer instantâneo pode adquirir com o dinheiro que dispõe. Todos seus sentidos físicos e intelectuais são aí alienados e substituídos pelo simples sentido do ter. Toda e qualquer possibilidade de ser mais humano, de desenvolver suas capacidades físicas e intelectuais, de exercitar sua criatividade e a riqueza de sua sensibilidade subjetiva que corresponde ao caráter genuinamente humano dos sentidos é afastada (MASCARENHAS, 2005, p. 203).

De que o lazer tal como hoje o reconhecemos adquiriu predominantemente a aparência de uma mercadoria e o formato de um produto comercial que é planejado, produzido e distribuído para ser comprado e consumido, e que visa prover, ao fim do ciclo produtivo, um vantajoso lucro aos proprietários dos meios de produção, não temos mais dúvidas. Aliás, como bem ressaltamos, a tese defendida por Mascarenhas (2005) deixa-nos seguramente tranquilos quanto a esta posição, tal é a consistência dos argumentos e dados empíricos apresentados.

Resta-nos, entretanto, tentar debater a explicação de como e por que o lazer se afigura de forma predominantemente mercadológica nas sociedades industriais avançadas.

Sabe-se que é consequência natural de qualquer escolha teórico-metodológica que algumas questões recebam mais atenção e sejam alvos diretos da investigação, enquanto outras sejam pouco debatidas ou então nem sejam contempladas, afinal, uma lente teórico-metodológica é ajustada para tornar mais nítida o objeto de estudo a partir de certo ângulo de análise e não de outro, podendo impossibilitar ou dificultar a focalização do objeto sob outra perspectiva. Assim, ao tempo em que a análise realizada pelo autor possibilita reflexões interessantíssimas a partir de uma percepção econômica do fenômeno – o que se justifica pelas suas escolhas teórico-metodológicas – também, naturalmente, deixa outras possibilidades reflexivas em aberto.

Como não é o objetivo do autor investigar o fenômeno com o intuito de revelar o porquê das atividades de lazer, principalmente aquelas que proporcionam elevadas alterações nos níveis emocionais, serem constantemente procuradas (e consumidas como mercadoria), compreendemos que uma incursão às proposições teóricas de Elias e Dunning (1992) poderia trazer contribuições ao debate. Ao colocar as emoções no centro da investigação do fenômeno lazer, a abordagem configuracional proposta por eles desloca o foco de análise do lazer para outro ângulo, construindo outras possibilidades interpretativas. Como então poderíamos tentar refletirmos sobre o “mercolazer” a partir desse ângulo?

Antes de refletirmos sobre essa questão é necessário, primeiramente, que seja discutida o modo como a teoria configuracional compreende a influência da esfera econômica.

De acordo com essa abordagem, nas pesquisas em que a esfera econômica é interpretada como esfera não só dominante mas determinante das ações e

condutas humanas, o capitalismo parece ser compreendido como uma entidade supra-humana, dotada de leis e vontades próprias, que impõe um modo de vida aos indivíduos e que, aparentemente, funciona independentemente deles. Ou seja, nesses tipos de pesquisas é creditado ao capitalismo um suposto elevado grau de autonomia e independência sobre as demais esferas que também dão vida e forma às associações humanas.

O ângulo de análise configuracional não exclui totalmente a influência da esfera econômica, mas a minimiza bastante. Para essa teoria, foi a longa e extensa rede de relações de poder que produziram em um determinado momento da história humana – e que hoje mantêm em funcionamento – um sistema econômico engrenado pelo princípio de acumulação capitalista; e foram também estas mesmas redes de relações que a muito longo prazo vieram moldando as condições existenciais humanas e os modos dos indivíduos relacionarem-se entre si, de tal forma que possibilitaram o surgimento de mecanismos criados, nem sempre intencionalmente, por estes mesmos indivíduos para atenderem a suas necessidades – inatas ou socialmente criadas – de obtenção de prazer.

Dessa forma, dentro de uma concepção teórica que prefere não enxergar a sociedade repartida em esferas, o lazer é concebido como fruto das redes de relações humanas, as quais estão submetidas, até certo ponto, ao sistema econômico, mas não são exclusivamente determinadas por ele. Por esse ângulo de análise, por exemplo, a procura imediata pelo prazer intenso, a busca instantânea e descomedida pela excitação e a procura incessante por alterações nos estados emocionais jamais serão observados como uma consequência negativa do sistema econômico, mas sim, antes de tudo, como real necessidade humana – seja ela instintiva, criada por condições sociais específicas ou, na maioria dos casos, já que o autor não vê com bons olhos repartições rígidas e estáticas entre natureza e cultura, uma mistura das duas.

Sob a ótica configuracional, portanto, o indivíduo seria impelido a orientar-se para certos tipos de condutas e comportamentos não devido às características e necessidades construídas pelo sistema capitalista, mas por causa da intensa e complexa rede de interdependência e poder a que estaria submetido, ou pela incorporação de um habitus social transferido há longa data de geração para geração. Dessa maneira, não se poderia compreender que as formas dominantes de lazer só existem em função do sistema econômico vigente – como requisito para

sua manutenção ou apenas como subproduto da sua expansão – ou então, que as necessidades de se procurar estas formas dominantes de lazer foram criadas a partir de ações deliberadamente planejadas e intencionalmente executadas por indivíduos isolados.

Entendemos que para a teoria configuracional o lazer deve ser percebido como fruto histórico não intencional de ações humanas, como consequência de um longo processo social não planejado por indivíduos ou grupos sociais isolados. E, nesse contexto, se hoje um grupo minoritário dominante se aproveita das condições de poder que lhes são favoráveis para explorar economicamente a seu benefício a ocupação do tempo livre dos outros, seria porque há uma distribuição desigual das relações de poder entre indivíduos. Uma distribuição que, ao longo da história humana, sempre existiu, não sendo singularidade desse ou daquele sistema produtivo ou governamental.

Mas, não é somente a detenção dos recursos econômicos, políticos e intelectuais que possibilitaram a um determinado grupo produzir objetivamente – pelo meio da criação, recriação e invenção – tantas formas de ocupação do tempo livre como as que visualizamos em nosso cotidiano, a maioria delas evidentemente produzidas em troca de algum retorno financeiro, como bem torna explícita a elucidação de Mascarenhas (2005). A viabilidade dessas criações depende da existência de indivíduos dispostos a experimentar e vivenciar tais formas de lazer, o que, em nossa sociedade indiscutivelmente ocorre. E só ocorre porque, numa interpretação configuracional, houve modificações específicas no modo como os seres humanos se comportaram e se relacionaram entre si, e não somente porque o princípio de acumulação capitalista ganhou força e tornou-se o mecanismo fundamental das trocas materiais.

Dessa forma, o estabelecimento de formas majoritariamente comerciais de apropriação do tempo de lazer, o “mercolazer” como nos fala Mascarenhas (2005), poderia ser pensado (a partir de uma lente configuracional) não só como uma consequência decorrente das recentes transformações no sistema capitalista de produção, mas como algo intimamente relacionado a uma necessidade humana de busca de prazer. Necessidade esta que tomou forma muito específica nas sociedades industriais avançadas ao mesmo tempo em que se tornou passível de ser atendida por meio de trocas materiais.

Sob essa mesma linha reflexiva, muitas seriam as condições e variáveis que contribuíram para o estabelecimento das formas dominantes de apropriação do tempo de lazer vislumbradas nas sociedades contemporâneas. Muitas delas foram mencionadas no segundo capítulo do presente estudo como: a extrema rotinização das condutas humanas; a redução das transições súbitas e intensas entre os estados emocionais, com a respectiva autoregulação desses em níveis intermediários; a coerção social para a manutenção de certos padrões comportamentais; o elevado grau de autocontrole dos indivíduos; o aumento da previsibilidade das condutas, das ações e reações humanas; o aumento do controle humano sobre os fenômenos físicos não humanos; entre outros.

Esses seriam alguns exemplos de condições sociais e psicológicas que teriam, na sociedade contemporânea, contribuído para que o ser humano procure, a todo momento e a todo custo, alguma forma de satisfazer suas necessidades de renovação emocional e busca do prazer.

Em linhas gerais, de acordo com essa possibilidade interpretativa, a busca humana pelo prazer, existente em todas as sociedades humanas, teria encontrado nas configurações sociais avançadas, as quais são, na maioria, dominadas pelo sistema de troca e produção capitalista, condições específicas para sua produção/satisfação. Ou seja, teria encontrado uma sociedade formada simultaneamente por indivíduos dispostos a buscar um tipo específico de prazer (propiciado por estimulações agradáveis das emoções) e por outros a lucrar (explorar) materialmente com esta disposição.

Assim, a consagração do “mercolazer” como opção dominante dos tempos de lazer poderia ser pensada como conseqüência, além das reestruturações e transformações provocadas pela mais recente crise do sistema capitalista, de uma lenta série de mudanças nos padrões das condutas e das relações sociais, as quais culminaram com a composição de um determinado formato de configuração social no qual a busca de tipos específicos de prazer tornou-se comercializável, intensamente valorizada, e, dada a extrema rotinização, coerção social e autoregulação das condutas, realmente necessária ao bem estar.

Algo que tem que ser levado em conta quando tentamos refletir sobre o “mercolazer” a partir de um viés configuracional é que o livro *The Quest of Excitement* de Elias e Dunning foi publicado originalmente em 1985, sendo que os dois primeiros capítulos da obra são revisões de artigos escritos respectivamente em

1969 e 1972, enquanto as reestruturações e transformações provocadas pela “mais recente crise” do sistema capitalista iriam alcançar o seu apogeu, segundo a tese defendida por Mascarenhas (2005), algumas décadas mais tarde. Ou seja, entre a realidade a partir da qual Elias e Dunning produziram suas observações, no começo da década de 1970, e a realidade que sofreu influências das transformações na dinâmica capitalista investigada por Mascarenhas (2005) há certa defasagem temporal. Nesse sentido, é seguro afirmar que Elias e Dunning não assistiram à proliferação dos *shoppings* e parques temáticos a tempo de incluí-los em suas formulações teóricas. Tanto é verdade que essas palavras nem aparecem em seus textos.

Notamos com isso, por um lado, que a explicação sociológica formulada pelos autores permanece bastante atual. Os subsídios teóricos fornecidos à época nos permitem interpretar a explosão de formas variadas de ocupação do tempo livre verificadas hoje. Com base nas suas reflexões conseguimos perceber que o crescimento do turismo, dos esportes de aventura e a multiplicação dos *shopping* e parques, por exemplo, obedece não só a lei de mercado imposta pelo capital, mas, hiperbolicamente falando, à lei da exigência de renovação emocional de indivíduos numa sociedade cada vez mais rotinizada e regulada.

Por outro lado, encontramos algumas dificuldades em tentar refletir sobre a consagração de certos tipos de lazer dominantes na virada do século XXI, como o caso dos *shoppings*. Faltaram em suas análises elucidações satisfatórias que nos subsidiassem a compreensão do porque de um simples ato de compra ter se transformado em algo supostamente divertido, prazeroso. A ida ao shopping, portanto, para ser devidamente interpretada a partir da teoria configuracional, precisaria ser mais bem investigada. Como esse não é o objetivo desse estudo, fica apenas a sugestão.

Após termos ilustrado o modo como o autor Fernando Mascarenhas compreende e interpreta o fenômeno lazer, passaremos agora para a construção de um diálogo sobre propostas político-pedagógica para atuação dentro da esfera do lazer. Começaremos com a proposta elaborada pelo pesquisador Fernando Mascarenhas. Em seguida, passaremos a explorar as proposições do autor Victor Andrade de Melo, autor que será o destaque no próximo tópico.



### 4.3 A EDUCAÇÃO PARA E PELO LAZER

No Brasil, a associação entre lazer e educação pode ser localizada, segundo estudos de Marcassa (2002) e Gomes (2003), já nas primeiras décadas do século XX. Entretanto, é somente a partir da década de 1970, quando o lazer começa efetivamente a se concretizar como um campo de estudos capaz de reunir em torno de si um grupo crescente de profissionais e estudiosos dispostos a discutir e aprofundar os conhecimentos sobre a temática, que se ampliaram as tentativas de aproximação entre o campo do lazer e o campo da educação (ALVES; RESENDE, 2005).

A partir de então, os estudos articulando lazer e educação ganharam ênfase. Hoje é muito freqüente encontrarmos na produção científica voltada ao campo de estudos do lazer a expressão “*educação para e pelo lazer*”, assim como propostas de intervenções pedagógicas partindo da compreensão do “*lazer como veículo e objeto de educação*”. Inicialmente apresentada por Requixa (1980), a proposição do “*duplo aspecto educativo do lazer*” continuou a ser discutida por pesquisadores de considerável influência no âmbito nacional<sup>57</sup>, como Marcellino (1987) e Camargo (1998).

Na produção científica dos autores selecionados para este estudo também encontramos pesquisas envolvendo a relação entre lazer e educação. Discutir o pensamento desses autores no que diz respeito a essa relação é, precisamente, o objetivo desse capítulo.

Ao analisar a produção teórica desses autores, verificamos três preocupações distintas em termos de direcionamento investigativo. O pesquisador Fernando Mascarenhas procura desenvolver uma metodologia para intervenções pedagógicas no âmbito do lazer com fins educativos e sociais, ou seja, uma proposta inserida dentro da idéia de *educação pelo lazer*. O autor Victor Andrade de Melo centraliza o debate em torno de uma proposta de intervenção voltada principalmente para uma *educação para o lazer*. Já Christianne Luce Gomes não se preocupa em desenvolver uma proposta de intervenção como Melo e Mascarenhas o fazem. Além

---

<sup>57</sup> Gomes, Alves e Resende (2005) realizaram um levantamento sobre as obras publicadas reunindo lazer e educação a partir da década de 1980 e destacam as seguintes produções: Educação e lazer, a aprendizagem permanente (ROLIM, 1989); Lazer e educação (MARCELLINO, 1987); Pedagogia da animação (MARCELLINO, 1990); Educação para o lazer (CAMARGO, 1998); Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas (WERNECK, 2000); e Lazer como prática de liberdade (MASCARENHAS, 2003).

de revisões teóricas e conceituais acerca do tema, a autora priorizou o desenvolvimento de pesquisas de caráter histórico, nas quais procurou compreender como se estabeleceu política, social e historicamente a relação entre lazer e educação.

Entendendo que uma parcela fundamental dos estudos de Gomes relacionada ao tema lazer-educação já foi explorada em outro momento dessa dissertação (no tópico 4.1 Sobre Lazer e Recreação<sup>58</sup>), optamos por privilegiar, ao longo desse capítulo, as idéias dos outros autores selecionados, principalmente de Victor Andrade de Melo. Na primeira subdivisão desse tópico (4.3.1 O lazer como prática de liberdade) exploramos um pouco do conhecimento produzido por Mascarenhas, enquanto na segunda (4.3.2 Lazer, educação estética e animação cultural) dialogamos com o pensamento de Melo.

#### **4.3.1 O lazer como prática de liberdade**

O tema central a ser apresentado nesse tópico é a proposta de intervenção pedagógica elaborada pelo autor Fernando Mascarenhas publicada sob a forma de livro em 2003. O livro que traz à capa o título *Lazer como prática de liberdade: uma proposta educativa para a juventude* é fruto quase que integralmente da pesquisa que resultou da sua dissertação de mestrado intitulada *Lazer e grupos sociais: concepções e método*, defendida no ano de 2000.

Em Mascarenhas (2000; 2003), o reconhecimento inicial do lazer como possibilidade de intervenção e de transformação social – premissa básica e insubstituível à construção da proposta de atuação no campo do lazer por ele sugerida – deriva de uma concepção teórica de lazer apurada em Marcellino (1987).

Há nos escritos produzidos por Mascarenhas (2003), citações de passagens extraídas da obra de Marcellino (1987) nas quais este último busca enfatizar seu ponto de vista em relação à importância da atuação pedagógica no âmbito do lazer.

---

<sup>58</sup> Cabe ressaltar que no conjunto da produção teórica de Christianne Luce Gomes destacam-se ao menos três obras onde são discutidas questões envolvendo a relação lazer-educação: os livros *Lazer, Lúdico e Educação* (GOMES, ALVES, RESENDE, 2003) e *Trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas* (WERNECK, 2000), e a sua tese de doutorado *Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)* (GOMES, 2003).

Em uma dessas passagens, Marcellino (1987, p. 42, citado por MASCARENHAS, 2003, p. 20) afirma que considera o lazer como “um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural” e, em outra, aponta o lazer “como um dos possíveis canais de atuação no plano cultural, tendo em vista contribuir para uma nova ordem moral e intelectual, favorecedora de mudanças no plano social” (MARCELLINO, 1987, p. 63, citado por MASCARENHAS, 2003, p. 20).

Embora Mascarenhas (2005, p. 271-272) não pactue com a proposta de animação sociocultural elaborada por Marcellino (1994; 1996b), a qual, segundo ele, segue a influência do “modelo de desenvolvimento comunitário”<sup>59</sup>, com um tipo de “ação politicamente esvaziada”, incapaz de promover melhorias efetivas nas estruturas de poder em favor do povo e nas condições de vida do trabalhador, o autor endossa, em certos momentos, as proposições teóricas do autor criticado, seguindo alguns de seus apontamentos. Mascarenhas acredita, igualmente, que uma intervenção consciente na esfera do lazer pode transformar não apenas aqueles sujeitos que são alvos diretos da intervenção, mas, numa esfera mais ampla, todo o mundo que está a sua volta, levando à construção de uma nova sociedade, mais justa, digna e democrática.

Inspirado na pedagogia do oprimido e nas propostas de educação popular defendidas por Paulo Freire, Mascarenhas (2003) desenha uma proposta metodológica de intervenção educativa e social no âmbito do lazer direcionada a um público-alvo bem específico: grupos e minorais sociais. O objetivo fundamental de sua proposta é fornecer, por meio de uma prática lúdica e educativa, os meios e condições para que esses grupos e minorias sociais sujeitos da intervenção possam compreender melhor a realidade em que vivem e interagir com ela de forma crítica e reflexiva.

Em linhas gerais, tal proposta se destina, segundo seu criador, a possibilitar ao homem a conquista de sua emancipação. Ela deve favorecer “à aquisição e o desenvolvimento de certas habilidades, hábitos, valores, atitudes e conhecimentos –

---

<sup>59</sup> Mascarenhas (2005, p. 271) faz o seguinte comentário: “Muito embora se perceba em N. Marcellino uma postura que o distancia das chamadas abordagens *funcionalistas* de lazer que se expressam pela *ação comunitária*, defendendo o lazer como um dos campos possíveis de contra-hegemonia (MARCELLINO, 1987) e desenvolvendo uma concepção educativa baseada no componente lúdico do lazer, denominando-a *pedagogia da animação* (MARCELLINO, 1997), nos escritos mencionados (MARCELLINO, 1994; 1996b), acaba se reaproximando de Requiza (1973), não conseguindo traduzir para sua proposta de *animação sócio-cultural*”.

isto é, conteúdos – necessários à formação individual e coletiva dos sujeitos que compõem um determinado grupo” (MASCARENHAS, 2000, p. 49). Com isso, tal intervenção objetiva situar o indivíduo:

em seu estar no e com o mundo, possibilitando-lhe a apropriação e o desenvolvimento de determinadas habilidades e valores necessários à sua autodeterminação como indivíduo coletivo, mediante a tematização e reflexão sobre os diversificados conteúdos do lazer e das condições de sua própria existência histórica (MASCARENHAS, 2003, p. 29)

Para Mascarenhas o lazer é vislumbrado como um “instrumento concreto de aproximação e transformação da realidade” (2003, p. 33). O autor declara:

Dentro de uma perspectiva crítica e de emancipação dos grupos populares, o lazer pode ser entendido também como tempo e espaço para o exercício da cidadania e prática da liberdade. Acreditamos ser possível considerá-lo como força de reorganização da vida social, colaborando para a construção de novas normas, valores de convívio e para o questionamento da ordem vigente (MASCARENHAS, 2000, p. 17).

Tendo refletido sobre as possibilidades de intervenção pedagógica utilizando o lazer, Mascarenhas parte para a elaboração de uma proposta de intervenção social. Então, teoriza um plano metodológico para a implementação de sua proposta de intervenção voltada aos grupos e minorias sociais.

Podemos resumir o plano metodológico esboçado pelo autor conforme as linhas a seguir. Primeiramente, os educadores (animadores, agentes, mediadores, etc.) devem procurar se aproximar do grupo social objetivando reconhecer efetivamente a realidade em que estão inseridos e suas verdadeiras condições de vida, bem como, investigar “as ações que compõe o seu cotidiano e o nível de consciência que estas expressam” (MASCARENHAS, 2003, p. 35). Esse primeiro passo é o que o autor chama de “ação diagnóstica”.

Levantadas as condições de existência desses grupos, devem ser eleitos temas e problemáticas – o “tema gerador” – que polemizem situações comuns, cotidianas, desses grupos. Posteriormente à definição do “tema gerador”, deve ser elaborado um conjunto de perguntas e respostas – que o autor chama de “rede temática” – relacionando o que é específico, particular, das atividades de lazer com aquilo que se refere a problemas estruturais mais amplos, que envolvem diretamente os sujeitos da intervenção e afetam sua realidade social. É nesse momento que se inserem as atividades de lazer. Estas são como uma espécie de

canal facilitador que possibilita a articulação da rede temática com a intervenção propriamente dita.

Compreendendo que as contradições e problemas que aparecem nos momentos de lazer “guardam correspondência direta e dialética com as contradições e problemas igualmente presentes no âmbito das demais práticas sociais e concretas de sua realidade” (MASCARENHAS, 2003, p. 37), o autor entende que por meio de uma atuação prática bem pensada, com atividades planejadas e contextualizadas, tendo em vista não somente a simples diversão, mas o atendimento às exigências concretas dos grupos, é possível construir uma intervenção que resulte em melhorias efetivas das condições de vida dos sujeitos envolvidos. O autor afirma:

O lazer se manifesta, assim, como fonte de tensão e desequilíbrio. À medida que se desenvolvem as atividades – isto é, na medida em que se joga, dança, representa, passeia, etc. –, os componentes do grupo interrogam o tema e a si mesmos. Seu modo de agir, atitudes, valores e preferências perante uma dada atividade passam a ser questionados. Nesta perspectiva, aceitam-se e fazem-se sujeitos (MASCARENHAS, 2003, p. 39).

As atividades de lazer a serem desenvolvidas com a intenção de explorar o “tema gerador” devem propiciar a eclosão de situações-problemas que só podem ser transpostas pelos sujeitos a partir do momento em que o grupo passa a enxergar e a sentir a necessidade de ultrapassar os obstáculos impostos por aquela situação, transformando-a.

Mas, depois de encerradas as atividades de um trabalho educativo no âmbito do lazer, quais seriam finalmente as conseqüências dessa atuação para o indivíduo e para seu próprio grupo?

Embora isso não fique exatamente claro, entendemos que, na visão do autor, a aprendizagem propiciada no desenrolar das intervenções transcenderia os limites da própria atividade, e o sujeito, após ter superado as dificuldades inicialmente impostas no âmbito do lazer, transportaria aquela experiência significativa também para sua própria realidade contextual, passando a pensar e refletir sobre ela. E a partir daí, o sujeito já não seria mais o mesmo. Teria se transformado num ser um pouco mais consciente e crítico, capacitado a questionar a sua realidade e a refletir melhor sobre as dificuldades que se erguem ao seu redor.

Se, do ponto de vista teórico, a principal matriz utilizada por Mascarenhas para a edificação do seu trabalho provém dos estudos de Paulo Freire, do ponto de vista prático o autor se fundamenta essencialmente numa experiência de intervenção com meninos e meninas de rua por ele coordenada: o Projeto Agente<sup>60</sup>.

Entendemos que, ao mesmo tempo em que tal projeto fornece o subsídio prático em termos de intervenção para a construção metodológica da proposta “Lazer como prática de liberdade” elaborada por Mascarenhas, também se traduz como uma experiência laboratorial, como um campo de testes, no qual teriam sido aplicados os conhecimentos fornecidos pelo seu arcabouço teórico-metodológico. Por conseguinte, a avaliação dos resultados do programa resulta paralela e simultaneamente numa avaliação do seu próprio método pedagógico. Aqui reside nosso interesse. Na conclusão de seu estudo Mascarenhas assegura:

Dentro de uma perspectiva crítica e de emancipação dos grupos populares, para nós, ficou entendido ainda que o lazer pode se percebido também como um tempo e espaço para o exercício da cidadania e prática da liberdade. Ficou *evidente seu potencial transformador* na reorganização da vida social, colaborando para a *construção de novas normas e valores de convívio* entre as pessoas, questionando a ordem e o modo de organização vigente. Portanto, passamos a *acreditar* que a reflexão elaborada na e a partir da vivência das atividades e conteúdos do lazer pode garantir a apropriação, pelo grupo envolvido nesta intervenção, de um saber correspondente às suas experiências e reais necessidades, destacando que este último, trata-se na verdade, de um “saber-instrumento”, meio para que este mesmo grupo possa fortalecer sua participação na formulação e encaminhamento de propostas para a modificação de suas atuais condições de existência (MASCARENHAS, 2000, p. 110, grifos nossos).

Embora Mascarenhas tenha dito que ficou evidente o potencial transformador do lazer no âmbito daquela experiência pedagógica, não conseguimos colher, em sua obra, material empírico suficiente que dê base a esta afirmação. Não ficou suficientemente claro, por exemplo, a partir de nossa leitura, como as atividades de lazer colaboraram para a construção de “novas normas e valores de convívio entre as pessoas”, ou então, quais foram estas novas normas e valores construídas.

Relendo algumas citações apresentadas anteriormente, outras questões sem respostas explícitas no livro poderiam ser levantadas: o que vem a ser e como se dá essa reorganização social? Qual é o saber que corresponde às reais experiências e necessidades dos indivíduos? Quais são as propostas formuladas e encaminhadas

---

<sup>60</sup> Atuando desde 1997 através de uma parceria entre a Universidade Federal de Goiás e a Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário, o projeto intervém junto a unidades de proteção à infância e à adolescência da cidade de Goiânia.

pelos sujeitos para a modificação de suas atuais condições de existência? Como uma atividade de lazer torna o sujeito mais crítico e consciente? Quais são as habilidades, hábitos, valores, atitudes e conhecimentos a serem apropriados por meio de uma experiência no âmbito do lazer?

Entendemos que se o autor foi levado a realizar tais afirmações é porque, com certeza, ele conseguiu perceber e sentir, com ou sem um método científico orientado para esse tipo de observação, que existiram certas mudanças na conduta daqueles meninos e meninas ou no modo como eles se relacionam entre si. No entanto, como não são fornecidos subsídios teóricos que demonstrem como alguns desses processos de mudanças/transformações ocorrem, muito daquilo que o autor conseguiu captar como positivo na experiência prática dessa proposta de intervenção não fica, a nosso ver, satisfatoriamente transcrito em seu livro. Com isso, abre-se uma lacuna para alguns questionamentos, não quanto à validade e qualidade do projeto em si, mas com relação aos resultados apresentados.

Acreditamos, sinceramente, que a intervenção pedagógica coordenada por Mascarenhas por meio do projeto Agente – uma proposta, diga-se de passagem, digna de louvores – tem alcançado resultados positivos. Acreditamos também que tem sido uma experiência significativa para aqueles meninos e meninas de rua, e que, de alguma forma, tem contribuído para a vida daqueles jovens e crianças que são violentados dia após dia pela injusta realidade que os cerca. Entretanto, e aqui temos que ter muita cautela, o nosso “acreditar” – assim como o de Mascarenhas ou de qualquer outro pesquisador – não tem absolutamente nenhuma validade científica.

Por isso, pensamos que talvez seja importante, como será verificado adiante, que os resultados de nossas pesquisas sejam reforçadas por métodos científicos que tornem o que “acreditamos” em algo o mais transparente possível.

No capítulo dedicado à avaliação dos resultados alcançados com o projeto Agente Mascarenhas (2003) certifica:

Quanto ao fortalecimento da organização coletiva, não são muitos os indícios que nos permitem afirmar que obtivemos grandes avanços. Mas uma coisa é certa: a incorporação de novos conhecimentos, valores e atitudes têm alterado substancialmente o comportamento dessas crianças e adolescentes, alterações que por sua vez vêm proporcionando a *construção de também novas relações de convívio* em sua constante passagem pelas unidades de atendimento e de sobrevivência em seu cotidiano no espaço da rua. São mudanças que podem ser percebidas

através das respostas que estão dando no imediato e mediato de sua experiência social, diante das condições que encontram no cenário de situações confusas, complexas e violentas que experimentam em qualquer tempo e lugar. Desse modo, não hesitamos em falar que algumas transformações, apesar de muito sutis, vêm acontecendo, como por exemplo a *consolidação das formas de solidariedade* vivenciadas no interior do grupo e o entendimento da própria problemática de sua vida na rua com a *conseqüente implementação de novas formas de reivindicação, luta e resistência* (MASCARENHAS, 2003, p. 99, grifos nossos).

Embora o autor deixe indicado que as observações e as discussões internas do grupo acompanhadas de pareceres, relatórios e depoimentos por parte dos órgãos e instituições envolvidos no projeto, o faz “acreditar na importância e qualidade social da metodologia de trabalho implementada” (MASCARENHAS, 2003, p. 100), ainda assim na fica tão transparente, aos olhos do leitor, o resultado do trabalho desenvolvido.

Não há, por exemplo, fatos indicando a “consolidação de formas de solidariedade” e não há nenhuma descrição das “novas formas de reivindicação, luta e resistência” implementadas, nem das “novas posturas e comportamentos” dos sujeitos envolvidos. Resta-nos, assim, aceitar o que o autor afirmou mais pela confiança depositada na sua percepção como pesquisador do que pelas provas empíricas apresentadas.

Sobre a certeza de apreensão de certos tipos de comportamentos por meio das atividades de lazer, podemos traçar uma relação com o esporte. Em um estudo sobre o lazer dos presidiários, Melo afirmou:

não há estudos significativos que comprovem de forma clara que o envolvimento com o esporte significa diretamente o respeito a regras ou a diminuição do individualismo. [...] o fato de aceitar as regras do esporte [...] não significa que isso será reproduzido em outros momentos da vida (2003b, p. 157).

Da mesma forma em que ainda não está consubstanciada a relação entre a prática esportiva e os valores que ela supostamente transmite – como indicou Melo – também não está suficientemente claro, a nosso ver, a maneira como se estabelece a relação entre as experiências vivenciadas no âmbito do lazer e a apropriação de determinadas normas, valores, comportamentos, etc.

Portanto, entendemos que seria importante o desenvolvimento no âmbito dos estudos do lazer de pesquisas que privilegiem incursões teóricas e investigações empíricas, que evidenciem o potencial educativo do lazer; que demonstrem como



uma atividade pedagógica inserida no lazer pode contribuir efetivamente para aquisição de novos valores, para o questionamento da ordem vigente, para a reorganização da vida social, etc. Estes tipos de direcionamento investigativos são indispensáveis para resguardar e dar sustentação teórico-metodológica aos estudos envolvendo lazer e educação, inclusive para viabilizá-los.

Talvez fosse bastante produtivo se, ao aplicarmos a metodologia de intervenção proposta por Mascarenhas, nos concentrássemos em analisar objetivamente como se processam as mudanças nos padrões das condutas e das relações dos sujeitos daquela intervenção – tais como aquelas observadas pelo autor. Não estamos, todavia, insinuando que tal tarefa seja simples ou mesmo possível de ser realizada com o conhecimento de que dispomos, mas, tendo em mãos a interessante proposta de Mascarenhas (2001), lançamos ao ar esta provocação.

No que se refere ao estabelecimento desta discussão no âmbito dos estudos do lazer entendemos que a proposta de Mascarenhas representa um avanço na discussão teórica do campo. Embora Marcellino (1983; 1987) e Requixa (1980) tenham, há muito tempo, assentado as bases dos estudos envolvendo lazer e educação, é só agora com as propostas de Mascarenhas e Melo (que veremos a seguir) que a repercutida *educação para e pelo lazer* ganha mais sustância. Até então, como demonstra Cavichioli (2004), a discussão se limitava à repetição do que já havia sido dito.

Na seqüência, antes mesmo de apresentarmos a proposta de intervenção no âmbito do lazer sugerida por Victor Andrade de Melo, é extremamente importante discutirmos como este autor compreende e classifica o fenômeno lazer, afinal é a partir do modo como interpreta o lazer que irá construir sua proposta da animação cultural. Portanto, dois são os objetivos do próximo tópico, expor a compreensão de lazer do pesquisador Melo e discutir sua proposta de intervenção no âmbito do lazer.

#### **4.3.2 Lazer, educação estética e animação cultural**

O autor Victor Andrade de Melo realça a dificuldade e a limitação da tentativa de se buscar uma definição conceitual de lazer, e afirma que “a própria palavra lazer inspira os mais diversos significados e mesmo entre os teóricos o seu conceito e as

especificidades que a permeiam estão longe de obter unanimidade” (MELO; NASCIMENTO, 1999, p. 6).

Embora reconheça essa dificuldade, os autores procuram fornecer na obra *Introdução ao Lazer* (MELO; ALVES JÚNIOR, 2003) alguns elementos para auxiliar na definição teórica deste fenômeno.

De acordo com Melo e Alves Júnior (2003, p. 32) dois parâmetros são essenciais para a definição das atividades de lazer: “um mais objetivo, de caráter social (o tempo), e outro mais subjetivo, de caráter individual (o prazer)”. O parâmetro “tempo” indica que para uma atividade ser compreendida como lazer deve ser realizada em um período de tempo que não está associado ao tempo destinado ao trabalho, a outras obrigações impostas aos indivíduos (religiosas, familiares, etc.), ou as suas próprias necessidades fisiológicas diárias. O outro parâmetro, o prazer, também considerado uma das características fundamentais da definição do lazer, está associado a diferença no grau de obrigação a que o indivíduo está submetido em cada tipo de atividade, sendo que no caso do lazer, “pode-se optar com maior facilidade pelo o que se deseja fazer e em qual momento” (MELO, ALVES JÚNIOR, 2003, P. 31). Complementam que, geralmente, as atividades de lazer são buscadas porque oferecem aos seus praticantes uma certa dose de prazer. Ressalvam, no entanto, que apesar do prazer ser fundamental na escolha individual pelas atividades de lazer não há garantia de que este prazer esteja presente, de forma constante, durante todo o desenrolar da atividade, podendo até mesmo inexistir – embora isso não seja, é claro, o que se espera dessas atividades.

Embora o prazer seja fundamental na compreensão de lazer para os autores Melo e Alves (2003), os autores alertam para que tal parâmetro não seja considerado de forma isolada, como exclusividade dos momentos de lazer, pois o prazer também deveria, segundo eles, estar presente no tempo de trabalho. E proclamam: “deveríamos lutar por uma concepção de trabalho como desenvolvimento humano, e não somente como instrumento que possibilita o pagamento das contas mensais” (MELO, ALVES, 2003, p. 31).

Outro ponto tocado pelos autores Melo e Alves Júnior (2003) refere-se a tradicional polarização trabalho-lazer. Segundo eles, a categoria trabalho sempre permeou as discussões sobre o fenômeno lazer e muitos estudiosos até consideram impossível estudá-lo sem colocá-lo em oposição a esta categoria, já que na visão

destes, os momentos de diversão no tempo de não trabalho, mais especificamente no tempo de lazer, só podem ser compreendidas em função da existência de um tempo destinado ao trabalho.

Sobre isso, os autores entendem que “trabalho e não trabalho são categorias da atividade humana que não podem ser compreendidas nem de forma hierarquizada (uma se sobrepujando à outra), nem de forma isolada (uma sem relação com a outra)” (MELO, ALVES JÚNIOR, 2003, p. 6). Além do mais, Melo e Alves Júnior (2003) compreendem que trabalho e lazer são dois campos autônomos, e que em ambos, e não só no lazer, as atividades deveriam ser prazerosas e gratificantes. Quando em uma atividade estes campos distintos se sobrepõem, a ponto de não ser possível distinguir nitidamente se a atividade em questão é lazer ou trabalho, surge o que denominam “produtivização do lazer” – passeios turísticos extremamente rígidos, pontuais e controlados, por exemplo – ou “pseudoludicidade do trabalho” – as vivências lúdicas no ambiente de trabalho.

Quando utilizam termos como produtivização do lazer ou pseudoludicidade do trabalho, o que os autores pretendem é chamar atenção para situações facilmente perceptíveis em nosso cotidiano que comprovam que as esferas de lazer e trabalho não estão, em alguns momentos, assim tão separadas como a terminologia utilizada nos faz pensar.

É visível a fragilidade da divisão dicotômica entre trabalho e lazer. As diversas atividades que envolvem o nosso cotidiano, aqui também inclusas as de lazer e de trabalho, realmente se confundem. Uma solução interessante, que não rompe essa rígida e estática divisão mas a flexibiliza, é a diferenciação das diversas atividades e situações a que o indivíduo está espontânea ou obrigatoriamente submetido a partir de elementos que são comuns e estão presentes em todas essas atividades, embora não com o mesmo grau e nível de intensidade. O grau de rotina, o nível de restrição emocional e o grau de compulsão, entre outros, são alguns dos elementos que fundamentam a proposta de Elias e Dunning (1992) de classificação das diversas atividades que preenchem o cotidiano das sociedades complexas avançadas.

Nesse caso, a “produtivização do lazer” apontada por Melo e Alves Junior (2003) corresponderiam, sob viés configuracional, às atividades nas quais os laços sociais que determinam o grau de rotina e de obrigatoriedade não são tão frouxos como na maioria das atividades de lazer e, ao mesmo tempo, nem tão apertados

como nas atividades laboriosas. Daí a sensação de liberdade e de diversão controlada.

De modo oposto, poderíamos pensar que durante a jornada de trabalho, abrem-se momentos nos quais o nível de restrição emocional se torna mais alargado do que de costume, dando margem para que o indivíduo desfrute de uma certa dose de ludicidade, a “pseudoludicidade do trabalho” de que os autores nos falam.

Difícilmente a classificação das atividades humanas em categorias rígidas e estanques corresponderá perfeitamente à realidade, muito embora, cabe ressaltar, ela se faça extremamente necessária para facilitar a análise acerca dessa realidade. O contra-senso existente entre as concepções teóricas acerca do lazer e as diferentes propostas apresentadas ao longo desse estudo são resultados, justamente, dessa tentativa de se elaborar um modelo teórico mais adequado, ajustado ou compatível à compreensão da realidade de um determinado pesquisador.

Se colocássemos, por exemplo, em pólos opostos lazer e trabalho, poderíamos encontrar entre um pólo e outro uma infinidade de situações intermediárias muito além daquelas já apontadas (o “semilazer” de Dumazedier, a “pseudoludicidade do trabalho” e a “produtivização do lazer” de Melo e Alves Junior ou as subdivisões, dez no total, do espectro do tempo livre de Elias e Dunning). E não há sentido em criar, descrever ou categorizar outras situações intermediárias pois poderiam vir mais a confundir do que ajudar.

Mais importaria, para um análise configuracional, compreender que as diversas atividades humanas possuem, isso em cada sociedade e período histórico, interações complexas e variadas entre os níveis de rotina, obrigatoriedade e restrição emocional, do que encontrar classificações que dêem conta de enquadrar determinadas atividades de acordo com os padrões resultantes dessas interações.

Os autores Melo e Alves (2003) também se baseiam na matriz teórica elaborada por Dumazedier (1979), a qual classifica as atividades de lazer de acordo com o motivo central que desperta o interesse do indivíduo para com aquela atividade, mas alertam que tal modelo, mesmo sendo útil e didático, não deve ser interpretado de forma rígida, afinal, os interesses não são estáticos e na maioria das atividades não estão dissociados uns dos outros. A classificação destes diferentes interesses culturais se divide em: interesses físico-esportivos, artísticos, manuais,

intelectuais e sociais (tal classificação é bastante difundida e utilizada pelos profissionais e teóricos do lazer no Brasil).

Com relação aos interesses físicos, os autores ressaltam que nos programas de lazer seria importante oferecer uma gama variada de atividades físicas, mas que isso não deveria se limitar ao puro e simples estímulo à prática de atividades físicas. Já as atividades relacionadas aos interesses manuais poderiam, segundo eles, ser incorporadas nos programas de lazer desde que o objetivo básico dessa inserção não seja determinado pela preocupação de formar o indivíduo para o mercado de trabalho. Os interesses intelectuais, por sua vez, deveriam ser difundidos, ampliando as opções de vivência social e de obtenção do prazer, e os interesses sociais, principalmente aqueles ligados ao turismo, poderiam ser mais bem explorados nas práticas pedagógicas, oportunizando aos indivíduos a conhecerem a sua cidade, e a partir daí, se reconhecerem verdadeiramente como cidadãos dela. Mas, como veremos adiante, são os interesses artísticos que ganham maior destaque nas pesquisas realizadas por Melo, refletindo os esforços do autor no intuito de discutir, através da animação cultural, propostas pedagógicas envolvendo os interesses artísticos e os aspectos da cultura ligados à arte.

É possível refletir sobre esses conteúdos culturais a partir de alguns preceitos da teoria configuracional. Elias e Dunning (1992) destacam que as atividades de lazer são compostas por pelo menos um dos três elementos fundamentais: sociabilidade, mobilidade e imaginação. Segundo eles, não há atividade de lazer em que algum desses elementos esteja ausente, e é muito comum existir a combinação de dois ou três elementos, mesmo com a predominância de algum.

Poderíamos cogitar, por exemplo, que os “interesses físicos” indicados por Dumazedier (1979), seriam os fatores motivadores da escolha daquelas atividades de lazer com presença dominante do elemento mobilidade, ou que “os interesses sociais” seriam os fatores motivadores daquelas com explícita presença do elemento sociabilidade. Tal analogia, entretanto, não é muito adequada. Para a teoria configuracional o elemento motivador, se assim puder ser chamado, de qualquer atividade inserida no âmbito do lazer seria, antes de tudo, a busca de “uma excitação agradável ou, pelo menos, [de] um agradável estímulo emocional” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 151), e não o atendimento de um interesse cultural específico do indivíduo.

Logicamente, existem tipos de atividades que favorecem estímulos emocionais mais intensos para uns do que para outros, o que também justifica a preferência individual por certos tipos de atividades, e mesmo a oportunidade que o indivíduo teve para desenvolver uma preferência por determinadas atividades. E nesse caso a classificação esquemática proposta por Dumazedier ganha importância ao valer-se como ferramenta didática na elaboração e sistematização de programas de atividades de lazer – talvez mesmo por isso continue sendo amplamente utilizada pelos pesquisadores do lazer, conforme assinala Melo (2004).

Outro ponto a ser considerado é o fato dos elementos fundamentais da teoria configuracional estarem, como já dito, frequentemente inter-relacionados. Por exemplo, classificada como interesse físico, a prática do futebol é uma atividade que possibilita a estimulação emocional por meio da intensa movimentação corpórea (mobilidade), da interação com outros seres humanos (sociabilidade) e do confronto mimético simulado (mimetismo), ou seja, da integração das três esferas em graus diferenciados. Já o ato de desfrutar do futebol sob a forma de espetáculo, sem participação direta, relaciona-se com a disposição dessas esferas, talvez nem todas<sup>61</sup>, num outro nível de integração, no qual poderia prevalecer para um torcedor fanático, por exemplo, a fantasia mimética da luta travada em campo.

Segundo os autores Melo e Alves Junior (2003), outro indicador importante para a definição de lazer é a compreensão das atividades de lazer como atividades culturais. Apontam que as discussões relacionadas ao tema lazer devem partir da compreensão do lazer no âmbito da cultura, pois “as atividades de lazer são atividades culturais, em seu sentido mais amplo, englobando os diversos interesses humanos, suas diversas linguagens e manifestações” (MELO; ALVES JÚNIOR, 2003, p. 32).

O termo cultura, por sua vez, deve ser compreendido não só como uma série de manifestações, mas como um conjunto de normas, valores, hábitos e sensibilidades que dão significado à vida. O campo da cultura apresenta-se como:

um lócus de tensão constante, onde resistência e contra-resistência, onde dominação e libertação, onde tradição e inovação se defrontam

---

<sup>61</sup> Há nos escritos de Elias e Dunning (1992), como já dissemos, pouquíssimas elucidacões à respeito do elemento mobilidade. Permanece, então, a dúvida de como esse elemento poderia ser interpretado nos casos em que não há movimentação corporal por parte de quem assiste a atividade, mas somente por parte daqueles que executam a atividade que está sendo observada, cujos movimentos são, até mesmo, esteticamente apreciados.

constantemente; sinais explícitos de uma sociedade não harmônica, onde estabelecem-se lutas econômicas e simbólicas em permanente articulação (MELO, 2000a, P. 72).

O lazer, então compreendido como fenômeno no âmbito da cultura, estando sujeito a estas mesmas tensões e conflitos. Pode ser, de acordo com o autor Victor Andrade de Melo, um espaço privilegiado para uma intervenção pedagógica visando contestar a ordem estabelecida.

É evidente a preocupação do autor com uma intervenção pedagógica específica no âmbito do lazer, principalmente porque compreende que o profissional de lazer também é um educador, muito embora tal função não deva ser exercida da mesma forma nem com os mesmos objetivos com o qual é aplicado na escola. Afirma que:

os momentos de lazer não podem ser compreendidos como instantes de alienação, desconectados da realidade social, tampouco como espaços de fuga, o que não significa que devemos desconsiderar o prazer, uma das características fundamentais de sua definição (MELO, ALVES JÚNIOR, p.51).

Contesta enfaticamente a prática comum de muitos profissionais de lazer que restringem sua atuação ao oferecimento de uma gama variada de atividades, que nada ou muito pouco contribuem para a formação do indivíduo, defendendo, então, o duplo aspecto educativo de uma intervenção pedagógica no âmbito do lazer: a educação pelo lazer e a educação para o lazer. Educar pelo lazer significa trabalhar com valores, condutas e comportamentos dentro das atividades de lazer, enquanto educar para o lazer é, através do desenvolvimento de novas sensibilidades, possibilitar ao indivíduo explorar as mais diversas atividades de lazer, extraíndo delas novas sensações, prazeres e conhecimento. O autor afirma que no âmbito do lazer a tarefa de educar para o lazer seria até, no momento, a mais importante. É nesse sentido que tenta encaminhar sua proposta de intervenção pedagógica, a Animação Cultural, a qual será discutida adiante, num tópico à parte.

Sobre a definição conceitual do autor Victor Andrade de Melo, alguns esclarecimentos precisam ser observados. Ao longo das obras examinadas, poucas páginas foram encontradas nas quais o autor dedica-se a abordar questões referentes à definição conceitual de lazer. O debate sobre esta questão não está, de fato, na lista de suas prioridades investigativas, que aliás são outras – alguns temas

centrais no conjunto de sua produção envolvem os estudos sobre esporte, cinema, e animação cultural.

Diferentemente dos pesquisadores Fernando Mascarenhas e Christianne Luce Gomes, Melo não busca em nenhum momento formalizar uma nova definição de lazer, ou fazer uma análise crítica sobre as diversas concepções existentes. Basicamente, o que o autor se preocupa em fazer no que se refere a definição conceitual de lazer é somente dialogar com os conceitos de lazer que seguem em consonância com sua própria compreensão de lazer, fundamentando-se nas matrizes teóricas que dão base e forma a esses conceitos. Dentre os mentores destas matrizes nas quais Melo fundamenta sua concepção de lazer, dois nomes principais poderiam ser eleitos: o francês Jofre Dumazedier e o brasileiro Nelson Carvalho Marcellino, ambos com notável, porém não explícita<sup>62</sup>, presença na sua obra.

Partimos agora, para a exposição da proposta de intervenção elaborada pelo autor.

#### 4.3.2.1 A animação cultural

Parte considerável dos estudos empreendidos pelo autor Victor Andrade de Melo foram direcionados para os estudos da Animação Cultural. Publicado em 2006, o livro *Animação Cultural: Conceitos e Propostas* é uma tentativa de apresentar, de forma mais concatenada, alguns de seus estudos sobre o tema. Tomamos assim este livro como referência principal neste capítulo, embora recorramos constantemente aos artigos produzidos anteriormente pelo autor.

Com base no pensamento de Melo, podemos afirmar que a Animação Cultural é uma ferramenta pedagógica que pode ser empregada em diferentes contextos e espaços sociais e que possui uma finalidade clara de intervenção social. Embora relute em apresentar uma definição precisa e estática, Melo a define como:

Para satisfazer qualquer necessidade de uma definição mais clara e direta, tenho definido a Animação Cultural como uma tecnologia educacional (uma

---

<sup>62</sup> Já dissemos em nota de rodapé no tópico anterior que em Melo e Alves (2003) os autores optaram por não colocar referências explícitas ao longo dos textos, pois o texto foi também direcionado a um público leigo nos estudos do lazer.



proposta de intervenção pedagógica), pautada na idéia radical de mediação (que nunca deve significar imposição), que busca contribuir para permitir compreensões mais aprofundadas acerca dos sentidos e significados culturais (considerando as tensões que nesse âmbito se estabelecem) que concedem concretude a nossa existência cotidiana, construída a partir do princípio de estímulo às organizações comunitárias (que pressupõe a idéia de indivíduos fortes para que tenhamos realmente uma construção democrática), sempre tendo em vista provocar questionamentos acerca da ordem social estabelecida e contribuir para a superação do *status quo* e para a construção de uma sociedade mais justa (MELO, 2006, p. 28-29, grifos do autor).

A discussão a respeito da Animação Cultural, assim como nos Estudos Culturais<sup>63</sup>, instaura-se a partir do desejo de modificar a realidade social e da crença de que uma atuação dentro da perspectiva da própria animação cultural pode ser uma importante ferramenta para essa conquista, um meio para tal transformação. O objetivo seria o estabelecimento de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, na qual os indivíduos pudessem viver livremente e de maneira digna, respeitando e mediando suas diferenças, reconhecendo e explorando suas possibilidades criativas, posicionando-se de maneira ativa e crítica perante a sociedade. Neste sentido, o lazer seria um dos espaços sociais que permitiria a atuação do animador cultural com vista nestes objetivos.

[A animação cultural] é uma proposta de Pedagogia Social que não se restringe a um campo único de intervenção (pode ser implementada no âmbito do lazer, da escola, dos sindicatos, da família, enfim, em qualquer espaço possível de educação), nem pode ser compreendida por somente uma área de conhecimento (MELO, 2006, P. 29).

Cabe levantar que, em vários momentos, o autor evidencia as limitações da intervenção da animação cultural no âmbito do lazer, evitando possíveis considerações utópicas ou supervalorizações a respeito, como a de que esta forma de intervenção seria a principal ou a única para a construção de uma nova ordem social. Mesmo assim, ressalta sua importância:

Seria tão questionável acreditar que por si só as atividades de lazer tenham um potencial suficiente para promover uma mudança da estrutura social, quanto acreditar que tais atividades se referem a uma prática

---

<sup>63</sup> Segundo o autor, os Estudos Culturais são perspectivas teóricas que se originam da preocupação de Raymond Williams e E. P. Thompson com o processo de educação no ensino noturno. Ambos lecionavam para classes de operários ingleses na década de 50 e discutiam alternativas e possibilidades de intervenção pedagógica que superassem a mera reprodução de conteúdo e que pudessem contribuir de maneira efetiva na educação e na formação do indivíduo para a sociedade.

desinteressada, sem conexão com a realidade e sem contribuição para a superação do *status quo* (MELO; NASCIMENTO, 1999, P. 8).

Mas como esta prática pode ser capaz de interferir diretamente na realidade social a ponto de mudá-la? Como a Animação Cultural enquanto prática pedagógica poderia auxiliar nesta luta?

Para o autor, a transformação na sociedade se dá com a transformação do indivíduo:

uma construção social mais justa somente pode se dar quando tivermos indivíduos fortes e ativos, sujeitos que possam se expressar e se posicionar de maneira clara e explícita.[...]  
É necessário, logo, dar espaço para a auto-descoberta dos indivíduos e isso só será possível pelo questionamento dos excessos de disciplina e controle (MELO, 2002, p. 9).

Melo afirma que está preocupado em indicar em seus estudos não só como este processo de “fortificação”, educação e superação do indivíduo poderia ser estimulado, mas principalmente, de modo contrário, como este processo não deveria ser feito. Aponta isso comentando sobre o constante equívoco de muitas propostas de intervenções que, ao invés de estimular os indivíduos de modo a favorecer a compreensão dos fenômenos a partir de suas próprias interpretações, agem no sentido de, incondicionalmente, inculcar nos indivíduos valores pré-concebidos, determinados idealisticamente pelos educadores como “certos” ou “corretos”:

defendo que mais do que estar preocupado em construir uma uniformidade de valores supostamente revolucionários, o animador cultural deveria buscar valorizar e ressaltar as diferenças, os diferentes olhares sobre uma realidade a partir da mediação e diálogo no âmbito das representações diversas, sempre tendo em vista buscar estimular cada indivíduo à busca do prazer em seus sentidos mais ampliados (MELO, 2002, P. 10).

Ao se libertar de concepções que se preocupam em disseminar por intermédio das práticas situadas no âmbito do lazer “valores supostamente revolucionários” e em determinar antecipadamente o que deve ou não ser feito, o que é ou não correto, Melo acaba oferecendo uma alternativa de intervenção no âmbito do lazer bastante interessante, já que direciona o raio de atuação da sua proposta intervencionista sobre a característica que, a nosso ver, é central nas atividades de lazer, o prazer.

De acordo com o nosso entendimento, o que o autor propõe é que se ofereçam aos sujeitos alvos de um programa de intervenção, não uma “uniformidade” de valores determinados antecipadamente segundo vontades e ideais de educadores supostamente dotados de razão e senso moral, nem somente certos tipos limitados de atividades de lazer, mas sim um leque variado de opções de lazer das quais o indivíduo poderá extrair prazer e, por meio das quais, poderá desenvolver seu senso crítico a ponto de julgar por si mesmo quais são os valores a serem assimilados.

Reconhecendo a atual situação de propostas de intervenção no âmbito do lazer, Melo repreende:

Há também em minhas preocupações uma provocação a muitas propostas correntes de intervenção no âmbito do Lazer e da Animação Cultural. No meu modo de entender, persiste uma preocupação exacerbada com a questão do “desenvolvimento de novos valores” (com a construção de uma nova ética, algo muitas vezes eivado de uma forte carga moralista) e uma sutil desconsideração com a questão da educação de novos olhares, novas sensações, novas sensibilidades (MELO, 2007, p. 39).

Pautada nos estudos da Animação Cultural, a estratégia fundamental de ação sugerida pelo autor seria a mediação. Segundo o autor, com base na mediação o animador cultural seria capaz de possibilitar e facilitar a aquisição do conhecimento sem ter que obrigatoriamente transmiti-lo de forma unilateral. Melo alerta que esta atuação deve ser cautelosa para não cair na armadilha de se julgar o que deveria ou não ser estimulado. Por isso, na visão do autor, o animador não pode querer controlar, “mas sim tematizar e estimular o descontrole” (MELO, 2002, P. 7). Assim, o processo de educação se daria não pela construção de idéias, mas pela “desconstrução de mentalidades e de olhares”. A missão do animador cultural seria a de despertar nos indivíduos novas formas de compreender a realidade, estimulando sua reflexão e possibilitando o questionamento do contexto no qual está inserido.

a idéia de mediação parece mesmo ser fundamental para lidarmos com a intervenção no âmbito da cultura. Tenho pensado na idéia de estabelecimento de uma certa “desorganização”: o processo de educação se daria pela busca de instaurar um incômodo.  
[...] No fundo, a Animação Cultural é uma proposta de educação que, ao buscar quebrar uma certa unilateralidade no processo de comunicação, parte do princípio da “deseducação”, da desestabilização (MELO, 2004b, p. 10).

Em seu artigo “Educação Estética e Animação Cultural: reflexões” Melo (2002) encaminha uma discussão sobre como a educação estética poderia (e deveria) contribuir para a atuação pedagógica principalmente no que se refere aos interesses culturais. Vejamos a seguir.

#### 4.3.2.2 Educação estética e animação cultural

Entendendo a estética como uma das formas pelas quais o indivíduo se apropria da realidade, Melo considera fundamental uma atuação que vise estimular a sensibilidade e a percepção dos indivíduos, pois isso lhes permitiria desenvolver novas formas de encarar a realidade. Segundo o autor, um processo de educação estética, de educação das sensibilidades, ao oferecer novas formas de interpretar e experimentar a realidade ampliaria a capacidade de julgamento dos indivíduos, tornando-os mais críticos e mais tolerantes, e, possivelmente, potencializaria o prazer de cada um.

O animador cultural deve ser fundamentalmente um estimulador de novas experiências estéticas, alguém que em um processo de mediação e diálogo pretende apresentar e discutir novas linguagens; um profissional que educa ao incomodar e informar sobre as possibilidades de melhor sorver, acessar e produzir diferentes olhares.” (MELO, 2002, P. 5)

A educação estética, quando bem encaminhada, diz o autor, possibilitaria ao indivíduo, através do desenvolvimento de suas subjetividades, julgar a partir de seu próprio referencial qual seria, por exemplo, a obra de arte mais bela, o filme mais interessante a ser assistido, a atividade de lazer mais prazerosa e, até mesmo, qual atitude seria a mais “correta”. Essa liberdade individual de julgamento dependeria da oportunização e do estímulo para o desenvolvimento das subjetividades, sendo a atuação do animador cultural, por meio da educação estética, necessária e indispensável para isso.

É nesse sentido que defende uma intervenção pedagógica no âmbito do lazer, lembrando-nos que cuidados também são necessários neste caso, pois, segundo ele, não se deve idealizar e determinar uma subjetividade a ser “aplicada”,

mas sim oferecer espaços e possibilidades que permitam aos indivíduos construir suas próprias subjetividades.

Cabe ao animador cultural, mais do que conduzir rebanhos por supostos caminhos de felicidade, buscar despertar e ampliar em cada indivíduo a descoberta subjetiva do prazer enquanto princípio transformador de vida. É óbvio que cada indivíduo possui a capacidade de sentir prazer e escolher, mas seria isto um princípio de sua vida? Estaria essa possibilidade minorada, reduzida, acanhada? Trata-se da descoberta de novos princípios de vida, com menos constrangimentos, com mais poesia e arte no cotidiano, apoiada em compreensões estéticas diversas, ampliadas e divergentes, e não homogêneas e restritas (MELO, 2002, P. 11).

Ao abordar as questões relacionadas à arte, reafirma a importância de uma educação das sensibilidades ao defender que “arte seria aquilo que as pessoas sentem como arte. A questão passa a ser que condições os indivíduos têm para que possam desenvolver ou não seu potencial de sentir” (MELO, 2004b, P. 7).

Critica o julgamento antecipado e preconceituoso sobre o valor artístico de uma manifestação cultural, afinal, defende que arte não é só aquilo que as classes dominantes definem, mas toda a manifestação que pode ser sentida enquanto arte. Deve-se, portanto, ampliar este conceito.

O autor ainda aponta que questionar e problematizar os conceitos de arte e da estética determinados por uma tradição pautada nos interesses da ideologia dominante é uma das tarefas do animador cultural. No entanto, isso não significa, avisa o autor, negar ou menosprezar as famosas e clássicas obras de arte, pois essas podem e devem ser apreciadas – algo que só é possível se os indivíduos tiverem acesso a esses bens culturais e se forem educados suficientemente para apreciar tais bens, processo que exige constante estímulo e oportunização –, significa que os indivíduos devem ser estimulados a compreender como e porque esses bens culturais foram assim determinados, como se deu esse processo. O principal, além disso, deve ser conscientizar os indivíduos para que se reconheçam como potenciais produtores de arte e cultura.

Queremos reforçar a ideia de que o conceito de produção cultural não está somente relacionado à confecção de algum objeto, alguma obra. Trata-se também de uma postura crítica perante o que é consumido, o que é assistido. Creemos que há inclusive uma forte articulação entre a possibilidade de acessar o que tem sido socialmente produzido e o estímulo para que cada indivíduo se perceba como capaz de também produzir criativamente (MELO; PERES, 2005, p. 12).

Com relação à cultura de massas produzida pela indústria cultural, Melo reconhece o impacto desta dentro da sociedade moderna e defende que igualmente às outras manifestações culturais, ela não pode ser simplesmente negada ou desvalorizada, pois nem tudo o que é por ela produzida pode ser considerado, como muitas vezes o é, lixo cultural. Nem sempre o que é produzido por esse sistema, ressalva o autor, é necessariamente descartável.

Para contrapor esse modelo de produção e reprodução cultural vigente, o autor defende uma postura crítica do animador cultural, sempre pautada a partir da mediação e se afastando ao máximo de autoritarismos ou imposições sobre o que deve ou não ser consumido, afinal, almeja-se que os indivíduos, com base no desenvolvimento de suas sensibilidades e de sua capacidade crítica, julguem e decidam por si próprios.

não se trata de substituir uma alienação a favor da ordem social por outra suposta contra a ordem social, nem negar ao público as possibilidades de prazer, tão bem trabalhadas de forma dinâmica pela cultura de massas. Se a indústria cultural tem sucesso é também porque articuladamente consegue despertar prazer ao mesmo tempo que induz a uma representação de prazer interessante para seus intuitos. Contrapor isso somente é possível se paulatinamente conseguirmos despertar novas possibilidades e novas representações de prazer (MELO, 2002, p. 7).

Afirma que é necessário se afastar da compreensão comum de que as atividades no âmbito do lazer são necessariamente, de forma linear e oposta, atividades de resistência ou reprodução do sistema dominante. E também que não podemos acreditar que tudo aquilo que é produzido e oferecido pela indústria cultural é consumido, obrigatoriamente, de forma passiva e acrítica pelos indivíduos. Portanto, o que é produzido pela indústria cultural pode muito bem ser trabalhado no próprio âmbito da cultura como forma de resistência.

Tentando aprimorar as discussões em torno da animação cultural, Melo procura estabelecer um diálogo entre cinema, arte e educação estética, dando princípio à elaboração de uma metodologia para a aplicação dos conceitos da animação cultural envolvendo o cinema. É o que abordaremos a seguir.

#### 4.3.2.3 O cinema e a animação cultural

Explica que o cinema é uma das manifestações culturais mais difundidas no mundo contemporâneo, uma atividade muito procurada nos últimos tempos como opção de lazer, e que influencia diretamente a dinâmica cultural e é por ela influenciado. É um poderoso dispositivo de representação que, por meio dos valores, normas e princípios difundidos, interfere na formação dos sujeitos e na sociedade.

Acredita que esta manifestação artística pode ser usada com fins educativos e lamenta a escassez de intervenção e o pouco reconhecimento atribuído a esta possibilidade de ensino, chegando, até mesmo, a defender o cinema como conteúdo específico de educação na escola. Afirma que: “o racionalismo extremo que permeia as instâncias pedagógicas induz à redução da preocupação com a educação da sensibilidade, uma dimensão fundamental da construção do indivíduo e da sociedade, relegando à arte um lugar secundário.” (MELO, 2006, p. 94)

É neste contexto, insistindo na importância de uma educação para o lazer que encaminha as discussões sobre como a animação cultural pode atuar na promoção de uma educação para o cinema. Um ponto crucial é a preocupação com a qualidade do que está sendo assistido e consumido, afinal:

Se um filme carrega em si uma determinada representação de valores, não podemos negar, mesmo que não devamos considerar de forma linear, as suas repercussões na vida em sociedade. Por certo, um filme é só um filme, não é em si realidade, mas indubitavelmente carrega em si olhares e intencionalidades sobre a sociedade, tendo um forte potencial de influência na formação de mentalidades (MELO, 2006, p. 96).

Alerta novamente para o perigo de se determinar a priori o que deve ou não ser assistido, já que a atuação do animador cultural deve estar direcionada a estimular e desenvolver a sensibilidade do indivíduo, para que sua escolha seja pessoal e livre, e não arbitrariamente conduzida.

Deve-se oferecer a estes indivíduos novas experiências cinematográficas, a fim de contrastar com o que é constantemente propagado de forma limitada pela indústria cultural/meios de comunicação. Enfatiza que o objetivo não é se posicionar contra o que é comumente difundido pela indústria cultural (principalmente pela indústria cinematográfica norte-americana), mas oferecer possibilidades para que o indivíduo estabeleça uma postura crítica e um diálogo com o filme e não simplesmente absorva aquilo.

Julga importante que sejam comentados e trabalhados, dentro deste processo educativo, alguns elementos como: aspectos técnicos de cada filme (características relacionadas a linguagem cinematográfica: câmera, iluminação, som, edição) e das produções cinematográficas em geral (o processo de criação e execução de um filme: roteiro, filmagem, montagem, distribuição, exibição); o contexto histórico no qual o filme foi produzido, bem como as diversas correntes, tendências e manifestações dos diferentes movimentos cinematográficos da história do cinema; a discussão das idéias transmitidas pelo filme, o diálogo com a crítica e a reflexão sobre o impacto emotivo do filme, as sensações despertadas e as expectativas e satisfações provocadas.

Melo acredita que uma proposta direcionada neste sentido, principalmente através da arte, ao estimular e desenvolver as sensibilidades dos indivíduos, pode ampliar as possibilidades de lazer, e conseqüentemente, de obtenção de prazer.

Creio que uma das responsabilidades de toda intervenção pedagógica deve ser a educação das sensibilidades. Não se trata somente de educar para a construção de novos valores, mas de entender que a educação estética é uma necessidade e é tão importante quanto qualquer outra perspectiva de atuação. Devemos compreender que há uma articulação entre valores e sensibilidades na formação dos sujeitos e das sociedades, daí a necessidade de uma ação articulada em ambos os âmbitos (MELO, 2006, p. 122).

O esporte, uma das manifestações culturais mais difundidas e acessadas no século XX, como o cinema, ao ser compreendido como arte, também pode, segundo o autor, contribuir nesse processo de educação das sensibilidades. Mas como pode o esporte ser considerado arte?

Para o autor, não é incomum observarmos muitas manifestações artísticas tendo como tema principal o esporte. No cinema, por exemplo, muitos são os filmes que trazem o esporte como temática principal ou que o utilizam como cenário para a trama<sup>64</sup>. Também facilmente observável é a “comparação de atletas com artistas, belas jogadas com obras de arte ou utilização de termos artísticos como referência a peculiaridades dos certames esportivos” (MELO, 2006, p. 123). As modificações contemporâneas dos conceitos de arte e esporte contribuem para uma aproximação

---

<sup>64</sup> Uma discussão interessante entre cinema e esporte é apresentada no relatório de pesquisa: MELO, Victor Andrade de. **Esporte e cinema: diálogos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004c. Relatório de Pesquisa (Pós-Doutorado em Estudos Culturais). Disponível em: [http://www.lazer.eefd.ufrj.br/cinema/docs/cin\\_esp\\_rel.pdf](http://www.lazer.eefd.ufrj.br/cinema/docs/cin_esp_rel.pdf)



ainda maior destes. De um lado a arte teve sua definição ampliada, muitos dos objetos e manifestações que antes não eram consideradas artísticas, agora o são; do outro, o esporte se vê permeado de manifestações artísticas e observa-se claramente uma valorização dos elementos estéticos, sendo eles importantes para certas modalidades esportivas, ou mesmo, determinantes de um bom espetáculo. O autor aponta outros elementos em comum:

Não devemos ainda negligenciar o grande número de similaridades entre os campos esportivo e artístico, inclusive nas suas formas de organização, eivadas de elementos simbólicos, e em seu desenvolvimento em lugares específicos, regulados por normas próprias: teatros, museus, cinemas ou estádios. Ambos causam um enorme fascínio, porque nos permitem o acesso a elementos de identificação, de proximidade. A diferença é que o esporte é uma arte popular, mais acessível, normalmente mais facilmente apreciável (MELO, 2006, p. 126).

Desta maneira, Melo acredita que o esporte pode ser trabalhado com fins educacionais através da arte e, também, como via pedagógica de uma educação para a arte. Aliado a outras manifestações artísticas (como o cinema, a literatura, a poesia, etc), a prática esportiva em si pode ser trabalhada como conteúdo específico (o que o autor denomina de utilização da arte para discutir a prática esportiva em si); pode-se ampliar as discussões para o âmbito social, histórico e político (utilização da arte para uma discussão ampliada por meio do esporte); e, também, discutir essas próprias manifestações artísticas que estão sendo utilizadas para abordar o esporte (utilização da arte, por meio do esporte, para uma educação para a arte).

Conclui que é por meio de uma democratização real e efetiva das possibilidades de sentir, olhar, e experimentar a realidade que uma sociedade mais justa pode ser construída.

Embora não seja conveniente comparar duas propostas metodológicas distintas, cujos encaminhamentos se dão por vias e formas diferentes – estamos nos remetendo às propostas apresentadas por Victor Andrade de Melo (2006) e Fernando Mascarenhas (2001) -, relacionar e contrastar alguns pontos que são apresentados nestas abordagens pode ser bem proveitoso, até mesmo para ressaltar e valorizar aspectos positivos que emergem de cada uma delas. Cabe lembrar que tais propostas não são mutuamente exclusivas, ou seja, adotar uma delas não exclui a possibilidade de se trabalhar simultaneamente com a outra. É

com algumas considerações nesse sentido que finalizaremos o tópico referente a relação entre lazer e educação.

#### 4.3.3 Lazer e educação: alguns apontamentos

Podemos afirmar que os dois pesquisadores iniciam seus estudos tendo em mente um objetivo comum: a transformação do mundo em que vivemos em uma nova sociedade mais justa e democrática. Também compartilham a idéia de que o lazer representa uma esfera social passível de intervenções pedagógicas e atuações deliberadamente planejadas visando contribuir para a transformação da ordem social estabelecida.

As semelhanças param por aí, no entanto, pois ao projetarem e estruturarem formas de intervenções na esfera do lazer objetivando promover mudanças nos planos culturais e sociais os autores trilham caminhos distintos.

Na proposta de intervenção articulada a uma educação para o lazer de Vitor Melo, ganha destaque a educação estética, ou seja, a questão do desenvolvimento e aprimoramento dos gostos, sensibilidades e do prazer estético.

Em crítica a essa proposta, Mascarenhas (2005, p. 271) aponta que “se tal formulação [o paradigma dialético da animação cultural] sinaliza uma ação crítica e transformadora, falta-lhe, contudo, base empírica de referência na realidade brasileira”, e que “apesar de trazer contribuições importantes para pensarmos nas possibilidades da experiência estética no âmbito do lazer, não aparece articulada a nenhuma sistematização propositiva feita pelos autores, nem mesmo a uma discussão pedagógica”.

Diferentemente da proposta elaborada por Mascarenhas, não há, nos estudos de Melo envolvendo a Animação Cultural, qualquer formalização de uma proposta metodológica, na qual, por exemplo, estariam orientações didáticas visando o planejamento, elaboração, intervenção e avaliação de uma proposta de atuação. O foco de atenção do autor é outro, e a discussão encaminhada mantém-se ao redor do debate sobre a necessidade e a importância de uma atuação no âmbito do lazer visando a ampliação das experiências estéticas.

Mascarenhas, por sua vez, opta por desenvolver uma proposta com encaminhamentos metodológicos bem delineados e sustentada por um debate no

plano pedagógico, visando uma intervenção pedagógica direta no âmbito do lazer, voltada essencialmente para a atuação junto a grupos e minorias sociais. Para este autor, o lazer é encarado como uma esfera de educação não formal podendo e devendo ser utilizado como meio para a promoção da educação e cidadania.

O contraste principal entre essas duas propostas, reflexo das formas distintas de abordagem do lazer (como veículo educativo ou como objeto de uma proposta educativa), estaria relacionado com o fato de que, enquanto na proposta encaminhada por Mascarenhas há uma verdadeira preocupação com o desenvolvimento de novos valores, atitudes, hábitos e comportamentos – o que é perfeitamente coerente com a natureza educativa de propostas desse tipo – na outra proposta, desenvolvida por Melo, há uma preocupação justamente no sentido contrário, com a não determinação *a priori* de valores.

Se pudéssemos resumir em uma única frase a proposta de intervenção no âmbito do lazer apresentada por Melo envolvendo a estética e a animação cultural, simplificariamos da seguinte forma: oferecer múltiplas possibilidades de prazer. Ao invés de determinar, em termos de educação para o lazer, uma direção certa a ser seguida, ou seja, de delimitar o que deve ser ou não praticado, sua proposta está centrada na idéia de ofertar um leque de opções com diversos caminhos a serem percorridos e, juntamente, os conhecimentos que se fazem necessários para que cada um desses caminhos seja devidamente explorado.

Se estamos vivendo num tipo de sociedade que, comparada a outras sociedades que existiram na história da humanidade, mais oferece em termos de possibilidades e opções de lazer, nada mais justo do que disponibilizar a todos os indivíduos oportunidades iguais de desfrutar dessa gama variada de opções, bem como oferecer os elementos necessários para que esses indivíduos ampliem suas possibilidades de obtenção de prazer a partir dessas opções. Sob o prisma defendido pelo autor, inclusive as atividades de lazer difundidas pela indústria cultural, até então considerada uma das maiores vilãs no *rol* das atividades de lazer, perde lá uma das suas sete-cabeças, podendo ser vista também como uma possibilidade de prazer a ser experimentada.

A importância de uma proposta de educação para o lazer reside justamente no fato de que a vivência de uma atividade de lazer está intimamente relacionada com um processo de aprendizagem. Ou seja, para serem devidamente praticadas e vivenciadas, as atividades de lazer, assim como outras manifestações culturais,

devem ser obrigatoriamente aprendidas. Sem passar por um processo de aprendizagem dificilmente uma atividade de lazer conseguirá despertar a expectativa de que será uma experiência prazerosa, e sem isso, raramente o indivíduo estará disposto a realizar, a praticar, tal atividade. Sem deter um conjunto mínimo de saberes, de experiências anteriores, de conhecimento a respeito de uma determinada atividade, principalmente no caso das mais complexas e elaboradas, raramente será possível ao indivíduo extrair daquela vivência as sensações prazerosas que ela pode oferecer.

Não é difícil supor, por exemplo, que ao presenciar uma partida futebolística, ache-a por demais enfadonha um indivíduo que nada tenha ouvido falar a respeito de futebol. E, se também desconhecer outras práticas esportivas modernas e similares, pode até mesmo achar pior: diria ele que é extremamente bizarro ver vinte e dois homens ocupados a correr atrás uns dos outros e de uma bola. Para ele não haveria, nesse caso, sentido qualquer naquela atividade. Assisti-la por noventa minutos poderia não ser suficientemente agradável, já que lhe faltaria conhecimentos anteriores que lhe permitiriam se entusiasmar, se emocionar com aquela vivência. O mesmo é válido para outras atividades de lazer. Nas artes, nas danças, nas brincadeiras, nos jogos, nos esportes, nos filmes, etc., se não houver aprendizagem anterior provavelmente não haverá vivência significativa.

Entretanto, essa aprendizagem não se restringe somente às regras e ao funcionamento de certas atividades. Aprendemos não só o funcionamento dos jogos, mas a se comportar de certa maneira, a torcer de um determinado modo, a confiar na segurança de equipamentos, etc. Aprender determinadas condutas e maneiras de se comportar, por exemplo, também são essenciais a algumas práticas no lazer. Desenvolver por meio de um processo de aprendizagem um certo padrão de autocontrole é imprescindível a realização de atividades de lazer nas quais se deve ficar estático, silencioso, imóvel, como no teatro ou no cinema. Nesse exemplo, é fácil perceber que apenas lentamente a criança vai assimilando que pode ser emocionalmente recompensador se manter imóvel e compenetrada nesse tipo de atividade, e aos poucos também vai descobrindo que para que a atividade seja bem aproveitada é igualmente importante que as outras pessoas presentes também se mantenham imóveis e em silêncio.

De maneira geral podemos afirmar que o que nós realmente aprendemos, embora comumente não saibamos explicar ou nem tenhamos consciência disso, é

que determinadas atividades provocam alterações agradáveis nos estados emocionais; que elas estimulam o desabrochar de certos sentimentos, e que podem ser usufruídas com aprovação social, sem risco iminente para a si ou para a sociedade, levando-nos a procurá-las ou a repeti-las. É sabendo disso que nos sentiremos estimulados a procurar determinadas atividades.

Tudo isso para dizer que o processo de aprendizagem é fundamental para qualquer prática no âmbito do lazer, daí a importância de qualquer proposta articulada a uma educação para o lazer. Afinal, se não tivermos contatos com determinadas atividades e se não adquirirmos os conhecimentos necessários para melhor aproveitá-la, dificilmente elas se firmarão para nós como vias reais de busca de prazer, pois não trarão qualquer expectativa de recompensa emocional. Esta é a chave para questão e a importância, a nosso ver, das propostas envolvendo a educação para o lazer, incluindo a animação cultural de Melo.

Com a apresentação dessas duas propostas de intervenção chegamos aos momentos finais dessa dissertação.

A nosso ver, ambas as propostas são resultados de esforços intelectuais que refletem não só a preocupação dos pesquisadores em traduzir de forma mais concreta seus desejos de transformação da realidade, mas também, de maneira mais ampla, avanços e aprofundamentos teóricos num campo de estudos em constante desenvolvimento.

Se antes observávamos um embate bastante obscurecido girando em torno de vagos discursos em prol da “educação para e pelo lazer”, hoje começamos a verificar, com mais clareza, um debate centrado em propostas realmente concretas.

Entretanto, pode ser pertinente, no momento, soar um alerta para que os trabalhos de Mascarenhas e Melo não sejam meramente reproduzidos, como o foram, por um bom tempo, os estudos pioneiros, fundamentais, de Requixa e, principalmente, de Marcellino. Não há, a nosso ver, necessidade de se reescrever aquilo que já está escrito, mas sim de se rever constantemente se o que foi escrito permanece válido.

Estamos sugerindo que, levando na bagagem os conhecimentos deixados por Mascarenhas e Melo, as novas pesquisas poderiam também preocupar-se em encontrar formas avaliativas e métodos de investigação capazes de comprovar e demonstrar cientificamente aquilo que já foi proposto por esses pesquisadores. Essa

poderia ser uma forma de, partindo desses conhecimentos, promover um novo avanço no campo.

Embora confessemos que encontrar ou desenvolver um método de avaliação a ser aplicado juntamente com as propostas de intervenção pedagógica na esfera do lazer seja uma tarefa extremamente complexa, consideramos que este ambicioso projeto deveria estar no horizonte das futuras pesquisas referentes à relação lazer-educação. Caso contrário, poderemos estar vulneráveis à reprodução incansável de discursos políticos e ideológicos que, muito embora essenciais a uma intervenção militante, lentamente irão contribuir para o almejado avanço teórico no campo dos estudos do lazer.

Pelo menos uma questão, talvez, ainda precisasse ser revista ou esclarecida nessa relação entre lazer e educação. Embora o discurso acerca das potencialidades educativas de uma proposta de intervenção orientada para uma educação pelo lazer seja assumido, sem muito pesar, repetidas vezes nas pesquisas que circundam o campo de estudos do lazer – reflexo provável de inúmeros resultados avaliados como positivos em experiências intervencionistas –, ainda não está sociologicamente demonstrado de forma clara, a nosso ver, o modo como uma proposta educativa no âmbito do lazer desencadeia mudanças positivas nos comportamentos individuais e na maneira como os indivíduos se inter-relacionam.

Muito embora existam diversas pesquisas que constatem resultados positivos em intervenções que se utilizam do lazer como veículo de educação, não sabemos ao certo qual é o teor dessas mudanças, como elas se processam, e, muito menos, como repercutem numa esfera social mais ampla, transformando a sociedade como um todo. Em outras palavras, parece que temos sérias convicções quanto ao potencial educativo do lazer, mas ainda não conseguimos demonstrar, do ponto de vista sociológico, como esse processo se desencadeia.

Entendemos que, no caso específico envolvendo a relação entre lazer e educação, já não basta enaltecer os valores educativos do lazer, nem reafirmar que o lazer é veículo e objeto de educação. Há que se buscar comprovar, com o devido rigor científico e de forma coerente e bem descrita, como se dá a aquisição de novos valores, e como certas mudanças são incorporadas para além do tempo de lazer. Se tudo isso não for feito podemos correr o risco de difundir não uma teoria/método científico, mas, de forma infundada, apenas promessas bem intencionadas.

Pretendemos, nas considerações finais a seguir, explanar um pouco mais dessa questão, discutindo-as sob um viés sociológico. Buscamos discutir a crítica elaborada pela teoria configuracional acerca de um problema muito comum no âmbito das ciências sociais: a presença do ideal mítico-mágico e o acentuado envolvimento emocional do pesquisador no encaminhamento das pesquisas. São com essas discussões que encerraremos o presente estudo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que não poderia deixar de ser mencionado nesse momento final é que ler e reler as produções científicas dos autores selecionados foi, antes de tudo, um aprendizado. As pesquisas investigadas, quando não traziam assuntos originais, formas de abordagens inovadoras ou temáticas diferenciadas, ao menos aprofundavam o debate até então construído e assim, forneciam, sempre, conteúdos e conhecimentos pertinentes e de extremo interesse aos estudiosos do lazer.

Sem dúvida, de modo geral, as produções científicas desses pesquisadores oferecem um conjunto de conhecimentos que amplia as possibilidades interpretativas do objeto em questão: o lazer. Somente com base nessas impressões, portanto, já poderíamos afirmar que o esforço acadêmico e intelectual desses pesquisadores trouxe, indiscutivelmente, contribuições generosas para o campo de estudos do lazer.

Nesse aspecto, os autores fizeram – e estão fazendo – a parte deles: produziram pesquisas que, independente do seu ponto de vista, da maneira como vê a sociedade, da matriz teórica utilizada ou do método empregado, vêm agregar mais e mais conhecimento ao campo de estudos. Conhecimento este que ao ser confrontado, comparado ou corroborado com outras pesquisas, cria novas possibilidades reflexivas e mais conhecimento.

Mas, e a nossa parte? Se lidamos ao longo de todo esse estudo com conhecimentos que, a nosso ver, contribuíram de uma forma ou de outra para os estudos do lazer, de que maneira, então, essa dissertação, ao trabalhar e manipular as contribuições deixadas pelas produções dos autores estudados, poderia também ter colaborado?

Tentaremos construir essa resposta ao longo das últimas páginas que seguem. Iremos abordar uma questão bastante explorada por Norbert Elias em seu estudos: o envolvimento emocional do pesquisador no desenrolar de sua pesquisa.

Entendemos que, ao abordar essa crítica – que não deve ser vista como um juízo de valor sobre as produções aqui citadas, mas como uma possibilidade metodológica, como outra qualquer, para a abordagem dos fenômenos sociais – estaremos ampliando as possibilidades reflexivas e interpretativas de estudo do lazer e, de certa forma, dando nossa contribuição acadêmica ao campo.



Essa crítica também não pode ser direcionada de forma generalizada às produções científicas selecionadas para este estudo, muito menos aos pesquisadores, mas sim a nós todos que produzimos nossas investigações e análises no campo das ciências sociais, mais especificamente falando, no campo do lazer. Por último, deve ser bastante relativizada. Primeiro porque não existem pesquisadores do tipo *envolvido* e outros do tipo *distanciado* emocionalmente. Segundo porque, embora existam pesquisas, ou mais precisamente, momentos de uma pesquisa nos quais um pesquisador está voluntária ou involuntariamente mais envolvido ou distanciado, quantificar esse grau de envolvimento ou distanciamento é uma tarefa impossível.

Esse não é o nosso objetivo. Considerando essas ressalvas, o que tentaremos expor é a visão do sociólogo Norbert Elias sobre essa forma de conduzir as pesquisas. Só fazemos isso porque detectamos alguns trechos das obras investigadas nos quais o envolvimento emocional do pesquisador se torna um pouco mais transparente.

A importância de retratarmos essa questão também se justifica pelo fato de que uma análise anterior sobre a produção teórica no campo do lazer – a tese de Cavichioli (2004) – apresentou algumas considerações que apontam nessa mesma direção. Ou seja, entram novos atores em cena no campo dos estudos do lazer no Brasil, mas algumas críticas formuladas anteriormente por Cavichioli (2004) permanece atual. Diagnosticar isso era necessário, já que o presente estudo foi originalmente planejado para dar continuidade à pesquisa de Cavichioli.

Pois passemos então a explorar a questão mencionada. O sociólogo alemão Norbert Elias defendeu, em diversos pontos de suas obras (1980; 1994b; 1997; 1998b), que as pesquisas científicas não deveriam ser orientadas a partir de crenças e idéias pessoais, muito menos indicar soluções e fornecer saídas a partir destas. O autor compreende que, quanto mais fantasioso for o pensamento do pesquisador frente ao seu objeto de estudo, mais sua pesquisa estará destituída de cientificidade e mais afastada estará da realidade.

Parece que, afirma o autor, ao passo que no campo das ciências naturais tal modelo de pensamento já foi há tempos abandonado – e os grandes avanços científicos e tecnológicos que observamos nestas áreas servem perfeitamente como evidências – no âmbito das ciências sociais os pesquisadores ainda não conseguiram se libertar de suas fantasias, crenças, valores e ideais.

Para ele, trata-se de um equívoco que tem, provavelmente, erigido obstáculos ao avanço científico e limitado o desenvolvimento destas ciências.

Na esfera dos eventos naturais, as pessoas têm conseguido, gradativamente, ao longo dos séculos, conter as ameaças e elaborar modelos de pensamento e ação que possuem um grau relativamente elevado de destemor, imparcialidade e propriedade.

Entretanto, no âmbito das relações humanas e sociais, as pessoas estão mais inextricavelmente presas no círculo vicioso. São menos capazes de lidar adequadamente, no pensamento e na ação, com os problemas que as confrontam, quanto mais suas vidas são ameaçadas, na área desse problema, por riscos, tensões e conflitos incontroláveis, e dominadas pelos temores, esperanças e desejos daí resultantes. (ELIAS, 1994b, p. 72)

Para o autor, o problema que se coloca é que “em assuntos sociais, ainda hoje as pessoas estão sujeitas a pressões e ansiedades que não conseguem compreender. Como não conseguem viver na angústia, sem que para tal tenham uma explicação, preenchem os lapsos de compreensão com fantasias” (ELIAS, 1980, p. 28).

Não é incomum verificarmos em algumas pesquisas publicadas em nosso meio acadêmico – especialmente no que se refere ao campo do lazer – um conjunto de pensamentos e idéias que expressam a insatisfação do pesquisador com a realidade em que vive, acompanhada muitas vezes de um desejo de mudança, passando até mesmo pelo sonho de construção de uma outra sociedade<sup>65</sup>.

Obviamente não há mal nenhum em compreender que a situação social em que vivemos é injusta, pouco democrática, desumana, triste, etc., muito pelo contrário, sensibilizar-se com a realidade e preocupar-se com os outros seres

---

<sup>65</sup> Não há como negar a influência do pensamento de Marx e Engels também na produção científica no campo do lazer. Há não só pesquisas que se utilizam diretamente do referencial teórico disseminado pelas correntes marxistas, como também aquelas que, embora não compactuem com esta perspectiva teórica, são inspiradas no ideal revolucionário e transformador proposto pelo autor e por seus seguidores. Em muitos momentos da obra de Elias é possível perceber uma crítica contra a concepção marxista, principalmente, no que se refere à supervalorização da esfera econômica. Transcrevemos, aqui, um trecho da obra de Elias no qual o autor critica o modelo de pensamento de Marx em relação à determinação ideológica acerca da sociedade: “Mais estritamente do que a maioria de seus predecessores filosóficos, contudo, Comte e Marx atêm-se a um certo número de fatos observáveis e comprováveis. Ambos, porém, padecem gravemente de generalizações exageradas e de um anseio irresistível por afirmar a necessidade. Com freqüência, costumam extrair do que se oferece a sua observação apenas aquilo que querem ver e declaram necessário tudo o que julgam desejável. Provam a si mesmos, e tentam provar a nós, que o desenvolvimento sócio-histórico tem que se mover, necessariamente, na direção em que querem que ele se mova. Integram processos sociais parciais efetivamente observáveis num panorama total, ousadamente retratado, do desenvolvimento passado e futuro da humanidade, um panorama que reflete a direção de suas esperanças e temores.” (1994, p. 66).

humanos que habitam nosso planeta são gestos nobres e altruístas – condutas que esperamos que partam de todos. Além do mais, diagnosticar e criticar a dura realidade que nos cerca demonstrando toda nossa insatisfação é, no mínimo, o início de um movimento na luta por mudanças.

Entretanto – e aqui entra a crítica de Elias – não se afastar durante o processo de investigação científica dessa compreensão e da conseqüente angústia e expectativa de mudanças por ela gerada, pode atrapalhar o bom desenvolvimento do estudo ou comprometer sua validade.

Vejamos alguns exemplos extraídos das pesquisas investigadas ao longo dessa dissertação que podem tornar mais transparente a crítica de Elias.

Não é incomum verificarmos a proclamação de que devemos atender “às reais necessidades humanas”. Como exemplo, extraímos uma das frases em que tal requisição é mencionada: “A *grande indústria do lazer* trabalha, deste modo, não na direção do atendimento às reais necessidades humanas, mas sob o imperativo absoluto do lucro e da acumulação” (MASCARENHAS, 2005, p. 174, grifos do autor). Mas o que vem a ser exatamente essas tais “reais necessidades humanas”?

Subentende-se que a real necessidade humana referida na frase é uma expressão metafórica para supostos valores humanos como cidadania, justiça, igualdade social, etc. O complicado, de acordo com nossa análise, é que interpretações desse tipo, como não levam em consideração o longo processo de formação das sociedades humanas, podem dar margem a interpretações acentuadamente envolvidas.

Por exemplo, ao pregarmos em nossa sociedade a disseminação de certos valores humanos ideais, projetados a partir de nossos (bem intencionados) desejos, podemos ser inadvertidamente levados a acreditar que esses valores são absolutos, universais, que existem e sempre existiram para toda a humanidade de maneira ampla e geral. Assim, envolvidos nessa ânsia, tropeçamos em nossa própria compreensão de homem e de sociedade, já que ignoramos o modo como estes valores humanos foram lentamente sendo construídos pelas próprias sociedades humanas. Ou seja, ao determinar idealisticamente quais são as reais necessidades humanas e ao projetá-las como verdades humanas absolutas, esquecemos de investigar e descobrir como é que as sociedades modificaram-se de tal forma que, no atual patamar de desenvolvimento, seus indivíduos puderam alcançar a

capacidade e a disposição de lutar e a clamar por estas necessidades – algo que torna ainda mais singular a existência humana.

Por isso, entendemos que afirmações desse tipo podem ser feitas com um pouco mais de cautela para não permitirem interpretações equivocadas. Uma coisa é afirmar que os seres humanos precisam estabelecer relações mais democráticas e mais justas entre si objetivando minimizar os sofrimentos que causam uns aos outros e criar circunstâncias favoráveis à convivência humana harmônica e pacífica (o que implicaria, necessariamente, em demonstrar como os seres humanos podem estabelecer esses tipos de relações menos conflituosas e como podem ser induzidos a se relacionarem e se comportarem dessa maneira). Outra seria dizer que estes valores são mais reais que outros, ou que existem universalmente, como se justiça, igualdade, fraternidade, etc., não fossem, também, valores criados por seres humanos em suas relações com os outros e com o mundo em que habitam. As reais necessidades humanas não condizem obrigatoriamente com aquilo que desejamos e projetamos, por isso, devemos deixar isso bem claro e colocar, de um lado, como as coisas são e, do outro, como gostaríamos que elas fossem.

Para Elias, um acentuado envolvimento emocional do pesquisador pode obstruir ou impedir a compreensão dos fatos de maneira mais fiel e condizente possível com a realidade. Segundo ele, quando nos deixamos arrastar por nossas vontades pessoais ao longo dos trabalhos científicos, acabamos encontrando resultados ou predizendo soluções com base naquilo que desejamos, com base nos nossos ideais. E assim, sob essas influências sentimentais, acabamos proclamando discursos políticos construídos com base naquilo que julgamos correto e que nos parece justo, ao invés de defendermos argumentos sustentados por pesquisas empíricas. Mais um exemplo pode nos auxiliar:

Precisamos redescobrir modos de viver há muito esquecidos em nosso meio; precisamos reaprender algo da arte de viver que perdemos há bastante tempo. Ou seja, precisamos (re)descobrir o modo de preencher os interstícios dos nossos dias com relações pessoais e sociais mais ricas de significados, menos frenéticas e menos degradantes; o modo de quebrar as barreiras entre o trabalho e a vida em seu conjunto, incluindo aqui o lazer. (GOMES, 2001, p. 44).

Este é um exemplo de afirmação no qual o envolvimento emocional torna-se transparente. Sob uma análise discursiva criteriosa, do ponto de vista científico, as frases acima deixam abertas algumas indagações. Qual era o modo de viver que os

seres humanos deixaram de experimentar e produzir ao longo de sua história a que a autora se refere? Ela está fazendo alusão a que período histórico? Como era esse modo de vida valorizado pela pesquisadora? Ainda que essas respostas estivessem colocadas de forma mais clara, persistiria uma dúvida crucial: como ela chegou à conclusão de que, comparativamente, a “arte de viver” daqueles tempos era superior, melhor, ou mais adequada do que o modo como vivemos nos dias de hoje?

É bem provável que a autora tenha lançado mão de tais assertivas não para propor que recorramos literalmente aos “modos de viver esquecidos”, mas como forma de demonstrar a sua insatisfação com os modos de viver da atualidade. Ou seja, parte de uma insatisfação pessoal e de um desejo de mudança. E considerando que, nesse caso, o lado sentimental tenha falado mais alto, o que Elias caracterizaria como uma postura envolvida, sua argumentação teria perdido um pouco de força (sob um olhar configuracional, cabe lembrar), já que não foi acompanhada por uma comprovação empírica.

Vejamos mais um exemplo.

O que importa saber é que no horizonte mais distante, a superação do *mercolazer* não está no ócio e pode também não estar no lazer, mas em algo qualitativamente novo, uma experiência *ininteligível para os atuais quadros mentais de referência* (MASCARENHAS, 2005, p. 246, grifo nosso)

Diante da impossibilidade de comprovar empiricamente algo no qual acredita – existência de outras formas de vivências e experiências qualitativamente superiores de o homem ocupar o seu tempo – parece não ter existido alternativa ao pesquisador senão agarrar-se na justificativa de que ainda não atingimos um nível mental como pré-requisito para refletirmos sobre essa questão. Poderíamos comparar essa afirmação com um médico pesquisador que diz acreditar na existência de cura definitiva para o câncer, mas que aponta que essa cura ainda é impensável para os padrões de conhecimentos hoje existentes. Em ambos os casos percebemos que é muito difícil sustentar, quando observadas a partir da perspectiva de análise configuracional, afirmações construídas com base em nossas crenças e desejos.

Devemos lembrar nesse momento que essas críticas devem ser bastante suavizadas. Se olhando por um lado elas parecem, até certo ponto, contundentes, por outro, são simplesmente inapropriadas e facilmente anuláveis. Ora, se Elias

pode dizer que não devemos contaminar nossas pesquisas com juízos de valor, também podemos nós dizer que não há sentido em produzir uma pesquisa científica se ela não partir, mesmo que implicitamente, de uma opinião sincera sobre as situações adversas e de um desejo pessoal de mudança. Alguém mais indignado ainda poderia perguntar, ironicamente, mas com razão, se a pesquisa serviria somente para deixar tudo como está. Olhando essa questão por esse lado percebemos quão relativa ela é. Nota-se aí uma fragilidade que dificilmente pode ser resolvida num debate desse tipo, e talvez nem precise, afinal, o que está em jogo, antes de tudo, é uma opção particular do pesquisador, e que remete somente a ele e a mais ninguém.

Independente disso, devemos avisar que não é nossa pretensão resolver esse impasse. Somente o apresentamos com objetivo de relativizar, de tornar mais amena, as críticas que vêm sendo apresentadas. Portanto, mesmo sabendo das limitações colocadas acima, retornaremos ao debate proposto por Elias em sua abordagem teórica, pois foi com esse objetivo que iniciamos essas considerações finais.

Para a teoria configuracional, outra assepsia que precisaríamos fazer ao tratarmos com a questão do envolvimento-distanciamento seria a de lidar com os nossos próprios juízos de valor. Isso porque, às vezes, estamos mais ocupados em dizer como devem ser a sociedade, as condutas e relações humanas – e, nessa linha, as práticas de lazer – do que em descobrir como elas realmente são. Com relação a isto, Elias é bem enfático:

Não se devia pedir ao sociólogo (nem se devia esperar dele) que expressasse as suas convicções sobre o modo como a sociedade *deveria* evoluir. Os sociólogos deviam libertar-se da noção de que há ou haverá qualquer correspondência necessária entre a sociedade que estudam e as suas próprias crenças sociais, os seus desejos e esperanças, as suas predileções morais e as suas concepções daquilo que é justo e humano. (1980, p. 168, grifos do autor).

Quando Elias diz que o sociólogo não deve expressar sobre como a sociedade *deveria* evoluir é por acreditar que a tarefa do sociólogo incide justamente em tentar tornar mais compreensível à razão humana as configurações sociais nas quais estamos inseridos e a direção das mudanças não planejadas e não controladas dessas configurações, o que, para ele, seria impossível quando se parte de idéias e crenças pré-concebidas. Eis que:

A tarefa da pesquisa sociológica é tornar mais acessível à compreensão humana estes processos cegos e não controlados, explicando-os e permitindo às pessoas uma orientação dentro da teia social – a qual, embora criada pelas suas próprias necessidades e ações, ainda lhes é opaca – e, assim, um melhor controle desta. (1980, p. 168-169)

A crítica de Elias é dirigida, no entanto, a um ramo especializado das ciências sociais, a sociologia, e aos pesquisadores oriundos deste campo. Paira no ar, e este é o ponto que incomoda em toda essa discussão, a dúvida se a crítica pode ser estendida da mesma forma a pesquisadores do âmbito da Educação e da Educação Física. Soa-nos impossível pensar em pesquisas no campo educacional destituídas de valores pessoais e idéias sobre, por exemplo, como a sociedade deveria ser – o que leva diretamente à reflexão sobre como a escola deveria ser –, afinal as preocupações e discussões que perpassam o cotidiano escolar não se resumem ao debate sobre o método mais eficiente de ensino-aprendizagem ou sobre o conteúdo a ser ensinado, mas envolvem questões muito mais complexas, como o porquê e para que ensinar, questões obrigatoriamente carregadas de crenças e valores.

Levando em consideração esse debate, o que então devemos esperar de pesquisadores inseridos no campo do lazer e envolvidos com o debate da educação pelo lazer? Que ajam como sociólogos restringindo-se exclusivamente a analisar e compreender a sua realidade de estudo? E se assim for feito, do que adianta nos limitarmos unicamente a compreender e demonstrar como algumas coisas acontecem, aconteceram ou irão acontecer? Servirá isso somente para atender aos desejos e curiosidades pessoais do pesquisador ou contribuir para a sua ascensão acadêmica? Onde fica colocada a função social da universidade e da pesquisa acadêmica e suas contribuições para a promoção social?

Para que um conhecimento científico tenha alguma aplicabilidade, finalidade ou função social, para que seja útil e traga algum tipo de benefício à sociedade – partindo do pressuposto de que a universidade é erguida com respaldo e capital econômico de toda a sociedade, tendo um dever social tanto para a comunidade local quanto para a humanidade de forma mais ampla – é inteiramente certo que, em algum momento, esse conhecimento deve ser re-trabalhado ou posto finalmente em prática por alguém, esteja este dentro ou fora da academia, seja ele um empresário, político, educador, etc.

Ou seja, exige-se que alguém faça uma ponte entre universidade e comunidade, atuando como uma espécie de mediador, apontando o que realmente fazer com aquilo que foi descoberto. É necessário que alguém interprete uma pesquisa tornando-a acessível às autoridades, instituições e organizações competentes, ou, então, indique realmente o que deve ser feito. Sem essa ponte a pesquisa nunca sairá do papel, e assim sendo, dificilmente cumprirá sua finalidade social – isso é válido principalmente no caso das ciências sociais porque nos outros ramos a própria configuração econômica possibilita que os benefícios da descoberta sejam rapidamente explorados, usufruídos e disseminados. E o fato que fica evidente é que essa posição estará inevitavelmente permeada por crenças, ideologias e valores pessoais de quem a assume – uma posição altamente envolvida.

Não seriam os próprios membros da academia os melhores porta-vozes desse conhecimento, ou seja, não seriam os mais indicados a interpretar, transformar e lapidar os conhecimentos mais elaborados, apontando o que deve ser feito e o modo como podem ser colocados em prática?

Logicamente, neste caso, tais pesquisadores não estariam envolvidos efetivamente com a produção científica do conhecimento; suas imagens se aproximariam mais com a figura de um político do que um cientista, e sua preocupação incidiria na justificada necessidade de transpor o conhecimento da academia até a sociedade. Mas então qual é a linha tênue que separa esses dois tipos de produção veiculados no meio acadêmico? Até onde se pode distinguir a pesquisa científica de um discurso político carregado de juízos de valor? Até onde podemos atuar como pesquisadores sem contaminar nossas pesquisas com crenças e ideologias? Até onde podemos expressar nossas opiniões e pontos de vista? E invertendo esta última, não seria nosso dever, na qualidade de acadêmicos preocupados com a realidade social, expressar nossas opiniões e pontos de vista? Não estariam, então, alguns pesquisadores do lazer, mesmo pautados por suas crenças e ideologias pré-concebidas, contribuindo para mudanças positivas no quadro social, e em última instância, para a transformação da sociedade e do mundo em que vivemos da forma como o desejam?

É realmente difícil aceitar que alguém tenha condições de responder essa pergunta. De qualquer forma, isso não exclui a necessidade de colocá-la em



discussão. Vejamos como essa questão pode ser debatida com base nas premissas do sociólogo Norbert Elias.

No âmbito das ciências sociais, o discurso que proclama a construção planejada de uma nova sociedade é, para a teoria configuracional, extremamente complicado. Pois dificilmente se consegue oferecer provas empíricas aceitáveis de que seja possível a construção de outra sociedade, ou então, demonstrar de maneira satisfatória como seria realizada a transição de um modelo social para outro e como a configuração social almejada seria alcançada. Como não são apresentadas evidências que provem a existência (ou a possível construção) de outros modelos sociais onde prevaleçam os valores atualmente enaltecidos e defendidos, ou então, que prove que modelos sociais “melhores” podem ser alcançados por uma seqüência planejada e ordenada de ações, esse tipo de discurso não tem, para essa matriz teórica, qualquer respaldo sociológico.

No caso das pesquisas no campo dos estudos do lazer o discurso em prol da transformação da sociedade é bastante recorrente. Refletindo a partir de um viés sociológico configuracional, como então poderíamos pensar em formas de dar alguma materialidade a esse tipo de discurso?

Se pretendêssemos alcançar resultados práticos em nossos estudos rumo à construção de uma nova ordem social – e resultado prático, nesse caso, significaria mudar de um padrão de configuração social para outro – precisaríamos, primeiramente, retroceder às análises objetivando focalizar a questão de forma mais objetiva e impessoal.

Depois disso, teríamos que compreender plenamente porque os seres humanos, no percurso de sua história, oprimem, exploram e excluem uns aos outros. Como costumamos associar essa opressão/exploração/exclusão como conseqüência do sistema capitalista, somos levados inadvertidamente a crer que se garantíssemos a todos os indivíduos o efetivo direito de acesso aos bens e riquezas materiais e simbólicas socialmente produzidas, substituiríamos as relações de poder de caráter opressiva, dominadora, por outras mais fraternas e solidárias, o que, ao fim, levaria a construção de uma sociedade mais harmônica. Devemos sim, é claro, e aqui temos que compactuar com o pensamento de Mascarenhas (2005, p.244), buscar meios de garantir que todos os seres humanos habitantes do planeta coexistam pacificamente e tenham acesso a aquilo que, produzido pelo próprio

homem, favorece-lhes e torna mais agradável sua existência. Mas temos que saber que por si só isso não resolverá os problemas de convivência humana.

Finalmente, deveríamos buscar evidências empíricas e formular quadros teóricos compatíveis com a realidade a fim de demonstrar como seria possível construir uma sociedade humana na qual as relações de interdependência dos indivíduos não estivessem fortemente determinadas em função da distribuição do poder. Precisaríamos demonstrar como é que se eliminam ou amenizam as tensões que os indivíduos aplicam, na maioria das vezes de forma não intencional, uns sobre os outros. Necessitaríamos descobrir como e porque as relações de poder se estabelecem de determinada maneira e não de outra, e se seria possível provocar, de forma intencional e deliberada, modificações no arranjo dessas relações, visando à criação de um novo formato de configuração social.

E uma grande dificuldade, nisso tudo, é tecermos um diagnóstico da realidade sem contaminarmos nosso pensamento com nossas crenças, ideologias e fantasias pessoais, ou seja, sem nos envolvermos demasiadamente com nosso objeto de estudo.

Segundo Elias, no âmbito das ciências sociais ainda estamos presos a ideologias e fantasias que nos fazem imaginar e projetar como a realidade deveria ser, o que nos impede de observar e interpretar a realidade da forma como ela verdadeiramente é, ao passo que, nas ciências naturais, de modo oposto, o grau de distanciamento do pesquisador com relação ao seu objeto de estudo é altamente elevado, o que lhe permite diagnosticar e intervir precisamente na sua realidade de estudo.

De acordo com o autor, no atual estágio de desenvolvimento dos estudos das ciências da natureza, pouco interessa aos pesquisadores como as coisas *devem* ser, mas sim como efetivamente elas *são*, e isso tem possibilitado a este ramo da ciência atingir um alto patamar de reconhecimento, precisão, eficiência e confiabilidade.

Em contraste, há nas mesmas sociedades um campo imenso para fantasias egocêntricas e etnocêntricas, que constituem fatores decisivos de percepção, pensamento e ação, em áreas da vida social não relacionadas com problemas técnicos e científicos. No domínio das ciências sociais nem sequer os investigadores dispõem de padrões comuns pra um controle e auto-controle mútuos, fato que lhes permitiria examinar o trabalho dos seus colegas com tanta segurança como fazem os seus homônimos das ciências naturais. Nem para eles é fácil distinguir aquilo que constitui um

produto arbitrário da fantasia ou de idéias políticos ou nacionalistas, daquilo que é um modelo da realidade, teoricamente orientado e verificável numa investigação empírica. E em grande parte da sociedade os padrões sociais de pensamento sobre problemas sociais ainda permitem que nos entreguemos às nossas fantasias, sem as reconhecermos como tal. (1980, p. 27).

Para que as ciências sociais não continuem se mantendo à margem desse processo, sendo relativamente desprezada, com pouco ou nenhum respaldo social e científico, é preciso, aponta o autor, que os pesquisadores desse âmbito ajam da mesma forma que o fizeram os estudiosos daquela outra área de conhecimento: distanciando-se, desapegando-se de crenças, fantasias e ideais pré-concebidos, centralizando seus esforços no intento de empreender estudos racionalmente dirigidos, independentes de qualquer posicionamento político e ideológico. Precisam também desprender-se de modelos de análises altamente emotivos, de modelos permeados por ideais mágicos e míticos, e transitar para um modelo de análise mais frio e imparcial de se observar a realidade. Necessitam desenvolver ferramentas, conceitos e quadros teóricos que lhes permitam diagnosticar de maneira fiel a configuração social das sociedades humanas, bem como, a forma e o modo pelo qual se dão as transformações que, de maneira processual e constante, as acometem.

Assim, antes de qualquer tentativa de propagar o que pensamos a respeito da sociedade ou sobre a direção que ela deve se mover, o autor defende que devemos nos esforçar para interpretar de forma objetiva a realidade que está posta à nossa frente.

Só assim estaríamos em condições de fundamentar a terapia dos males de nossa vida em comum num diagnóstico seguro. Enquanto isso não acontece, conduzimo-nos, em todas as nossas deliberações sobre a sociedade e seus males, exatamente como os charlatães no tratamento das doenças: receitamos uma terapia sem antes termos formulado um diagnóstico claro, independente de nossos desejos e interesses. (ELIAS, 1994b, p. 19).

O autor lamenta o fato de que, no momento, os cientistas sociais fazem o mesmo que no passado faziam os médicos charlatães com os seus pacientes: propõem receitas e fórmulas mágicas para “curar” a sociedade, sem antes possuir um diagnóstico completo.

Assim como as fórmulas mágicas eram outrora utilizadas para curar doenças que ainda não podiam ser satisfatoriamente diagnosticadas, é comum hoje em dia as pessoas usarem doutrinas mágicas como meio de solucionar os problemas humanos e sociais sem se darem ao trabalho de estabelecer um diagnóstico não influenciado pelo desejo e pelo medo. (ELIAS, 1994b, p. 74).

Este é o cerne da questão: “temos sólidas convicções sobre a melhor forma de cura, antes de dispormos de um diagnóstico baseado nos fatos” (ELIAS, 1994b, p. 123). Portanto, para a teoria configuracional, enquanto não houver um diagnóstico seguro e uma compreensão adequada dos fenômenos sociais, qualquer tentativa de transformação social revela-se, para essa matriz sociológica, insatisfatória. Pois, para ela, ainda não sabemos até que ponto uma ação racionalmente planejada e deliberadamente executada por um indivíduo ou um grupo pode efetivamente controlar a irresistível e avassaladora força dos processos sociais de longa duração. E assim, enquanto não desvendarmos porque e como somos arrastados por estes processos, nem descobriremos formas de alterar os seus cursos, qualquer tentativa de controlá-los poderia ser comparada à iniciativa de curar uma doença com simpatia – como se faziam no passado, quando se desconheciam os processos biológicos.

As mudanças de postura frente ao objeto de estudo, tão cobradas por Norbert Elias a seus pares no âmbito das ciências sociais, podem ser úteis ao desenvolvimento e ao avanço qualitativo no campo de estudos do lazer. Nesse caso, e se optássemos por sua proposta metodológica, antes de firmarmos um posicionamento político pautados por crenças, fantasias e ideologias, ou seja, antes de aderirmos a uma postura altamente *envolvida*, poderia ser recompensador se retrocedêssemos às análises e empreendêssemos investigações minuciosas primando por uma atuação científica *distanciada*. Talvez também devêssemos dispor de conhecimentos produzidos com elevado grau de distanciamento para só depois assumir uma postura altamente envolvida e deles se utilizar para intervenções e aplicações práticas, já que, nesse caso, o discurso político não poderia prescindir de conhecimentos necessariamente produzidos independentes de um posicionamento político.

Utilizando um exemplo do autor, podemos dizer que da mesma forma como Nicolau Copérnico foi obrigado a se distanciar o suficiente das concepções teóricas, das crenças e dos ideais humanos vigentes em sua época para comprovar que era a

Terra que descrevia uma órbita em torno do Sol e não o contrário – pensamento que não foi de forma alguma facilmente assimilado na época, afinal, passar a aceitar, de uma hora para outra, que os seres humanos não estão mais no centro do universo requer um considerável esforço de distanciamento – talvez precisamos nós deixar de lado nossos desejos e pensamentos envoltos em sentimentos de afeto e medo, e procurar assumir uma postura mais distanciada possível, assim como o fez certa vez aquele físico astrônomo, e assim como o fazemos cotidianamente quando lidamos com questões relativas aos conhecimentos sobre a natureza e seus processos físicos e químicos.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor Wiesengrund; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: \_\_\_\_\_. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 113-156.
- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BARBOSA, Sérgio Servulo Ribeiro Barbosa. A influencia da obra de Sigmund Freud nos escritos de Norbert Elias: algumas considerações introdutórias. In: **Conexões: educação, esporte, lazer**. Campinas, n. 5, p. 14-18, dez. 2000.
- BRALTH, Valter. Educação física escolar e lazer. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder Ferreira (Org.). **Lazer, recreação e educação física**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003. p. 147-172.
- BRAMANTE, Antonio Carlos. Lazer: concepções e significados. **Licere**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1. p. 9-17, set. 1998.
- BRANDAO, Carlos da Fonseca. Elias e Marcuse: um diálogo possível?. In: **IX Simpósio Internacional Processo Civilizador**, 2005, Ponta Grossa – PR. Caderno de Resumos do IX Simpósio Internacional Processo Civilizador. Ponta Grossa : Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2005. p. 17-18.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é lazer**. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1998.
- CASTELLANI FILHO, Lino. **Política educacional e educação física**. Campinas: Autores Associados, 1998.
- CASTIEL, Luis David; SANZ-VALERO, Javier. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica?. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-11X2007001200026&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-11X2007001200026&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 21 Abr 2008.
- CAVICHILLOLLI, Fernando Renato. **Abordagens do Lazer no Brasil**: Um olhar processual. Tese (Doutorado em Educação): Universidade Metodista de Piracicaba, 2004. 216 p.
- DE GRAZIA, Sebastian. **Tiempo, trabajo y ocio**. Madrid: Editorial Tecnos, 1966.

DE MASI, Domenico. **Desenvolvimento sem trabalho**. 2. ed. São Paulo: Esfera, 1999.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973, 249p.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979, 249p.

DUNNING, Eric. **Sport matters: sociological studies of sport, violence and civilization**. Londres e Nova York, Routledge, 282 p.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Trad. Maria Luísa Ribeiro Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1980. 202 p.

ELIAS, Norbert. **A condição humana**: considerações sobre a evolução da humanidade, por ocasião do quadragésimo aniversário do fim de uma guerra (8 de maio de 1985). Lisboa, Difel, 1991.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Trad. Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. v. 1. 277 p.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Trad. Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2. 307 p.

ELIAS, Norbert. **Teoria simbólica**. Trad. Paulo Valverde. Lisboa: Celta Ed., 1994a. 149 p.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Mário Matos. Lisboa: Dom Quixote, 1994b. 201 p.

ELIAS, Norbert. **Os Alemães**: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998a. 165 p.

ELIAS, Norbert. **Envolvimento e alienação**. Trad. Álvaro de Sá. Lisboa: Dom Quixote, 1998b. 352 p.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**: desporto e lazer no processo civilizacional. Trad. Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa: Difel, 1985. 389 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: **Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1987, volume XXI, 299 p.

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão. In: **Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1987, volume XXI, 299 p.

GAELZER, Lênea. **Lazer: bênção ou maldição?** Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 1979.

GÁSPARI, Jossett Campagna de; SCHWARTZ, Gisele Maria. O idoso e a ressignificação emocional do lazer. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 69-76, jan./apr. 2005.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. 4.ed. São Paulo: Ática, 1996.

GEBARA, Ademir. Norbert Elias e a teoria do processo civilizador. In: BRUHNS, Heloísa Turini (org.) **Temas sobre lazer**. Campinas: Autores Associados, 2000.

GOMES, Christianne Luce. Lazer e mercado: panorama atual e implicações na sociedade brasileira. In: GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. **Lazer e Mercado**. Campinas: Papirus, 2001.

GOMES, Christianne Luce. **Significados de recreação e lazer no Brasil: Reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)**. Tese (Doutorado em Educação): Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

GOMES, Christianne Luce. Lazer – Concepções. In: GOMES, Christianne Luce (org.) **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p. 119-126.

GOMES, Christianne Luce. Lazer – Ocorrência histórica. In: GOMES, Christianne Luce (org.) **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004a. p. 133-141.

GOMES, Christianne Luce. Lúdico. In: GOMES, Christianne Luce (org.) **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004b. p. 141-146.

GOMES, Christianne Luce. **Lazer e trabalho**. 1. ed. Brasília: SESI/DN, 2005. v. 1. 104 p.

GOMES, Christianne Luce; AMARAL, Maria Tereza Marques. **Metodologia da Pesquisa Aplicada ao Lazer**. 1. ed. Brasília: SESI/DN, 2005a. v. 1. 89 p.



GOMES, Christianne Luce.; ALVES, Vânia de Fátima Noronha; REZENDE, Ronaldo . **Lazer, lúdico e educação**. 1. ed. Brasília: SESI/DN, 2005b. v. 1. 102 p.

GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Helder Ferreira. **Lazer e Mercado**. Campinas: Papyrus, 2001.

GOMES, Christianne Luce; MELO, Victor Andrade de. Lazer no Brasil: Trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. In: **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 9, p. 23-44, 2003.

GOUDSBLOM, Johan. **Pensar com Elias**. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard (orgs.). **Norbert Elias: A Política e a História**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GUIMARÃES, Ailton Vitor. **Abordagens do lazer e suas inter-relações com o trabalho e a tecnologia na produção acadêmica brasileira na área do lazer**. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado. 2001. 170 p.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

HAUG, Wolfgang Fritz. **Crítica da estética da mercadoria**. São Paulo: UNESP, 1997.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. A contribuição dos estudos culturais para pensar a animação cultural. **Licere**, vol. 7, n. 1. Belo Horizonte, pp. 101-112.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MACHADO, José P. Lazer. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Editorial Confluência, 1969. v. II. 1969.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense S. A., 1984.

MARCASSA, Luciana. **A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888 – 1935)**. 2002. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Humanização**. Campinas: Papyrus, 1983.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação**. Campinas: Papyrus, 1987.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Pedagogia da Animação**. 1a. ed. Campinas: Papyrus, 1990. 149 p.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Capacitação de animadores sócio-culturais**. Campinas: Unicamp; Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARINHO, Inezil Penha. **Raízes etimológica, história e jurídica do lazer**. Brasília: [s.ed.], 1979.

MASCARENHAS, Fernando. Educação Física escolar: renovações, modismo, interesses... e o pulso ainda pulsa. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 38-47, jan./dez. 1998.

MASCARENHAS, Fernando. O lazer e o príncipe eletrônico. **Licere**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 46-60, set. 2001.

MASCARENHAS, Fernando. Lazer e educação popular. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 12., 2001, Caxambu. Sociedade, ciência e ética: desafios para a educação física/ciências do esporte. **Anais...** Caxambu: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2001b.

MASCARENHAS, Fernando. O pedaço sitiado: cidade, cultura e lazer em tempos de globalização. **Revista Brasileira de Ciências dos Esportes**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 121-143, maio, 2003.

MASCARENHAS, Fernando. Lazer e trabalho: liberdade ainda que tardia. In: SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE, 2., 2001. Belo Horizonte. **Coletânea...** Belo Horizonte: UFMG/DEF/CELAR, 2001c. p. 81-93.

MASCARENHAS, Fernando. "Lazerania" também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 73-90, maio/ago. 2004.

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio**: teses acerca da anatomia do lazer. 2005. 307f. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação Física – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MASCARENHAS, Fernando; GOYAZ, Marília de; DAVID, Nivaldo Antônio Nogueira. Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário e Faculdade de Educação Física: uma parceria que vem dando certo. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 107-123, jan./dez. 1998.

MASCARENHAS, Fernando. De meninos, meninas, rua, lazer e educação. In: KORITIAK, Maria Zuleica Lopes; OLDONI, Lêdi Maria (Orgs.). 11.º Encontro Nacional de Recreação e Lazer: Lazer, Meio Ambiente e Participação Humana. **Coletânea**. Foz do Iguaçu: Assoesste, 1999. 566 p.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. **Lazer: Necessidade ou novidade?** Rio de Janeiro: Sesc, 1975.

MELO, Victor Andrade de. **Lazer: intervenção e conhecimento**. In: Congresso Regional Sudeste do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1, 1999, Campinas. Anais... Campinas: Faculdade de Educação Física da Unicamp, 1999.p.17-21.

MELO, Victor Andrade de. **Enfoques culturais na formação do profissional de lazer**. In: XII Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 2000, Balneário Camboriú. Anais do XII Encontro Nacional de Recreação e Lazer. Balneário Camboriú : Univali, 2000. v. 1. p. 72-74.

MELO, Victor Andrade de. **Lazer e presidiários: algumas reflexões**. In: XII Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 2000, Balneário Camboriú. Anais do XII Encontro Nacional de Recreação e Lazer. Balneário Camboriú : Univali, 2000. v. 1. p. 250-255.

MELO, Victor Andrade de. **Lazer e camadas populares: reflexões a partir da obra de Edward Palmer Thompson**. Revista Movimento, Porto Alegre, v. 7, n. 14, p. 4-19, 2001.

MELO, Victor Andrade de. Educação Estética e Animação Cultural. In: **Licere**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 43-52, 2002.

MELO, Victor Andrade de. Lazer e Educação Física: problemas historicamente construídos, saídas possíveis – um enfoque na questão da formação. In: Christianne Luce Gomes Werneck; Hélder Ferreira Isayama. (Org.). **Lazer, Recreação e Educação Física**. 1a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, v. 1, p. 57-80.

MELO, Victor Andrade de. **Lazer e minorias sociais**. São Paulo: Ibrasa, 2003b. 224 p.

MELO, Victor Andrade de. A cidade, o cidadão, o lazer e a animação cultural. **Licere**, vol. 7, n. 1. Belo Horizonte, p. 82-92. 2004a

MELO, Victor Andrade de. A animação cultural, os estudos do lazer e os estudos culturais: diálogos. **Licere**, vol. 7, n. 2, Belo Horizonte, p. 76-90. 2004b

MELO, Victor Andrade de. **Esporte e cinema: diálogos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004c. Relatório de Pesquisa (Pós-Doutorado em Estudos Culturais). Disponível em [http://www.lazer.eefd.ufrj.br/cinema/docs/cin\\_esp\\_rel.pdf](http://www.lazer.eefd.ufrj.br/cinema/docs/cin_esp_rel.pdf)

MELO, Victor Andrade de. A presença do esporte no cinema: de Etienne-Jules Marey a Leni Riefenstahl. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 115-125, 2005

MELO, Victor Andrade de. **Animação Cultural: conceitos e propostas**. Campinas, SP: Papyrus, 2006. 144 p.

MELO, Victor Andrade de, ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. **Introdução ao lazer**. Barueri, SP: Manole, 2003.

MELO, Victor Andrade de, NASCIMENTO, Marcos Avellar do. **Capacitação de animadores culturais na comunidade do Morro do Borel**. Licere, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 164-175, 1999.

MELO, Victor Andrade de, PERES, Fabio. Espacio, ócio y política: Desigualdades em la distribución de equipamentos culturales en la na ciudad de Rio de Janeiro. In: FERNANDEZ, Jose Fernando Tabares; MONTOYA, Arley Fabio Ossa e BEDOYA, Victor Alonso Molina (orgs.). **El ócio, el tiempo libre y la recreación em América latina: Problematizaciones y desafios**. Medellín: Civitas. 2005

MELO, Victor Andrade de, PERES, Fabio. Espaço, lazer e política: desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro. **Lecturas educacion física y deportes** (Buenos Aires), Buenos Aires, v. 10, n. 93, 2005.

MIRANDA, Nicanor. **Origem e propagação dos Parques Infantis e Parques de jogos**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1941.

MUNNÉ, Frederic. **Psicossociología del tiempo libre: um enfoque crítico**. México: Trillas, 1980.

PADILHA, Valquíria. **Shopping Center: a catedral das mercadorias e do lazer reificado**. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PARKER, Stanley. **A sociologia do lazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça. **Estudos do lazer no Brasil: apropriação da obra de Marx e Engels**. 2008. 338 f. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação, Campinas.

REQUIXA, Renato. **Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

RUSSEL, Bertrand. **Elogio do Lazer**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.

SANT'ANNA, Denise B. **O prazer justificado; História e Lazer** – (São Paulo, 1969/1979). São Paulo: Marco Zero/MCT-CNPq, 1994.

SCHWARTZ, Gisele Maria. Lazer e psicologia do esporte: uma relação emergente. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 13, 2003, Caxambu. 25 anos de história: o percurso do CBCE na educação física brasileira. **Anais...** Caxambu: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2003.

SCHWARTZ, Gisele Maria. O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier. **Licere**, Belo Horizonte, v. 2, n. 6, p. 23-31, 2003.

SILVA, Renata Laudares; SCHWARTZ, Gisele Maria. Ética x preconceito: um desafio para profissionais no âmbito do lazer. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 35-41, 2001.

SOARES, Magda Becker. Em busca do conhecimento em construção e da construção do conhecimento: a metodologia da pesquisa. In: \_\_\_\_\_. **Alfabetização no Brasil**; o estado do conhecimento. Brasília: INEP, 1989. p. 03-14.

SOUZA, Pierre Alexandre Teixeira; ISAYAMA, Helder Ferreira. Leisure and Physical Education: Analysis of Research Groups in Entertainment Platform Lattes Registered in the CNPq. In: **Lecturas physical educacion y deportes** (Buenos Aires), see 1, p. 99, 2006.

SUSSEKIND, Arnaldo. **Recreação operária**. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1948.

SUSSEKIND, Arnaldo; MARINHO, Inezil Penha; GÓES, Oswaldo. **Manual de Recreação** (Orientação dos lazeres do trabalhador). Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1952.

TAHARA, Alexander Klein; DIAS, Viviane Kawano; SCHWARTZ, Gisele Maria. A aventura e o lazer como coadjuvantes do processo de educação ambiental. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 1-12, jan./jun. 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Trabalho, educação e prática social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte: Editora UFMG/CELAR, 2000.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. **A constituição do lazer como um campo de estudos científicos no Brasil**. In: 12º Encontro Nacional de Recreação e Lazer. Coletânea. Balneário de Camboriú: Roca, 2000. 828 p. 77-88

WERNECK, Christianne Luce Gomes; STOPPA, Edmur Antônio; ISAYAMA, Helder Ferreira. **Lazer e mercado**. 1. ed. Campinas: Papirus, 2001. v. 1. 112 p.